

**CEARÁ  
EDUCA**



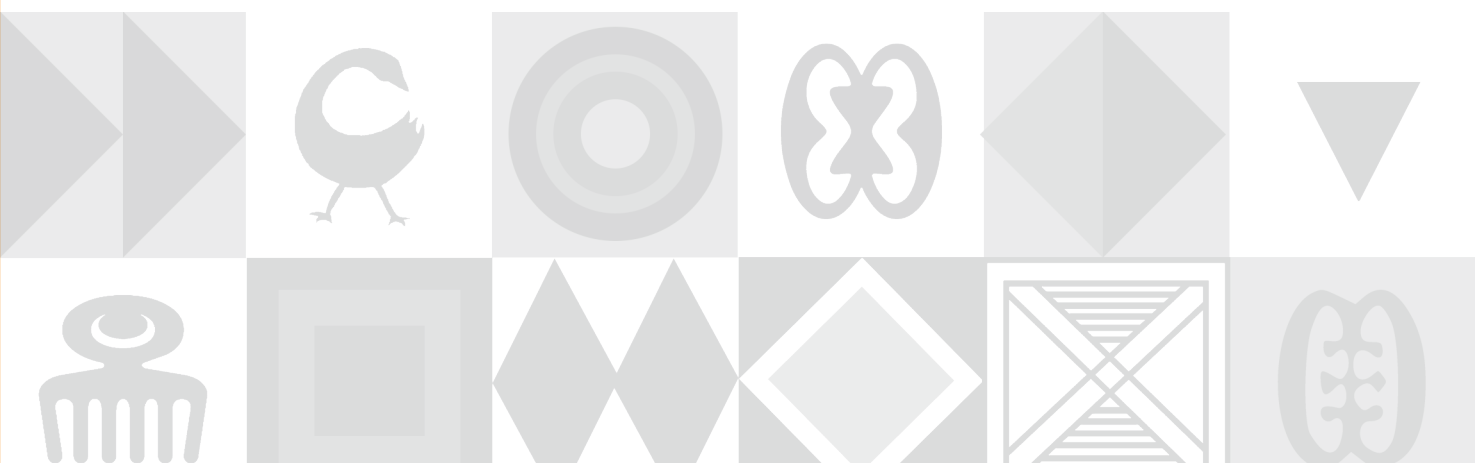
**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL - SEXEC/EMP  
COORDENADORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL - CODIN



**PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO  
DAS ESCOLAS  
QUILOMBOLAS:  
PRINCÍPIOS FORMATIVOS E ORIENTAÇÕES**





# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS: PRINCÍPIOS FORMATIVOS E ORIENTAÇÕES



SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL - SEXEC/EMP  
COORDENADORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL - CODIN

## **Ficha Técnica**

### **Autora**

Ana Paula dos Santos

### **Comissão Organizadora**

Ana Marina da Silva Peres Telêmeço

Hélia Maria Duarte Viana

João Aldenir da Silva

Joécio Dias da Silva

Kally Karine Damasceno

Tom Jones da Silva Carneiro

### **Revisão**

Crislay Micaely Crisóstomo Maia

Nohemy Rezende Ibanez

Tom Jones da Silva Carneiro

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final**

Danilo Miranda Ramos

### **Colaboradora**

Cláudia de Oliveira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

### **Ficha catalográfica**

S237p Santos, Ana Paula.

Projeto Político-Pedagógico das Escolas Quilombolas: princípios formativos e orientações [recurso eletrônico] / Ana Paula Santos. – Fortaleza: Seduc, 2022.

Livro impresso

ISBN 978-65-89549-24-6

Livro eletrônico

ISBN 978-65-89549-34-5 (E-book)

1. Educação Escolar Quilombola. 2. Projeto Político-Pedagógico. 3. Princípios Formativos. I. Santos, Ana Paula. II. Título.

CDD: 370.11

---

Todos os direitos dessa edição reservados à Secretaria de Educação do Estado do Ceará.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem autorização da Seduc-CE.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Copyright © 2022 - da Seduc Ceará  
Governo do Estado do Ceará  
Secretaria da Educação do Estado do Ceará - Seduc



Camilo Sobreira de Santana  
**Governador**

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho  
**Vice-Governadora**

Eliana Nunes Estrela  
**Secretária da Educação**

Maria Oderlânia Torquato Leite  
**Secretária Executiva de Gestão da Rede Escolar**

Márcio Pereira de Brito  
**Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios**

Stella Cavalcante  
**Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna**

Maria Jucineide da Costa Fernandes  
**Secretária Executiva do Ensino Médio e Profissional**

Nohemy Rezende Ibanez  
**Coordenadora da Diversidade e Inclusão Educacional**

Maria Marlene Vieira Freitas  
**Articuladora da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional**

Silvana Teófilo Machado  
**Orientadora da Célula de Educação do Campo, Indígena, Quilombola  
e para as Relações Étnico-Raciais**

# Apresentação

[...] O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social [...].  
(Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro, 2012)

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS: Princípios Formativos e Orientações** integra o conjunto de ações da Secretaria da Educação do estado do Ceará, em atendimento à Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e às reivindicações do Movimento Quilombola do Ceará, que já indicava, dentro das reuniões técnicas entre Secretaria e Movimento, a necessidade de qualificar as propostas pedagógicas e curriculares das escolas quilombolas pertencentes às redes municipais de ensino.

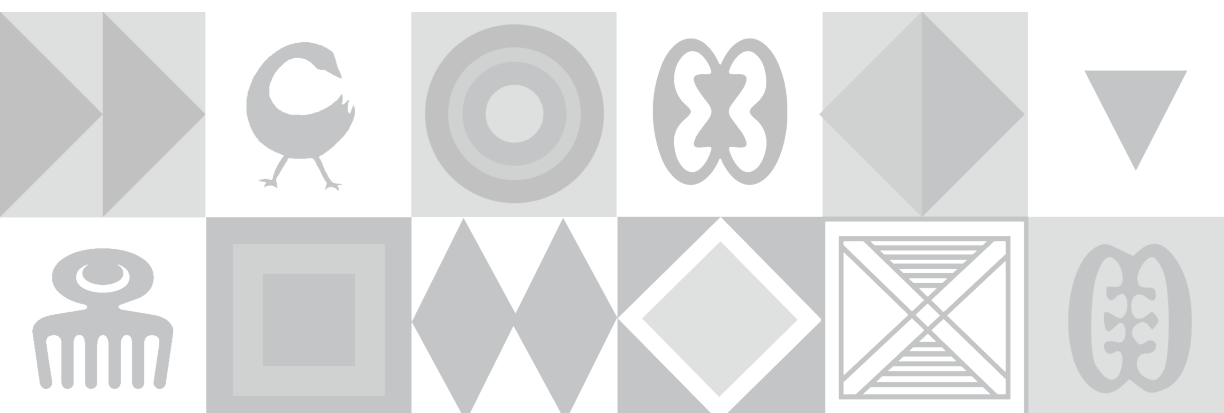
Como resposta às demandas apresentadas pelo Movimento Quilombola, a Seduc publicou chamamento público, selecionou e contratou consultoria especializada na área de Educação Escolar Quilombola para subsidiar a elaboração do presente Documento.

A construção deste Documento primou por respeitar a participação das comunidades e escolas quilombolas, legitimando os ideais e as práticas construídas por seus diversos sujeitos. Assim, foram realizados Encontros Regionais com participação ampla e colaboração desses sujeitos que pensam o projeto de sociedade e de escola dos quilombos do Ceará.

Esses Encontros resultaram na construção de um Documento de referência para as comunidades, as escolas, as Secretarias Municipais de Educação (SMEs), as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e para a própria Secretaria da Educação do estado do Ceará (Seduc). O Documento apresenta mais do que orientações para a elaboração dos PPPs, apresenta inspirações para pensar a escola e a educação quilombola como um todo, permeada pelo conceito de Pedagogia de Quilombo e seus Eixos, cunhados nas discussões desenvolvidas nos Encontros.

É com grande entusiasmo que a Seduc, por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin), vinculada à Secretaria Executiva de Ensino Médio e Profissional, apresenta o resultado de tão importante projeto para adesão das Comunidades, Escolas, SMEs e espera, assim, contribuir para o enriquecimento das discussões no interior de cada instituição escolar e na elaboração de Projetos Político-Pedagógicos que resultem na constante melhoria da Educação Escolar Quilombola no Estado.

Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin)  
Equipe de Educação Escolar Quilombola (EEEQ)



## COORDENADORIAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (CREDEs) E MUNICÍPIOS COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

<b>Crede 1</b>	Aquiraz e Caucaia
<b>Crede 2<sup>1</sup></b>	Itapipoca, Trairi, Tururu e Uruburetama
<b>Crede 3*</b>	Acaraú, Cruz, Morrinhos e Marco
<b>Crede 5*</b>	São Benedito e Croatá
<b>Crede 6*</b>	Sobral, Pacujá, Coreaú, Moraújo e Santana do Acaraú
<b>Crede 7*</b>	Canindé
<b>Crede 8</b>	Baturité e Ocara
<b>Crede 9</b>	Horizonte e Pacajus
<b>Crede 10</b>	Russas, Aracati e Beberibe
<b>Crede 11*</b>	Iracema
<b>Crede 12</b>	Quixadá e Quixeramobim
<b>Crede 13</b>	Crateús, Independência, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Poranga e Tamboril
<b>Crede 14</b>	Milhã e Solonópole
<b>Crede 15</b>	Parambu, Quiterianópolis e Tauá
<b>Crede 18</b>	Araripe, Altaneira, Potengi e Salitre
<b>Crede 20</b>	Aurora, Mauriti e Porteiras
<b>Sefor 2</b>	Fortaleza <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Em virtude da contaminação planetária pela COVID-19 e por recomendação dos Decretos estaduais de enfrentamento ao coronavírus, não foi possível realizar os Encontros Regionais nas Credes e respectivos municípios marcados com “\*”.

<sup>2</sup> Com base no Censo Escolar - 2020, há três escolas privadas em três bairros de Fortaleza, a saber, Jangurussu, Lagoa Redonda e Conjunto Palmeiras. Entretanto, essas comunidades ainda não integram o Movimento Quilombola do Estado, a Cequirce ou a Conaq.

### MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPANTES<sup>3</sup>

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq/CE

Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará – Cequirce

Grupo de Valorização Negra do Cariri – Grunec

Rede de Educação Cidadã – Recid – Cariri

Associação Quilombola Renascer da Lagoa dos Crioulos – Salitre/CE

Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombos Nossa Senhora das Graças do Sítio Arapucas - Salitre/CE

Associação Quilombola do Sítio Carcará - Potengi/CE

Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Encantados de Bom Jardim - Tamboril/CE

Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Lagoa das Pedras - Tamboril/CE

Associação dos Pequenos Produtores Remanescentes de Quilombolas da Comunidade de Torres - Tamboril/CE

Associação dos Pequenos Produtores de Barriguda - Tamboril/CE

Associação Rural Remanescentes de Quilombo de Jardim - Quiterianópolis/CE

Associação Remanescente de Quilombo de São Jerônimo e Adjacências - Quiterianópolis/CE

Associação dos Quilombolas de Croatá - Quiterianópolis/CE

Associação dos Quilombolas de Fidélis - Quiterianópolis/CE

Associação dos Remanescentes de Quilombos de Furada - Quiterianópolis/CE

Associação dos Quilombolas de São Jerônimo - Quiterianópolis/CE

Associação dos Quilombolas de Gavião - Quiterianópolis/CE

Associação Remanescente Quilombola de Souza - Porteiras/CE

Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Comunidade Serra da Rajada - Caucaia/CE

Associação Comunidade Remanescente Quilombola de Porteiras - Caucaia/CE

Associação Remanescentes de Quilombo da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara - Caucaia/CE

Associação Remanescentes de Quilombolas do Sítio Veiga - Quixadá/CE

Associação Quilombola do Cumbe - Aracati/CE

Associação Quilombola Córregos de Ubaranas - Aracati/CE

<sup>3</sup> Movimentos sociais representados nos Encontros Regionais.

QUADRO 1 - ESCOLAS QUILOMBOLAS PARTICIPANTES

N.	Escola	Comunidade	Município
1	Escola Municipal de Ensino Fundamental João Rodrigues da Fonseca	Lagoa dos Crioulos	Salitre
2	Centro de Educação Infantil Luiz Rodrigues		
3	Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Virgem da Silva	Carcará	Potengi
4	Escola de Educação Infantil e Fundamental Antônio Laurindo Soares <sup>4</sup>	Barra dos Ricardos	Quiterianópolis
5	Escola de Educação Infantil e Fundamental José Gonçalves Lima	Gavião	
6	Escola de Educação Infantil e Fundamental Nicolau Noronha	Deserto	
7	Anexo Vovó Jovina <sup>5</sup>	Porteiras	Caucaia
8	Anexo Vó Sinhá <sup>6</sup>	Boqueirãozinho	
9	Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpio Nogueira Lopes	Alto Alegre	Horizonte
10	Escola Municipal de Ensino Fundamental Neli Gama Nogueira	Base	Pacajus
11	Escola de Educação Infantil e Fundamental Osório Julião	Serra do Evaristo	Baturité
12	Escola de Ensino Fundamental Raimundo Silvério Filho	Cumbe	Aracati

Fonte: Elaboração da consultora com base nos Encontros Regionais, 2019-2020.

<sup>4</sup> Escola fora do território quilombola, mas que atende estudantes quilombolas.

<sup>5</sup> Anexo da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Crisóstomo Basílio que está localizada fora do território quilombola.

<sup>6</sup> Anexo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Adélia Crisóstomo que está localizada fora do território quilombola.

QUADRO 2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARTICIPANTES

Crede	Município	Comunidade
Maracanaú - 1	Caucaia	Boqueirão da Arara
		Boqueirãozinho
		Capuan
		Cercadão dos Dicletas
		Deserto
		Serra da Conceição
		Serra da Rajada
Itapipoca - 2	Itapipoca	Nazaré
Crateús - 13	Tamboril	Barriguda
		Brotas
		Encantados do Bom Jardim
		Torres
		Almas
Tauá - 15	Quiterianópolis	Croatá
		Furada
		Gavião
		São Jerônimo
		Sítio dos Miltons
	Parambu	São Gonçalo
	Serra dos Rodrigues	
Crato - 18	Potengi	Carcará
	Salitre	Arapucas
		Serra dos Chagas
		Serra dos Nogueiras
		Lagoa dos Crioulos
Brejo Santo - 20	Porteiras	Souza

Fonte: Elaboração da consultora com base nos Encontros Regionais, 2019-2020.



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	14	5.4 Concepções de avaliação na escola quilombola.....	74
<b>1. PROSA INICIAL</b> .....	18	5.5 Formação específica de professores.....	76
<b>2. “VAMOS, MINHA GENTE! RELEMBRAR O QUE FICOU PARA TRÁS”: CONCEITOS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA</b> .....	26	5.6 Perfil dos professores que atuam em escolas quilombolas.....	77
2.1 O que é quilombo?.....	28	5.7 Alimentação escolar.....	78
2.2 O que é ser quilombola?.....	30	5.8 Calendário escolar.....	79
2.3 O que é Educação Escolar Quilombola?... 34		5.9 Tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) nas escolas quilombolas 79	
2.3.1 As bases legais da política de Educação Escolar Quilombola.....	36	5.10 Identidade das escolas quilombolas: símbolos, ornamentação e fardamento.....	80
2.3.2 Panorama das escolas em território quilombola no estado do Ceará.....	38	<b>6. “O QUE HÁ DE SER!” ENCONTROS REGIONAIS: METODOLOGIA DOS ENCONTROS E OS EIXOS DA PEDAGOGIA DE QUILOMBO</b> .....	82
<b>3. EU MIOLO, TU MIOLAS E NÓS MIOLAMOS: VAMOS MIOLAR SOBRE A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS NO CEARÁ. MIOLAR É VIDA!</b> .....	40	6.1 Metodologia dos encontros como sugestão para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico: Pedagogia de Quilombo..	84
3.1 Mapeamentos.....	43	6.2 Encontros Regionais.....	88
3.2 Processo para emissão de certificação de comunidades quilombolas.....	44	6.3 Memória.....	94
3.3 Processo de titulação do território quilombola.....	46	6.3.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Memória.....	94
<b>4. A PEDAGOGIA DE QUILOMBO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS</b> .....	48	6.4 Oralidade.....	99
4.1 Comunidade educativa da Pedagogia de Quilombo: griottes e griots que educam e ensinam.....	52	6.4.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Oralidade.....	99
4.2 Espaços ancestrais educativos da Pedagogia de Quilombo e o Projeto Político-Pedagógico.....	59	6.5 Questões centrais dos Eixos Memória e Oralidade para a comunidade educativa: elaboração do PPP.....	102
<b>5. PEDAGOGIA DE QUILOMBO E ORIENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO</b> .....	62	6.6 Comunidade.....	104
5.1 Orientações para a construção do Projeto Político-Pedagógico: gestão participativa.....	66	6.6.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Comunidade.....	104
5.2 Projeto Político-Pedagógico.....	72	6.7 Territorialidade.....	107
5.3 Currículo.....	72	6.7.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Territorialidade.....	107



6.8 Questões centrais dos Eixos Comunidade e Territorialidade para a comunidade educativa: elaboração do PPP.....	112
6.9 Ancestralidade.....	113
6.9.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Ancestralidade.....	114
6.10 Tecnologias.....	117
6.10.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Tecnologias.....	117
6.11 Questões centrais dos Eixos Ancestralidade e Tecnologias para a comunidade educativa: elaboração do PPP.....	122
6.12 Saúde da população quilombola.....	125
6.12.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Saúde da População Quilombola.....	125
6.13 Mulher quilombola.....	128
6.13.1 Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola: Eixo Mulher Quilombola.....	129
6.14 Questões centrais dos Eixos Saúde da População Quilombola e Mulher Quilombola para a comunidade educativa: elaboração do PPP.....	134
<b>7. NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA DE QUILOMBO.....</b>	<b>136</b>
7.1 Educação Infantil e a Pedagogia de Quilombo.....	138
7.1.1 Os campos de experiência e a Pedagogia de Quilombo.....	139
7.1.2 O eu, o outro e o nós quilombolas..	139
7.1.3 Corpo, gestos e movimentos ancestrais.....	141
7.1.4 Traços, sons, cores e formas.....	142
7.1.5 Escuta, fala, pensamento e imaginação.....	143
7.1.6 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.....	145
7.2 Ensino Fundamental.....	147
7.2.1 Áreas do conhecimento e componentes curriculares na Educação Escolar Quilombola.....	148
7.2.2 Área de linguagens.....	148
7.2.2.1 Língua portuguesa.....	148
7.2.2.2 Língua inglesa.....	149
7.2.2.3 Arte.....	149
7.2.2.4 Educação Física.....	149
7.2.3 Área de matemática.....	150
7.2.3.1 Matemática.....	150
7.2.4 Área de ciências da natureza.....	150
7.2.4.1 Ciências.....	151
7.2.5 Área de ciências humanas e sociais aplicadas.....	151
7.2.5.1 Geografia.....	152
7.2.5.2 História.....	152
7.2.6 Área do ensino religioso.....	153
7.2.6.1 Ensino religioso.....	153
7.3 Ensino Médio.....	153
7.4 Educação Especial (EE).....	155
7.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	156
<b>8. TEMAS INTEGRADORES.....</b>	<b>158</b>
8.1 Educação para as relações étnico-raciais.	160
8.2 Gênero e Educação Escolar Quilombola..	161
8.3 Educação ambiental.....	161
<b>9. PROSA FINAL.....</b>	<b>164</b>
Referências.....	168
Anexos.....	172

# PREFÁCIO

**F**ruto de um intenso processo de reivindicação política das lideranças quilombolas do Ceará, por uma educação contextualizada e libertadora que atendesse nossas demandas e pautas educacionais, foi que surgiu a necessidade de se desenvolver um documento e/ou proposta que pudesse orientar os profissionais da educação que estejam atuando nos territórios ou atendam aos educandos/as quilombolas cearenses, a pensar uma proposta de educação para as relações étnico-raciais que contribuam para a afirmação da identidade, fortalecimento das práticas culturais, saberes e modos de fazer, experiências do bem viver nos quilombos e territórios tradicionais.

Acentuando a luta, vale ressaltar que a comunidade quilombola cearense passou mais de um século em total silenciamento por conta das constantes ameaças e falácias de que no Ceará não tem negros/as ou uma população que foi escravizada, contribuindo desta forma para o racismo estrutural, institucional e ambiental que recai sobre nós quilombolas, o que nos levou estrategicamente, a “esconder” nossa identidade para nos mantermos vivos.

Este documento é uma proposta que se articula com a educação das relações étnico-raciais e a legislação antirracista. Por encontrarmos um cenário aberto aos diferentes diálogos que reafirma nossas identidades, dando continuidade ao legado de luta e resistências dos nossos antepassados, começamos a nos organizar e a reivindicar nossos direitos garantidos constitucionalmente. Saímos da invisibilidade histórica a nós imposta, e passamos a ocupar os espaços políticos da luta por direitos humanos como a regularização fundiária dos nossos territórios, a educação diferenciada, a saúde, a moradia, a assistência social, a cultura, o meio ambiente, as políticas públicas de desenvolvimento local, reparativas e inclusivas.

O presente documento, que irá orientar as escolas que atendem estudantes quilombolas a construir seu Projeto Político-Pedagógico – PPP, faz parte de um esforço coletivo entre diversos segmentos da sociedade civil organizada, especialmente, da Comissão Estadual de Quilombolas Rurais do Ceará – Cequirce, juntamente com suas lideranças e profissionais da educação. É parte de uma pauta política, junto ao governo do Ceará, através

da Secretaria da Educação do estado do Ceará – Seduc. Demanda urgente e necessária para avançarmos com uma proposta de educação que fortaleça os processos organizativos das comunidades quilombolas, bem como da afirmação da identidade nas diferentes etapas e modalidades de ensino a que os estudantes quilombolas têm direito.

Este é um marco histórico para a educação pública do Ceará, especialmente para a educação quilombola, já que no passado, educação era privilégio de poucos - homens brancos e ricos, o que contribuiu para uma prática de educação eurocêntrica, centrada no conhecimento que vinha da Europa e que excluía os saberes quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, prática que reforçava a desigualdade social, o racismo e o preconceito contra a população negra e camponesa.

O presente documento orientador é um documento político, gerador de direitos humanos e que pretende ousar na construção de um conhecimento que dialogue com os diferentes sujeitos históricos de direitos, respeitando sua diversidade, relações territoriais, práticas culturais, processos organizativos, cultura, religião, meio ambiente, política e bem viver.

É com muita alegria, satisfação e entusiasmo que teço nessas poucas linhas a minha gratidão ao conjunto de pessoas que tiraram um pouco do seu tempo para se reunir e pensar estratégias para elaborar um documento orientador que servisse de referência para os educandos/as, educadores/as e demais profissionais na promoção de uma educação contextualizada, popular e libertadora, que se juntaram para construir uma proposta de educação que rompesse com o falido latifúndio do saber.

O documento traz a situação sócio-histórica dos Quilombos Rurais do Ceará, a quantidade de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares e identificadas pelo Movimento Quilombola do Ceará, além da relação das escolas que atendem estudantes quilombolas e que estão nos territórios e fora dele. Também um diagnóstico ilustrativo elaborado a partir do diálogo com as lideranças quilombolas e materializado através dos mapas sociais ou cartografias sociais, feito em parceria com o Instituto Federal do Ceará - IFCE, Campus Fortaleza e o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Material feito a várias mãos que, se utilizado da forma certa, respeitando os processos constitutivos das pessoas envolvidas na sua construção, vai materializar parte dos sonhos e projetos de vida dos quilombolas do Ceará, pondo fim ao preconceito e às estruturas racistas que

insistem em inferiorizar e violentar pessoas e grupos que trazem nas suas histórias e narrativas de vidas, marcas de um período de opressão, violação de direitos e negação da população negra aos espaços de produção de conhecimento e a tão sonhada escola pública gratuita e de qualidade.

Nossa tarefa, em parte, está sendo cumprida. Cabe a todos os agentes públicos fazer efetivar esse direito, sensibilizando os gestores/as municipais a aplicar essa política pública, capaz de mudar os rumos da nossa história, combatendo as injustiças e os privilégios de alguns. A luta antirracista é uma pauta atual, tarefa de todos nós, cidadãos e cidadãs. A nossa jovem democracia pede coragem das mulheres e homens que ousam trilhar outros horizontes, alicerçados na justiça e na inclusão social, valores humanitários e civilizatórios que necessitam ser exercitados no dia a dia e que sirvam de exemplo para as presentes e futuras gerações.

João Luís Joventino do Nascimento – João do Cumbe, quilombola do Cumbe, defensor de direitos humanos, ambientalista e educador popular.







1

## PROSA INICIAL



Comunidade Serra dos Chagas, Região do Cariri  
Fonte: Arquivo Consultora, 2019



***“Meu nome é Maria Grosso. Mas Grosso é só nome, porque meu xerém é fino. Quase sempre vivi por aqui, aonde o boi chegou. Meu tio foi quem deu nome a este lugar, mia fia!... Quando vim para cá, em meados de não sei quando, aqui era um pedaço de chão muito bom, porém difícil, mia fia! De onde eu vim? Sei de nada não, eu não estou boa não... Maria, tu sabe? A tramontana me carregou para cá, é isso que importa. Tá chovendo, mia fia. Ô chuva boa! Pois é, nessa terra do boi vinha gente daqui e dali, dessas quebradas do mundo de meu Deus”.***

**Manoel Neto**  
Escritor Salitrense

Estradas de chão batido levantaram a poeira da história quilombola cearense. Ipês colorindo paisagens cinza-esverdeadas, olhares curiosos, o curral, a boiada. As cercas de vegetação nativa envaradas, o aconchego, o aroma e o sabor do baião de dois na panela. O silêncio ao anoitecer, galos e galinhas avisando que já era dia. O cheiro da tapioca e do mato, o café, o chá de capim-santo ou de erva-cidreira e, é claro, uma boa prosa. Tudo isso condensou uma mistura interessante para a construção coletiva das orientações dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas quilombolas do estado do Ceará, assim como contribuiu com conteúdos que formam e informam as práticas das escolas quilombolas.

Percorremos as comunidades afro-rurais<sup>7</sup> da Região do Cariri, do Sertão de Crateús, do Sertão dos Inhamuns, da Região Metropolitana de Fortaleza, do Maciço de Baturité e do Sertão Central. No entanto, reconhecemos as nossas limitações ao não alcançar todas as regiões, municípios, comunidades, escolas e professoras/es do Estado em áreas quilombolas, mas por meio deste documento esperamos contribuir com suas práticas educativas e com a forma como olham para a comunidade.

No momento dos Encontros Regionais proseamos oficialmente com quatrocentos e cinquenta e três (453) pessoas, sendo duzentos e sete (207) pessoas da Região do Cariri, cento e trinta e sete (137) das Regiões do Sertão dos Inhamuns e Sertão de Crateús, setenta e quatro (74) da Região Metropolitana de Fortaleza e trinta e cinco (35) das Regiões do Maciço de Baturité e Sertão Central. Tendo em vista a importância do protagonismo da população quilombola, proseamos a partir de uma metodologia ativa, de uma pedagogia da escuta. Ouvi-los foi uma ferramenta fundamental, condição para a preservação da identidade da proposta construída, consideração da comunidade educativa, dos espaços e dos sujeitos que educam. Assim, vislumbramos uma pedagogia própria, a fim de alimentar e transformar o projeto pedagógico da escola enquanto espaço sistematizador de conhecimentos produzidos pelos grupos sociais.

É com prosa e emoção, respeitando a autonomia da comunidade educativa<sup>8</sup> quilombola, suas formas de organização, iniciativas de trabalhos, projetos, ações e atividades realizadas pelas próprias escolas, que apresentamos uma materialização dos sentidos e significados da Educação Escolar Quilombola em forma de material formativo que orientará a construção dos PPPs de escolas quilombolas localizadas nos municípios do estado do Ceará.

<sup>7</sup> No estado do Ceará, as comunidades quilombolas se caracterizam como comunidades negras rurais, ou seja, preservam africanidades em territórios rurais, embora haja indícios de comunidades quilombolas já urbanizadas.

<sup>8</sup> Grupo que contribui com a Educação Escolar Quilombola. Fazem parte desse grupo, a comunidade quilombola, o Movimento Quilombola, o Movimento Negro, os professores quilombolas, os núcleos de estudos e pesquisas sobre a temática, dentre outros sujeitos.

No nosso entendimento, contribuir com a sociedade no acesso ao patrimônio da cultura quilombola, e, em especial, com as especificidades da educação escolar em territórios quilombolas, supera a dimensão meramente técnica deste documento, cujo registro das memórias e das ancestralidades resultou de uma metodologia participativa e ativa, estabelecida por aqueles atores que constroem os enredos e cenários da escola e da comunidade.

Dessa forma, a política de Educação Escolar Quilombola que se constituiu no diálogo entre o Estado, os Municípios e as Comunidades, representa um avanço democrático em tempos tão difíceis. Essa ação é o reconhecimento de que, em sua prática educativa, o direito ao acesso educacional específico precisa ser considerado. Nesse sentido, é a primeira vez<sup>9</sup> que o estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (Codin) e das Secretarias Municipais de Educação (SMEs), em uma prosa estabelecida a partir da ação coletiva com as comunidades quilombolas, com o Movimento Negro, o Movimento Quilombola, pesquisadores e estudiosos da temática e profissionais da educação, apresenta orientações conceituais e metodológicas para a construção dos PPPs das escolas localizadas em quilombos e, com isso, compartilha um documento que valoriza os conhecimentos ancestrais.

A preocupação com a ausência de conhecimento histórico sobre o povo negro e a formação dos quilombos nos fez produzir um documento que é, ao mesmo tempo, formativo e orientador dos PPPs das escolas quilombolas do estado do Ceará. Algo que já advém da demanda do movimento quilombola que reivindica para as escolas uma proposta curricular que fale sobre o quilombo e para ele se volte.

O Censo Escolar nos forneceu informações de todas as escolas quilombolas, estando elas em território delimitado ou não. Assim como orientam as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola<sup>10</sup>, fez-se necessário encontrar definições de uma pedagogia própria. O levantamento sistemático das escolas quilombolas do território cearense foi importante para este trabalho, tendo em vista uma maior aproximação e cooperação entre os sistemas de educação municipal e estadual.

A responsabilidade e o compromisso assumidos pelo Governo do estado do Ceará, por meio da Seduc/Codin, de propor um documento que oriente a reformulação dos PPPs das escolas quilombolas, marca a história da Educação Escolar Quilombola do estado do Ceará. Tendo em vista o reconhecimento da política pública educacional como ferramenta importante para o fortalecimento das identidades étnicas, seguimos na contramão da hegemonia dos processos educacionais generalizantes, uma vez que essa proposta se abre para a revitalização da tradição. Entre outros elementos, a Resolução CNE/CEB n° 8 de 20 de novembro de 2012, aponta que as comunidades quilombolas reivindicam uma educação escolar que represente suas identidades, seus jeitos e formas de viver e existir.

<sup>9</sup> Ações que institucionalizam a Educação Escolar Quilombola podem ser verificadas no ANEXO 8.

<sup>10</sup> Resolução CNE/CEB n° 08 de 20 de novembro de 2012.

As muitas vozes ouvidas foram importantes para que as mãos costurassem os retalhos dessa política orientadora e organizassem um dispositivo que pudesse possibilitar à comunidade educativa quilombola a realização de um trabalho atualizado, numa perspectiva conceitual adequada, assim como uma metodologia que considerasse **a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola** como elementos problematizadores dos quilombos contemporâneos do Ceará. De tal modo que essas problematizações pudessem estar presentes no PPP e serem transformadas pela escola em transposições didáticas significativas.

Condensamos esses elementos problematizadores dos quilombos contemporâneos cearenses em uma pedagogia própria, ou melhor, uma Pedagogia de Quilombo. Encontramos nas formas de existir e de ser da comunidade quilombola, as questões que inspiram o PPP, o currículo, as práticas pedagógicas, as áreas do conhecimento, os níveis educacionais, a avaliação e os processos de ensino e de aprendizagem. São, desse modo, oito Eixos curriculares da Pedagogia de Quilombo que inspiraram a construção deste documento, conceitual e metodologicamente, e têm a possibilidade de materializar e conduzir os PPPs das escolas quilombolas.

O documento com o qual a/o leitor/a e toda a comunidade educativa entrará em contato foi pensado a partir da realização de Encontros Regionais promovidos, em sua maioria, no próprio território em que há escolas quilombolas. Esses encontros tiveram a participação da comunidade anfitriã, das comunidades visitantes, da Seduc, das/os professoras/es dos diversos quilombos, das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes), das SMEs, dos técnicos educacionais e de qualquer um/a interessado/a em conhecer e contribuir com a política de Educação Escolar Quilombola.

Os encontros nos deram “sustança”, como dizem os mais velhos, não apenas de conteúdos para o documento, mas também de afetos, de envolvimento, de emoções, de memórias e de ancestralidades que nos ajudaram, inclusive, a pensar sobre nós mesmos, sobre nossa própria existência e identidade. Ao longo das páginas seremos conduzidos por memórias e problematizações da população quilombola cearense, principalmente sobre a escola que temos e a escola que queremos, também por narrativas sobre o território, sobre os antepassados, que embora fisicamente ausentes estão presentes na vida, materializados pela oralidade nos terreiros da memória.

São narrativas quilombolas representadas de diversas formas. Indo dos mais velhos aos mais novos, todos se deparam com a possibilidade de uma educação que respeita suas existências. Aqueles, os mais velhos, encontraram o direito de protagonizar suas próprias narrativas, de registrar na escola suas impressões de mundo e de vivência, não apenas como uma população que foi escravizada, mas como povos herdeiros, possuidores de um conjunto de conhecimentos e uma imensa carga cultural, com outras

cosmovisões que envolvem “uma visão particular do mundo ou, melhor dizendo, uma presença particular no mundo, um mundo concebido como um todo onde todas as coisas se religam e interagem” (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 169). Também uma outra relação com o corpo, com a vida, com a terra, com a ancestralidade, com o princípio de energia vital ligado ao sagrado, com os conhecimentos compartilhados de quem lhes antecedeu e que serviu de base para a construção do desenvolvimento do mundo ocidental eurocêntrico, das Américas e da construção de si mesmos em um movimento diaspórico.

Povos que souberam estar em sintonia com os elementos naturais, que buscaram um equilíbrio entre o ayé (terra) e o orun (céu)<sup>11</sup>, cuja relação ainda está presente lá nos quilombos. O espírito de comunidade, de solidariedade, o cuidado com o outro e bem-estar comum, a relação com a natureza são valores da ancestralidade africana preservados nos quilombos. Precisamos aprender e reaprender com eles!

Este documento orientador, com característica formativa e informativa, está fundamentado principalmente nas ricas contribuições dos sujeitos quilombolas. A proposta aqui apresentada está organizada em sete partes. A primeira parte apresenta as questões conceituais históricas e contemporâneas sobre o quilombo, além de trazer as definições sobre a organização da Educação Escolar Quilombola. A segunda, apresenta um panorama histórico e conceitual da luta quilombola pela política da Educação Escolar Quilombola. Ao mesmo tempo traz contribuições informativas com conteúdos sócio-históricos sobre as comunidades quilombolas cearenses a partir de mapeamentos realizados, assim como informações sobre os processos de emissão de certificação, titularização do território junto à Fundação Cultural Palmares.

A terceira parte conceitua a Pedagogia de Quilombo e sua relação com o PPP, assim como compreende a comunidade educativa como um coletivo que ensina e educa os jovens e as crianças quilombolas. Comunidade educativa que compreende as griottes e os griots que educam, uma vez que reflete sobre os espaços educativos da Pedagogia de Quilombo e o Projeto Político-Pedagógico.

A quarta parte contribui com as orientações para a elaboração do PPP a partir da Pedagogia de Quilombo, assim como traz concepções sobre PPP, currículo, avaliação, formação específica para professores e o perfil docente, calendário escolar, alimentação, tecnologias da informação e, por fim, identidade da escola no que diz respeito aos símbolos, ornamentação e fardamento.

<sup>11</sup> São palavras da Língua Iorubá que guardam uma visão de mundo que muitas vezes permanece invisível para os olhares ocidentais. A língua é falada secularmente em países ao sul do Saara como Nigéria, Benin, Togo e Serra Leoa. No Brasil, essa língua foi preservada em ritos religiosos de matriz africana dos Candomblés de nação Ketu, Efon, Ijexá, Egbá, dentre outros, assim como em Cuba, no culto conhecido como Lucumi.

A quinta parte explica a metodologia utilizada para a construção do documento e reúne os Eixos da Pedagogia de Quilombo de forma metodológica e orientadora.

A sexta parte apresenta os níveis e modalidades educacionais na interface com a Educação Escolar Quilombola, desde a Educação Infantil, os campos de experiência no Ensino Fundamental, Ensino Médio, até a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos.

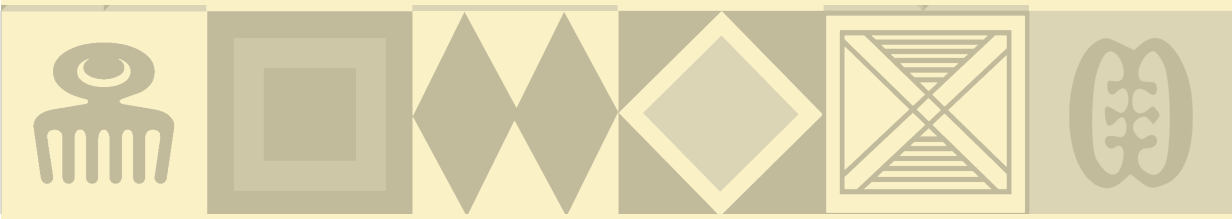
A sétima e última parte faz alusão ao trabalho com temas integradores oferecendo a possibilidade de abordar, nas ações pedagógicas das escolas quilombolas, a educação para as relações étnico-raciais, gênero e sexualidade e educação ambiental.

A expectativa é que essas orientações, bem como a metodologia utilizada, contribuam para transformar e repensar a realidade educacional das comunidades quilombolas do estado do Ceará.

Plantamos sementes, esperamos que germinem! Esta é uma prosa que não tem fim, portanto exige o regar contínuo. Todavia, o sucesso dessas orientações depende do proseado e do cultivo constante entre gestores estaduais e municipais, gestores escolares, professores, estudantes, líderes comunitários, com ações e projetos das/os professoras/es que atuam nas escolas quilombolas, assim como a participação do Movimento Quilombola, do envolvimento das comunidades quilombolas e o empenho com as práticas pedagógicas étnico-quilombolas mediadas por suas formas dialógicas e participativas.

Que assim seja!  
Ana Paula dos Santos

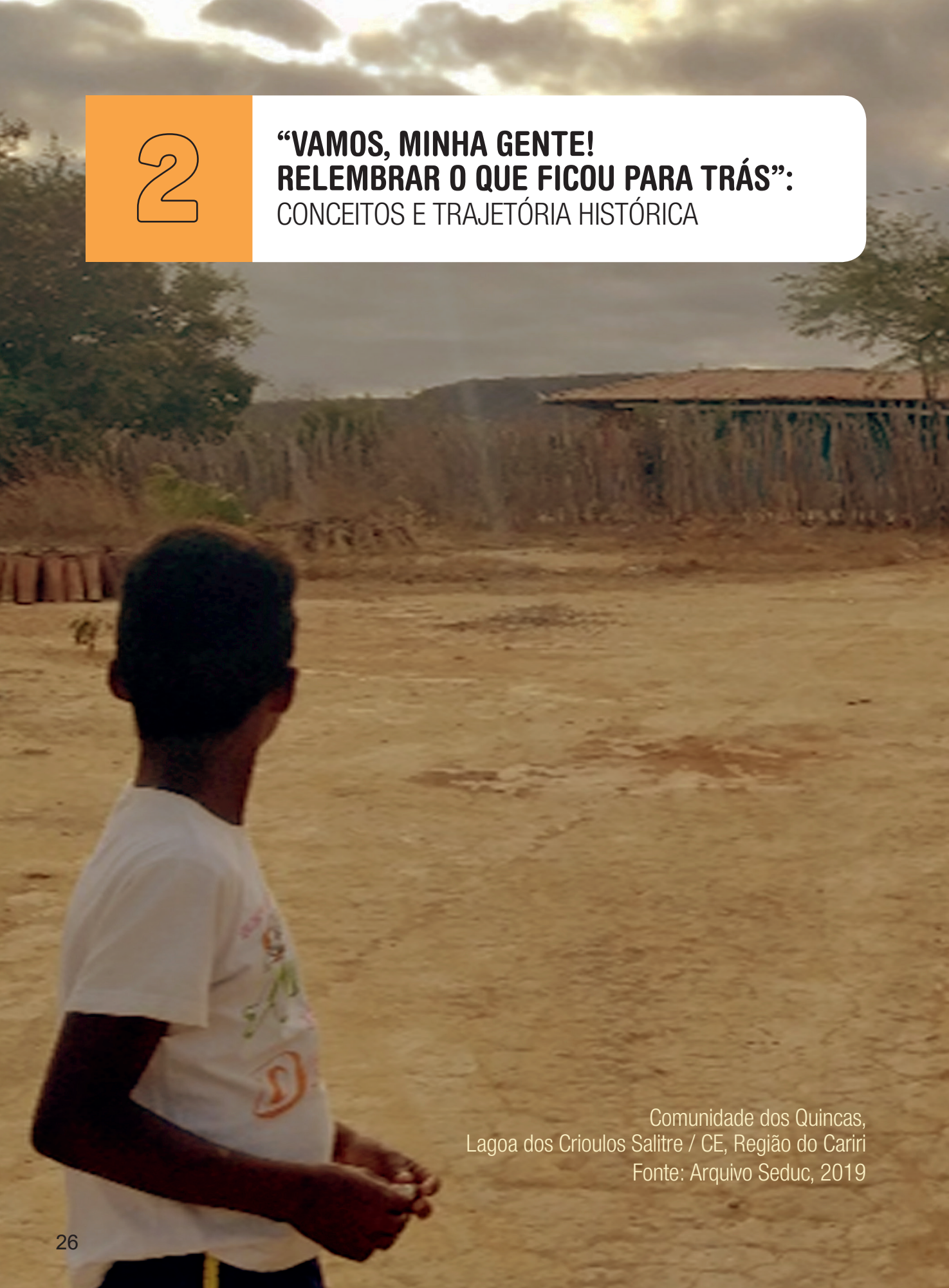






2

**“VAMOS, MINHA GENTE!  
RELEMBRAR O QUE FICOU PARA TRÁS”:  
CONCEITOS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA**



Comunidade dos Quincas,  
Lagoa dos Crioulos Salitre / CE, Região do Cariri  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019



***“Nossa comunidade é quilombola, tem muita cultura e boas histórias. A seca ou inverno? Não sei qual eu gosto mais. Acho que é do inverno porque ele produz mais”.***

**Amanda do Nascimento Silva**  
Estudante do 5º ano  
Quilombo Serra dos Chagas  
Cariri, Ceará.

## 2.1 O QUE É UM QUILOMBO?

Na maioria das vezes, as respostas a essa pergunta têm nos levado à memória do quilombo histórico, colonial como um lugar de “fugidos”. Insistir nessa ideia distorcida sobre o quilombo significa negar ou invisibilizar o verdadeiro sentido da história dos quilombos e protagonismos dos quilombolas no Brasil.

A expressão quilombo tem origem no continente africano. A palavra em si, *Kilombo*<sup>12</sup>, tem origem nas línguas *Bantu*, e quando aportuguesada, *quilombo*. Falada pelo povo *ovimbundo* na África Central, região que se estende da atual República Democrática do Congo, antigo Zaire até Angola, a palavra faz referência a um tipo de instituição sociopolítica militar formada no século XVII pelos povos angolanos *Jaga* e *Imbangala* e os *Lunda* do Zaire. Na verdade, a expressão ultrapassa esse sentido militarista. Quilombos são uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes com estratégias de reagir ao escravismo, buscando outras formas de sobrevivência e existência (MUNANGA; GOMES, 2006).

Há diversas semelhanças entre os quilombos brasileiros e os africanos, praticamente formados no mesmo período histórico (MUNANGA; GOMES, 2006), reconstruídos por uma população que não se rendeu. No exílio forçado, não se reconheceu no novo mundo como um cativo, porque compreendeu não ser propriedade de outros.

A relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola de 2012, Nilma Lino Gomes, também nos ajuda a problematizar o conceito de quilombo. Ela destaca que os quilombos contemporâneos, que podem estar localizados em áreas rurais ou urbanas, têm uma tradição cultural que valoriza os antepassados em um processo histórico identitário comum e de pertencimento. São grupos conscientes da luta pelos territórios que habitam e usufruem.

Moura e Scipioni (2012) consideram que os quilombos contemporâneos são as comunidades negras rurais onde se agruparam descendentes de escravizados. Segundo os autores, os laços de parentesco permanecem na memória coletiva dessas comunidades que vivem da cultura de subsistência em terras doadas, compradas ou ocupadas secularmente, e a luta pelo território tem sido uma das principais reivindicações dessas comunidades.

### PARA SABER MAIS...

O antropólogo Kabengele Munanga, professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), publicou um artigo na Revista eletrônica da USP sobre a origem e histórico do quilombo na África.

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>

<sup>12</sup> Na ortografia das palavras em línguas bantu dispensamos a representação da tonalidade, fenômeno característico dessas línguas. Essa tonalidade é marcada pelos tons baixos (por exemplo /à/), alto (/á/), montante (/a/), descendente (/â/). Exemplo: kilómbò. Informação disponível na Revista eletrônica da USP.

A quilombola Antoneide Ribeiro de Sousa, de 45 anos, da Comunidade Quilombola de São Jerônimo, de Quiterianópolis, entende que o quilombo ganhou um sentido diferente a partir da organização da associação quilombola. Tal organização é um instrumento importante, inclusive para a certificação das comunidades, que por meio de um cadastro tem beneficiado a comunidade e possibilitado o acesso a políticas públicas específicas. Para ela, o esquecimento de quem eram não proporcionou nenhum tipo de melhoria para a comunidade, mas depois da associação “as coisas mioraram um pouco”. Entretanto, ela apresenta que um dos maiores problemas da sua comunidade é o transporte escolar, tendo em vista não ser um transporte adequado, principalmente para as crianças menores que precisam se deslocar para a escola.

Conforme o Decreto nº 4.887/2003, os quilombos são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Nas palavras da historiadora Beatriz Nascimento, “quilombo é aquele espaço geográfico onde o homem tem sensação de oceano, é como se sentir na Serra da Barriga, toda energia mística entra no seu corpo, eu fico grande numa serra” (NASCIMENTO, 1989).

*“Quilombo né o nome da associação!?, é muito bom, a pessoa assiste as reunião, tem muitas coisas boas que vem, ai pra mim, é um prazer muito grande, eu ser, sou muito orgulhosa ser quilombola, pois é, quando é de manhãzinha, 5h a gente vai cuidar lá do, lá do galpão das galinhas lá, a gente cuida, cuida lá, lava, a água muda. Bota remédio e varre e dá comida e assim é muito bom”.*

**Maria Ferreiro**

58 anos, Comunidade Quilombola de São Jerônimo, Quiterianópolis.



Maria Ferreiro e Antoneide Ribeiro. Comunidade Quilombola de São Jerônimo – Quiterianópolis-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

O processo de formação de quilombos, além de ser originalmente africano, não é uma especificidade apenas do Brasil. O quilombamento é uma realidade na história das Américas, ou melhor, o processo de formação de quilombos ocorreu onde existiu formas de escravismo “criminoso” (CUNHA JÚNIOR, 2012).

No que diz respeito à palavra quilombo em si, encontramos variações linguísticas para o termo de acordo com a região: *cimarrónes*, em muitos países de colonização espanhola; *palenques*, em Cuba e na Colômbia; *cumbes*, na Venezuela e *marrons* na Jamaica, Estados Unidos e Guianas (BRASIL, 2012). Há também o registro de formação de quilombos no Chile, Equador, Bolívia e Haiti. Nesse sentido, podemos dizer que os quilombos são heterogêneos. Eles desenvolveram outras formas de existir, criaram estratégias de resistências a partir de um modo de vida diferente do que propunha o sistema colonial.

No território brasileiro são várias as comunidades negras e quilombolas existentes. No mapeamento realizado por Anjos (2006), foi constatado que em todas as unidades federativas há o registro de quilombos, com exceção de Roraima, Distrito Federal e Acre. Porém, em uma recente atualização feita em 2016 pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a capital do país entrou para o mapa quilombola com oito comunidades.

Assim, são grupos étnicos que se construíram tendo como base principal de existência o território, entendido como um espaço coletivo que imprime a vida da comunidade, cujas relações se dão pela **memória, oralidade, comunidade, territorialidade, ancestralidade, tecnologias, saúde da população quilombola e mulher quilombola**, principais características das comunidades do estado do Ceará. Tais características podem variar dependendo da região do Brasil.

### PARA SABER MAIS...

O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) produziu em 2012 um documento síntese sobre a formação de quilombos nas Américas.

Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2413/1/Livro\\_Quilombo%20das%20americas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2413/1/Livro_Quilombo%20das%20americas.pdf)

## 2.2 O QUE É SER QUILOMBOLA?

Quilombolas são aqueles que lutam para existir. São os que resistiram e resistem ao apagamento histórico. São também os que acolhem em casa, preparam a dormida, tangem o gado, o rebanho, preparam o chá, o café e acolhem no afago das palavras ancestrais. A resistência quilombola tem nos ensinado a viver em uma sociedade que invisibiliza a história da população negra. Perguntamo-nos sobre o que é resistência. A resposta é ser quilombola. A população quilombola aprendeu a resistir, conquistou o solo e territorializou a terra. Tendo em vista o que ela representa para esses povos, a terra é um patrimônio histórico cultural ressignificado por valores e visões do mundo africanos, transmitidos de uma geração a outra.

O Decreto nº 4.887/2003 apresenta o conceito de que quilombolas são os grupos étnico-raciais que atendem aos critérios de autoatribuição,

com trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O Decreto nº 6.040/2007 (art. 3º, inc. I) que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais define essa população como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, como as cantigas e os divertimentos (BRASIL, 2007).



Comunidade Serra dos Chagas, Lagoa dos Crioulos,  
Salitre-CE, Região do Cariri.  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

*Boi, boi vamos vadiar, boi,  
boi vamos vadiar. Meu boi  
bonito vamos vadiar,  
não vá errar,  
vamos vadiar.*

*Boi, boi vamos vadiar, Boi,  
boi vamos vadiar. Meu boi  
bonito vamos vadiar,  
não vá errar,  
vamos vadiar.*

**Cantiga das dançadeiras do Toré,  
Comunidade Quilombola de Carcará,  
Potengi, Ceará.**

A cantiga da dança do toré da comunidade quilombola de Carcará, em Potengi, faz uma relação do boi com a vadiagem. O primeiro elemento dessa relação evidencia a identidade do boiadeiro, do sertanejo, que de forma bastante singular é encontrada na cultura nordestina e cearense, ou melhor dizendo, na cultura afro-rural quilombola. O segundo elemento é a forma como os capoeiristas tratam a prática do jogo/luta na roda, bem diferente da forma pejorativa com a qual geralmente é associada a luta ao vadio.

O povo negro entende a vadiagem como estratégia de luta e resistência. Eram nas rodas de capoeira, no gingado, que as rotas para o quilombo eram traçadas. O vadio foi criminalizado pelo sistema colonial de higienização, entendido como aquele dado ao ócio. O capoeirista foi criminalizado e a prática da capoeira considerada um tipo de vadiagem.

Ressalta-se ainda na cantiga, a relação da vadiagem com a identidade do denominado sertanejo, boiadeiro e sua relação com a cultura do gado. Conforme Cunha Júnior (2013), capoeiristas, quilombolas ou simplesmente ex-escravizados foram historicamente vistos com desconfiança, como vadios, mesmo no pós-abolição. Tudo isso está ligado, de algum modo, a culturas africanas, afro-brasileiras e afro-quilombolas.

Por exemplo, quando analisamos etimologicamente a palavra “sertão”, segundo Oliveira (2016) que cita os estudos de Barroso realizados em 1983 sobre a constituição histórica do Nordeste, esta palavra teria origem no continente africano, tendo sido usada pelos colonizadores portugueses ao chegarem ao Brasil. Considerando que a relação entre Europa e África é anterior ao processo colonial brasileiro, em sentido originário “sertão” significa terras distantes do litoral, sendo o território árido ou não. As comunidades quilombolas cearenses estão situadas em localidades diversificadas de sertão com bioma de caatinga, matas, mangue e cerrado.

Esse desdobramento cultural e econômico foi ressignificado ao longo da história cearense e aparece ainda hoje simbolicamente ressignificado nas sandálias e bolsas de couro, nas máscaras dos reisados de careta, no sertão, no chapéu do vaqueiro e do boiadeiro e em toda essa representatividade que traz essa memória africana. Da lida do boi que é muito antiga no Continente, pois no antigo Egito já se desenvolvia a técnica do curtume do couro. Por isso,

na criação do gado, continuaram no Brasil a prática, de que eram mestres na África, de criá-los de um lado para o outro incessantemente, sempre em busca de novos pastos. Foram os vaqueiros negros e mestiços, a conduzir os rebanhos, dos primeiros a entrarem pelo Brasil adentro e iniciarem a saga de povoá-lo, enquanto se expandiam os seus limites (SILVA, A., 2013, p. 156).

Nas cantigas do boi que aparecem no Reisado do Boi Crioulo, nas cantigas da dança do toré ou na fala da quilombola da Lagoa dos Crioulos que se autodenomina “Maria da terra do boi”, vimos refletir-se em nós uma relação íntima de identidade com a cultura africana ancestral e contemporânea, tendo em vista que a atividade com a cultura do gado ainda é bastante significativa para alguns países do Continente, a citar a região Sul de Angola onde a atividade atualmente tem sido a base socioeconômica do país.

Ser quilombola é entender todos os sentidos e estratégias de luta do seu povo pela sobrevivência. É ter consciência de sua história, saber que ela não começou nos navios negreiros, que ela está para além disso, embora o livro didático continue insistindo nesse ponto de partida. Nossa história

### PARA SABER MAIS...

A professora Cicera Nunes publicou em 2003 a dissertação de mestrado “O Reisado em Juazeiro do Norte e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03.

Disponível em:

[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2982/1/2007\\_dis\\_CNunes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2982/1/2007_dis_CNunes.pdf)

começa no Continente e não no mar. Descendemos de civilizações e reinados africanos, de reis e rainhas, somos parentes de pessoas que desenvolveram a escrita, a Ciência, a Medicina, a Astrologia, a Numerologia, a tecnologia do ferro e do aço, as técnicas agrícolas, dentre outros elementos de um vasto legado.

Os quilombolas falam a partir da porteira de dentro, visto que isso se refere ao seu “ritual”, seus valores, linguagens, hierarquias. É o espaço e o tempo onde se dá a mobilização do axé (LUZ, 2000), portanto, externalizam para a porteira de fora que se “referem aos contatos com o mundo exterior à sua comunidade, para onde se irradiam suas diversas dimensões culturais” (LUZ, 2000, p. 146). Dessa forma,

“Ser quilombola é se autorreconhecer, se autoidentificar, não é só ser sócio de uma associação quilombola, se a pessoa não se reconhecer como tal em qualquer lugar que seja, além de procurar conhecer os direitos enquanto quilombolas. Ou seja, é importante a autoafirmação da identidade para o reconhecimento dos seus próprios direitos” (Nilcerly Melo de Oliveira, professora da EEIF Antônio Laurindo Soares, da Barra dos Ricardos, Quiterianópolis-CE).

Continuando da porteira de dentro para a porteira de fora, ou seja, das impressões de quem fala da sua própria experiência existencial para quem está fora do contexto, o estudante José Hélio de Araújo, de 17 anos, da comunidade Gavião, Quiterianópolis, repentista, poeta, se diz alegre por ser quilombola. Ele relata que sua comunidade é simples, mas é de um povo de coração grande e que a cultura da sua comunidade já vem dos seus antepassados, da geração transmitida de tio para sobrinho, de avô para neto. O poeta repentista enfatiza ainda que na sua comunidade não teve grandes oportunidades de mostrar o talento do grupo de repentista ao qual pertence, às vezes canta nas escolas ou em outros eventos. Porém, com a associação do quilombo ele está buscando benefícios para a comunidade, mobilizando também outros jovens.



*“Mais conhecido na área do repente Dadá Boiador, fazendo toada, poesia embolada, nesse Sertão cearense... Ser quilombola é ser um motivo de luta, resistência, não se impor, ao que, a grande elite, ao que o grande sistema impõe”.*

**Darlan,**  
17 anos, Comunidade Quilombola de Gavião,  
Quiterianópolis-CE.

A partir da fala dos quilombolas percebe-se que os valores civilizatórios da tradição africana, núcleo propulsor de suas existências, constituem os vínculos de sociabilidade e de alianças comunitárias que permeiam, há quase quatro séculos, a formação social da cultura identitária brasileira. Em meio à luta secular pela afirmação de si e a adaptação pelo viés da resistência, vimos que a tradição foi capaz de fortalecer, expandir e legitimar a continuidade existencial dos valores afro-brasileiros e africanos (LUZ, 2000).



*“Pra começar, ser quilombola não importa onde ele esteja, se for na África ou no Brasil, aonde for! É uma família, porque se não usarmos dessa palavra família, não há irmandade. Pra nós começarmos, temos que dar as mãos”.*

**Antônio Adaildo de Sousa Corrêa,**  
45 anos, quilombo da  
Serra dos Rodrigues,  
Quiterianópolis-CE

## **2.3 O QUE É EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?**

Do mesmo modo que ainda há no imaginário social uma confusão sobre a ideia de quilombo, também existe em relação à Educação Escolar Quilombola, interrogações do tipo: Tem escola no quilombo? E como é? Tem uma didática diferenciada? Esses são, geralmente, os primeiros questionamentos que surgem quando o assunto é educação no quilombo. Isso é compreensível porque a nossa consciência histórica sobre a formação e a resistência dos nossos ancestrais nos quilombos é ainda muito frágil e muito recente na história da educação no Brasil.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, como base no Parecer CNE/CEB nº 16/2012, a Educação

Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades escolares localizadas em território quilombola, embora escolas fora da comunidade que atendem estudantes vindos dos quilombos também devam considerar um currículo diferenciado, requerendo uma pedagogia própria que respeite as especificidades étnicas, culturais, sociais e históricas de cada comunidade. Seu quadro docente também deverá ter formações específicas que observem os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira na estruturação e no funcionamento das escolas em território quilombola que atendem estudantes quilombolas.

A Educação Escolar Quilombola é uma construção coletiva, ou seja, construída com a participação da comunidade. Assim como nos ensina a Mestre da Cultura, Maria de Tiê da Comunidade Quilombola de Sousa, Porteiras, Ceará: “Nós resgatamos a nossa cultura. Catamos assim... como se diz? Com as mãos, o que tava enterrado. O que tava esquecido. Vamos, minha gente olhar o que tá pra trás e vamos resgatar o que é nosso e vamos levar de geração pra geração”.

A Educação Escolar Quilombola começa na comunidade, nas relações comunitárias e com a família. A escola deve desempenhar o papel de articular os conhecimentos ancestrais com os conhecimentos elaborados e sistematizados pelos grupos sociais, dentre eles os da população quilombola, as formas sociais de organização política e do trabalho, as cosmovisões afro-quilombolas e, assim, alcançar “uma escola conceituada para quilombo” como destaca a quilombola Joanice Pereira Barros, da Comunidade Quilombola de Arapucas, Salitre-CE.

A população quilombola reivindica uma educação escolar que tenha o seu jeito de existir, de resistir, assim como participar do mundo do trabalho, da produção de conhecimento. Isso porque entende que a escola pode oferecer um futuro melhor para as futuras gerações quilombolas. Para isso, é importante que as instituições escolares localizadas em quilombos ou fora deles, compreendam e garantam a valorização dos vínculos que a comunidade mantém com sua ancestralidade e, com isso, possibilitem uma aproximação maior entre escola e comunidade, entre comunidade e escola.

Para as instituições escolares, além de considerarem as formas de existir quilombolas, outros aspectos também são importantes, tais como: o que se entende por quilombo, o quilombo como território, a relação entre o quilombo e o trabalho, as lutas da comunidade quilombola, a cultura e a ancestralidade africana e afro-brasileira, os avanços do direito quilombola na legislação brasileira, além da própria Educação Escolar Quilombola e seus atravessamentos pelas áreas do conhecimento, pelos níveis ou etapas escolares e pelas modalidades da educação básica (BRASIL, 2011).

É preciso ter conhecimento sobre as bases legais que fundamentam a Educação Escolar Quilombola, sua estrutura e funcionamento no tocante à alimentação escolar, ao calendário, à formação de professores e gestores, ao PPP, às concepções de avaliação e currículo. Entre outras questões fundamentais, vamos debruçar nossa reflexão sobre os pontos a seguir.

## 2.3.1 AS BASES LEGAIS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A luta da população quilombola e as reivindicações do Movimento Negro Brasileiro foram importantes para a elaboração das DCNEEQ (2012). As orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica determinam que a Educação Escolar Quilombola seja desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras, baseada na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria e de acordo com as especificidades étnico-culturais de cada comunidade.

No I Encontro Nacional Quilombola em 1995, realizado em virtude da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e pela vida, uma pauta importante foi a reivindicação por uma educação que respeitasse as especificidades das comunidades. Desde então ela apareceu também nas discussões sobre educação em âmbito nacional. No Plano Nacional de Implementação das DCNEEQ (2012), aprovado em 2009, estavam presentes também as especificidades para Educação Escolar Quilombola (SILVA, T., 2015).

A Lei nº 10.639/03 que alterou a LDB, Lei nº 9.394/96, no artigo 26-A, institui que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, tornem obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. O artigo 79-B prevê a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, em alusão ao dia da morte de Zumbi, um dos líderes do quilombo de Palmares. A referida Lei, alterada em 2008 pela Lei nº 11.645, que acrescentou ao texto a história e cultura indígenas, constitui-se também como um importante marco para a história da educação e das relações étnico-raciais. Essas conquistas legais representaram muito para a população negra no Brasil, uma vez que questionam a história da educação no Brasil pela ausência dessa pauta. Ao reconhecer os direitos educacionais da população quilombola, o Estado brasileiro assumiu que até então foi negligente com essa parcela da população.

Do ponto de vista das bases legais da Educação Escolar Quilombola, as deliberações partiram da Conae no ano de 2010 e do acordo firmado no I Seminário Nacional de Educação Quilombola realizado em novembro do mesmo ano para atender ao Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Assim como para atender a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Uma vez indicada pelo Conselho Nacional de Educação, a Câmara de Educação Básica instituiu, por meio da Portaria CNE nº 5/2010, a comissão responsável pela elaboração das DCNEEQ anteriormente referidas.

Conforme o documento final da conferência, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar a efetivação da Educação Escolar Quilombola (ver ANEXO 1).

### PARA SABER MAIS...

O Documento final da Conae resultou de um rico processo de construção coletiva, desencadeado pela decisão política de submeter ao debate social as ideias e proposições em torno da construção do Sistema Nacional de Educação, que assegurasse a articulação entre os entes federados e os setores da sociedade civil. A partir desse documento foram deliberadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Disponível em:

[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf)

As DCNEEQ orientam a educação nos territórios remanescentes de quilombo. Nesse sentido, traçam uma trajetória de reconhecimento da educação para a população negra nesses territórios e apontam o início de uma etapa que deve ser garantida pelas políticas afirmativas, sendo importante a formação dos professores, o acesso aos materiais específicos, à infraestrutura das escolas, à relação com o território, o acesso aos direitos, como saúde, água potável, segurança, lazer, moradia, além do direito à terra. Desse modo, reivindica respeito às especificidades das comunidades quilombolas.

A existência de quilombos urbanos e rurais no Brasil faz com que exista no campo educacional particularidades que consideram a relação ancestral desses povos, sejam eles situados na cidade ou no campo. As DCNEEQ destacam que na configuração dos quilombos rurais é possível encontrar pontos de intersecção com os povos de comunidades tradicionais do campo. A luta pela terra e o direito ao território é um ponto em comum, no entanto, existe uma relação ancestral que os distinguem nesses aspectos.

A Educação Escolar Quilombola deve movimentar o currículo no sentido de africanizá-lo, além de fortalecer a identidade, as lutas quilombolas por território e a valorização da sua própria história. Deve ressignificar as escolas que estão situadas em territórios quilombolas ou próximas a eles.

No estado do Ceará, por exemplo, há algumas escolas com essa especificidade. Elas estão próximas das comunidades quilombolas e atendem a um grande número de estudantes quilombolas. É o caso da EEIF Antônio Laurindo Soares, na Barra dos Ricardos, em Quiterianópolis, bem como de algumas escolas nas adjacências da comunidade quilombola de Alto Alegre, em Horizonte. O ideal, entretanto, seria que toda comunidade pudesse ter o seu próprio espaço de construção de uma educação diferenciada que considerasse as suas heranças culturais.

Essas escolas, dentro ou fora do território, fazem parte do sistema nacional de educação. Nesse sentido, acabam recebendo as influências de um currículo geral, daí a importância de uma pedagogia própria e diferenciada.

Reconhecer a educação escolar como um dever do Estado implica na garantia de um direito negado aos povos que foram invisibilizados na construção da história da educação brasileira, que os tratou como algo de menor valor. A população negra foi impedida de acessar a educação escolar no pós-abolição, ou seja, a ela foi relegado um lugar subalterno na história oficial e nas políticas educacionais. Todo esse processo fez parte de um projeto que tentou apagar a memória da população negra da história da educação.

Sendo assim, as políticas públicas educacionais voltadas para os quilombos devem considerar as relações que possuem com as dimensões históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais,

remetendo ao período inicial da instalação dos quilombos no Brasil, em África e nas Américas. A Educação Escolar Quilombola, portanto, é pensada para os povos negros e sua implementação deve ser acompanhada pelas secretarias estaduais e municipais de educação e por todos os órgãos e políticas públicas que viabilizam a educação no Brasil.

### 2.3.2 PANORAMA DAS ESCOLAS EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO ESTADO DO CEARÁ

Há escolas que existem e resistem e há outras que ainda não existem. Do ponto de vista físico, a escola precisa ser materializada, construída. Do ponto de vista pedagógico, quando a escola está localizada no território quilombola ou atende a sujeitos quilombolas, deve refletir sobre a realidade local no currículo e na prática pedagógica. Quando não o faz, a escola compromete o seu sucesso pedagógico. É papel pedagógico de todas as escolas pensar sobre o seu entorno. Há outras escolas que existem próximo à comunidade, mas não estão dentro do território. No entanto, acabam tornando-se escolas quilombolas visto que atendem estudantes quilombolas. Se os compreende e os respeita pedagogicamente como quilombolas, assim devem existir como escolas quilombolas.

Essa realidade foi apontada pelos quilombolas da Região do Sertão de Crateús e da Serra dos Inhamuns. Nos Encontros Regionais, os quilombolas apontaram a necessidade de criar mais escolas em territórios quilombolas. Isso porque em diversas situações, as que existem acabam atendendo parcialmente às suas necessidades, outras estão em precárias condições de funcionamento, tanto do ponto de vista da estrutura física, quanto das práticas pedagógicas específicas e se apresentam como um desafio para o sistema educacional do estado do Ceará.

#### PARA SABER MAIS...

O Ipea, com a divulgação do texto para discussão, visa contribuir com o diagnóstico sobre as escolas quilombolas e com as reflexões acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para esta modalidade, aprovadas em 2012.

Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25132&Itemid=383](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25132&Itemid=383)

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016 divulgado pelo Inep, existem no Brasil 186,1 mil escolas de educação básica. Desse montante, 66,1% estão situadas em áreas urbanas e 33,9 % na zona rural. Das escolas situadas na zona rural, 2,4 mil estão em áreas remanescentes de quilombos onde atuam 17.288 professores e recebem 264.404 alunos, entre jovens, crianças e adultos. Esses números aumentam à medida que outras comunidades vão recebendo sua certificação. Os estados que concentram o maior volume de instituições desse grupo são: Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

O referido Censo também mostra que as escolas situadas nos territórios de quilombos têm um atendimento maior em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As ofertas de Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ocorrem geralmente em escolas fora das áreas quilombolas. Isso pode resultar na dificuldade de oferta de um currículo diferenciado em virtude da ausência de formação dos professores e de material didático específico, além de dificuldades relacionadas ao

deslocamento dos estudantes devido às longas distâncias. No entanto, há quatro anos o Inep divulgou um perfil da Educação Escolar Quilombola, a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica de 2013, contribuindo assim com um diagnóstico sobre as escolas localizadas em áreas quilombolas e sobre as Diretrizes para essa modalidade.

São escolas importantes para a garantia do direito à educação, considerando seus marcadores de diferença. Nesse panorama de instituições, encontraremos uma comunidade educativa na tentativa de construir práticas pedagógicas significativas afro-quilombolas. No entanto, precisaremos refinar melhor as nossas lentes da afro-descendência e enxergar as contribuições históricas, sociais, culturais e formas próprias de ver o mundo das comunidades quilombolas, para assim encontrarmos a possibilidade de diálogo com o PPP e com as práticas de ensino e aprendizagem.

Para que o direito à educação de qualidade seja garantido aos estudantes quilombolas, é importante que essas escolas, assim como muitas outras escolas municipais e estaduais, usufruam, de uma maneira geral, de salas de leitura adequadas, não improvisadas, de laboratório de informática, de quadra de esporte, de acesso de qualidade à internet e de estrutura de acessibilidade para a população com deficiência.

De acordo com o Censo Escolar do estado do Ceará de 2019, são 33 escolas públicas quilombolas municipais; três escolas privadas na zona urbana de Fortaleza, respectivamente nos bairros Lagoa Redonda, Jangurussu e Conjunto Palmeiras<sup>13</sup>, e uma escola pública estadual de Ensino Médio, Escola Luzia Maria da Conceição na Comunidade Quilombola de Três Irmãos, Município de Croatá, Crede 5 - Tianguá, na Serra da Ibiapaba. Recentemente essa escola passou por uma reformulação do seu PPP com uma proposta desenvolvida coletivamente pela comunidade escolar e comunidade envolvida. A formulação dessa proposta teve o apoio da Seduc.

Para uma melhor compreensão dos dados citados, ilustramos nos ANEXOS 3 e 4 as escolas quilombolas do estado do Ceará informadas pelo Censo Escolar 2020. Das 35 informadas, uma é estadual de Ensino Médio e 34 são escolas municipais. Além disso, lideranças quilombolas informaram a existência de mais 5 escolas nucleadas ou anexos e 5 escolas municipais localizadas em seus territórios, totalizando 45 escolas em 25 municípios que, conforme informações do Censo Escolar de 2019, tiveram mais de 4.190 alunos matriculados.


<sup>13</sup> São bairros com população em sua maioria negra, com marcadores de africanidades e características de quilombo urbano. No entanto, até o momento não se tem registro oficial de autodeclarados quilombolas. Para saber mais sobre quilombismo urbano é importante consultar a dissertação “Deus Criou o Mundo e Nós Construímos o Conjunto Palmeiras: Quilombismo Urbano de Populações Afrodescendentes em Fortaleza-Ceará”, da autora Emanuela Ferreira Matias. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49134>

3

**EU MIOLO, TU MIOLAS E NÓS MIOLAMOS:**  
VAMOS MIOLAR SOBRE A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS  
NO CEARÁ. MIOLAR É VIDA!



As irmãs das Neves Carvalho – Grunec  
Fonte: Arquivo consultora 2019



***“Meu vô, desde criança juntava os filhos e os netos para contar histórias e essa história dizia: vamos conversar miolo de pote! E a gente dizia: vovô no pote não tem miolo, ele ressignificava tudo isso, né? Como não tem miolo? Se o pote tá cheio de água e água é o que? Água é vida e se tirar a água? O pote continua cheio ou vazio? Continua cheio. Cheio de quê? De ar. Ar também é vida. Então, miolo de pote é conversar sobre a vida, é conversar sobre a nossa vida vivida”.***

**Valeria Gercina das Neves Carvalho e  
Verônica Neuma das Neves Carvalho**  
Região do Cariri,  
Remanescente da comunidade negra,  
Saco dos Cansanção – Piauí

**M**iolar é verbo. Miolamos então sobre a história dos quilombos e quilombolas do Ceará, sendo essa também a função desse documento orientador, formativo e informativo dos PPP das escolas quilombolas. Foi importante considerar nesse processo a luta coletiva, as falas e as impressões que cada comunidade possui a respeito da escola que deseja construir.

Miolar com os quilombolas a partir de suas ópticas e visões de mundo, garante ao PPP legitimidade histórica, política, social, cultural, étnica e afro-quilombola, ou melhor, permite ouvir uma outra versão da história, outras narrativas que deslocam o pensamento colonial para uma outra visão e abre caminho para o miolar sobre a experiência que cada quilombola carrega de si e da vida no quilombo.

Dessa forma, os modos de ser e de fazer quilombolas atravessaram o tempo e permaneceram no miolar cotidiano do quilombo e, assim como na tradição africana, nunca devem ser generalizados. Não há uma África única nem um quilombo homogêneo, um africano ou um quilombola com um pensamento único. Uma vez que são heterogêneos, preservam hábitos, costumes, tradições culturais e artísticas diferentes uns dos outros, a depender da região, do espaço e do tempo, assim como do Continente.

Obviamente, nessas comunidades a coletividade é constante na luta por existência, e se aproxima enquanto povo que compartilha a miolagem da cultura negra no Brasil. O pote dos quilombolas está cheio de vida, de experiências e de acontecimentos que fazem parte de suas existências de hoje ou de ontem, mas que se encontram em um mesmo movimento temporal mediado pela oralidade. Para nós, enquanto sujeitos parte da história da população negra, esse miolar também é nosso.

O caminho percorrido por nossos ancestrais rumo a lugares desconhecidos, guiados pela saudade do continente mãe, territorializou espaços étnicos afro-quilombolas com o objetivo de criar sociedades independentes e libertas do sistema escravista, reconstruindo comunidades com o que cada um trouxe do mundo africano ancestral.

Nesse sentido, a trajetória histórica das comunidades quilombolas do estado do Ceará saiu do silêncio histórico e reapareceu no cenário de um modo geral, assim como também no contexto nacional a partir da década de 1980, fortalecida pelos princípios constitucionais.

Vamos miolar nas linhas seguintes sobre essa história no contexto cearense, apresentando alguns estudos e mapeamentos que valorizam o protagonismo e a narrativa da população quilombola cearense. O miolar é um princípio ancestral e parte do processo para a construção de uma Educação Escolar Quilombola que enxerga na caminhada da comunidade, a fonte, o “olho d’água” para instrumentalizar a prática pedagógica da escola.

No Ceará, no final da década de 1970 e início de 1980, observou-se a identificação de agrupamentos negros. A Universidade Federal do Ceará

(UFC) contactou a comunidade de Conceição dos Caetanos que chegou a produzir um filme chamado “Conceição dos Caetanos”. Em 1982, o Núcleo de Geografia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (Uece), mapeou três agrupamentos negros no município de Aquiraz: Goiabeiras, Lagoa do Ramo e Vila dos Pereiras. A partir de 1992 aumentaram os estudos nesse campo, tendo em vista o fortalecimento do movimento quilombola e das instituições que apoiavam a luta (RATTS, 2009). Com isso, o Ceará entrou na ciranda do miolar com as comunidades quilombolas.

Em 2010, a UFC promoveu o I Curso de Especialização para a Formação de Professores de Quilombo do município de Caucaia, coordenado pela professora Sandra Haydée Petit e pelo professor Henrique Antunes Cunha Júnior. Somente a partir de 2012 deu-se um movimento mais intenso da população negra e quilombola no acesso aos cursos de pós-graduação das Universidades Federal e Estadual do Ceará. Essa população levou consigo para as universidades as narrativas dos seus lugares e dos seus ancestrais quilombolas e, como consequência disso, diversos estudos têm sido protagonizados. São estudos de fundamental relevância para a questão quilombola cearense (Ver ANEXO 7).

Dentro desse bojo, a Seduc também tem desenvolvido ações que contribuem com as iniciativas da população quilombola, do movimento quilombola e do Movimento Negro, refletindo sobre as comunidades quilombolas e, em especial, sobre a Educação Escolar Quilombola no estado do Ceará (Ver ANEXO 8).

### 3.1 MAPEAMENTOS

Os mapeamentos são importantes na miolagem sobre as comunidades quilombolas do estado do Ceará, tendo em vista seu papel na desconstrução da falsa ideia e do falso discurso ideológico de que não existem negros nesse território. Os mapeamentos revelam justamente o contrário e o mais importante é desmistificar a ideia de que apenas Palmares existiu como uma sociedade independente. A formação dos quilombos sempre fez parte da narrativa das Américas, embora invisibilizada. Portanto, ela também é parte da História do Brasil e, consequentemente, da História do Ceará.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) atualizados até maio de 2020, o Brasil contava com 3.386 comunidades quilombolas identificadas, sendo 2.747 certificadas. De acordo com esses mesmos dados, no estado do Ceará há 52 comunidades certificadas e 50 aguardando certificação<sup>14</sup>. O ANEXO 5 apresenta um mapa com as comunidades quilombolas do Ceará certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Desde novembro de 2003 que a FCP tem a competência de emitir a certificação das comunidades quilombolas e sua inscrição em um cadastro geral. As comunidades precisam seguir os passos descritos abaixo para garantir sua certificação como quilombolas junto à FCP.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551#comments](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551#comments). Acesso em: 20/05/2020.

## 3.2

### PROCESSO PARA EMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE:

#### Envio da seguinte documentação à Fundação Cultural Palmares:



**Ata de Reunião** específica para tratar o tema de autodeclaração realizada pela associação, caso já tenha sido formalizada, do contrário poderá ser Ata de Assembleia seguida da assinatura da maioria de seus membros;



#### Um breve relato do histórico da comunidade

que geralmente tem entre duas a cinco páginas, em que deve detalhar como foi formada, quais seus principais troncos familiares, manifestações culturais, festejos, atividades produtivas e o que mais acharem necessário. Podem também anexar fotos, registros de nascimento, falecimento, títulos de posse, se houver, pesquisas e estudos sobre a comunidade e reportagens, enfim, um portfólio de documentos que contêm a história da comunidade;



**Um requerimento** deve ser enviado ou entregue à presidência da Fundação Cultural Palmares solicitando a certificação;

Acesse o site da Fundação Palmares, disponível em: <http://www.palmares.gov.br><sup>15</sup>



Solicitação de certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo disponível em:

[https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certidao-de-autodefinicao-de-comunidade-remanescente-de-quilombo#dados\\_basicos](https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certidao-de-autodefinicao-de-comunidade-remanescente-de-quilombo#dados_basicos)<sup>16</sup>

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2020.

<sup>15</sup> Acesso em: 29/03/2020.

<sup>16</sup> Acesso em: 29/03/2020.

Certamente os dados apresentados pela Fundação Cultural Palmares podem ser ainda maiores, tendo em vista a dimensão territorial brasileira e a demora nos processos de reconhecimento. No entanto, os dados reais trazidos em pesquisas e mapeamentos regionais apresentados pelos movimentos quilombola e negro, apontam para a existência de mais de 4 mil comunidades negras quilombolas em todo o território brasileiro. Esses dados são bem maiores se comparados aos apresentados pela FCP. Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) já apresentava 4.520 quilombos em quase todos os estados brasileiros, sendo a maior concentração no Maranhão com 1.351 comunidades. No Ceará, o referido Ministério apontava a existência de 157 comunidades.<sup>17</sup>

Considerando os mapeamentos regionais e locais do estado do Ceará, o Grupo de Valorização Negra do Cariri lançou em 2011, em parceria com a Cáritas Diocesana do Crato, a Cartilha *Caminhos, Mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri-Cearense*. Ocasão em que visitou vinte e cinco comunidades em quinze municípios. Foram dois anos de atividades, com quarenta visitas, vinte e cinco oficinas comunitárias, entrevistas com moradores, dois encontros com mulheres negras e dois com lideranças das comunidades negras.

Naquele momento foram mapeadas vinte e três comunidades negras. Dessas 23, apenas três eram certificadas como quilombolas, o que depois passou para seis e no último mapeamento do Movimento Quilombola Cearense, aumentou para quinze. O mapeamento resultou na criação de um curta-metragem de 11 minutos e 43 segundos intitulado *Mapeamento das comunidades negras e quilombolas no Cariri*<sup>18</sup>. O documentário dirigido por Verônica Carvalho, João do Crato e Paulo Fuisca foi produzido em 2010 e retrata a realidade das comunidades negras e quilombolas do Cariri cearense, além de visibilizar a população negra rural e quilombola.

Em 2016, a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cequirce) identificou no Estado 85 comunidades quilombolas. Em um recente mapeamento publicado em 2019 pelo Movimento Quilombola do estado do Ceará em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), a Associação Comunitária Remanescente de Porteiras e o Instituto Agropolos do Ceará, 77 comunidades quilombolas foram identificadas por meio de visitas técnicas, em diálogo com as famílias que se identificavam como quilombolas. O mapa dessas comunidades está no ANEXO 5.

De um modo geral, no estado do Ceará nenhuma comunidade quilombola tem, até o momento, a titularidade de seus territórios. Assim como Carcará, outras estão com o processo próximo da finalização: Sítio Arruda, em Araripe; Comunidades Encantados do Bom Jardim; Brutos e Lagoa das Pedras, em Tamboril; Alto Alegre, em Horizonte; Comunidade de Base, em Pacajus; Três Irmãos, em Croatá; Serra dos Chagas, em Salitre e Minador, no município de Novo Oriente.

<sup>17</sup>Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2018/03/presenca-quilombola-no-ceara.html>. Acesso em: 17/12/2019.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=allhSN5uAHY>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

#### PARA SABER MAIS...

Cartilha “Caminhos, Mapeamento das comunidades Negras e quilombolas do Cariri-Cearense”, 2011.

Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/2/folders/1iCVsLEnyS0w96NpOQkdtERN2iBCEmV>

Para a titulação do território quilombola, uma vez feito o requerimento por certidão de autodefinição junto à Fundação Cultural Palmares, a comunidade pode entrar com o processo no Incra para regulamentar a sua terra, tendo em vista o fato do território ser o princípio de existência para uma comunidade quilombola.

### 3.3 PROCESSO DE TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA:



construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), produzido pelo Incra, com informações históricas, antropológicas, econômicas e sociais da comunidade. O objetivo principal do estudo é identificar os limites da terra quilombola;



publicação do relatório no Diário Oficial da União pela presidência do Incra. Possíveis contestações após publicação, desde que apresentadas provas cabíveis ao Conselho Diretor do Incra que terá o prazo de 30 dias para julgar, a contar da data da notificação;



publicação de portaria pelo Incra, no Diário Oficial da União e dos Estados, reconhecendo os limites do território quilombola depois de resolvidos todos os casos de contestação, se houver;



publicação de decreto presidencial de desapropriação por interesse social nos casos de haver imóveis privados com títulos ou posses no território. Esses imóveis são desapropriados, vistoriados e avaliados de acordo com o preço de mercado, pagando-se previamente e em dinheiro a terra nua<sup>19</sup>, e no caso de títulos válidos e as benfeitorias;



titulação das terras, por parte do Incra. Fica outorgado o título coletivo, imprescritível, em nome da associação legalmente constituída e sem ônus financeiro, sendo proibida a venda ou penhora do território.

#### PARA SABER MAIS...

Mapeamento das comunidades quilombolas do estado do Ceará, 2019.

Disponível em:

<https://drive.google.com/open?id=1hi3V2X-7rWeT5HRLLIYWWIGIC06MVVYEdtERN2iBCEmV>

<sup>19</sup> É aquele imóvel rural que não tem nenhum investimento, ou seja, não possui nenhum equipamento ou construções que permitam a atividade rural, como plantações, pecuária, etc. Uma simples casa residencial ainda mantém o terreno como terra nua. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/terra%20nua/6273/>. Acesso em: 29/03/2020.






4

## PEDAGOGIA DE QUILOMBO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS



Reunião na comunidade Serra do Evaristo – Baturité-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



***“Então eu venho trazendo essa cultura. Venho trazendo pras crianças o meu saber. Porque a gente que é idoso, nós já tamos no que é de ser, né, então eu vou passar é pras crianças porque as crianças não sabem. É isso que nós temos que passar pras crianças... pra não ficar com o preconceito com quem é negro, quem tem o cabelo ruim, né. Tem que respeitar as cores. Tem que respeitar o cabelo”.***

**Maria Josefa da Conceição Sousa,**  
60 anos. Comunidade Quilombola de  
Sousa, Porteiras-CE.

A Pedagogia de Quilombo é o repertório cultural que a comunidade produziu e produz na dinâmica social e histórica e está ligada à vida e aos conhecimentos transportados de uma África ancestral. Esse repertório continua presente no cotidiano coletivo da comunidade através do tempo, seja na relação com a terra, com a história que os fundamenta, seja com a identidade negra e com o território, com a identidade dos professores que atuam nesses espaços, uma vez que isso deve ser feito a partir de um movimento que envolva a comunidade escolar, com pesquisadores que entendam da temática, do movimento social negro e, sobretudo, da comunidade local.

Os próprios professores e o núcleo gestor devem, a partir disso, criar suas próprias metodologias priorizando a Pedagogia de Quilombo, daí a importância da formação continuada. Eles precisam entender que os quilombolas são sujeitos de sua própria história e a valorização disso no cotidiano escolar permite que a escola se transforme em uma potência existencial dentro da comunidade.

A escola se tornará um lugar onde se quer estar, porque ela terá uma ambiência agradável em que os que a frequentam podem se sentir representados pela cultura que os forma. Não são estrangeiros dentro de sua própria localidade.

Quando a Pedagogia de Quilombo adentra a escola, transforma não só o ambiente pedagógico, mas as/os estudantes que terão o reconhecimento e a valorização das práticas ancestrais que fazem parte do seu enredo coletivo existencial. Assim, haverá entusiasmo de pertencer àquele grupo que muitas vezes é negado pela estrutura do racismo e pelo processo de colonização.

Nesse sentido, ao atingir o currículo, a Pedagogia de Quilombo promove um movimento de troca recíproca entre a escola e a comunidade, pois ao mesmo tempo que transforma o espaço escolar, também é modificada por ele. Estabelecendo uma relação com a diáspora negra, à medida que a compreensão de si próprio se amplia, a comunidade acaba sendo fortalecida naquilo que já a forma.

Acreditar em uma pedagogia que transforma a maneira que o professor olha para a escola, para a comunidade e para os estudantes, é crer que o entusiasmo de fazer diferente nasce do entendimento de que o PPP da escola é também transgressor, uma vez que rompe com as epistemologias hegemônicas que conduzem a escola a um fracasso de memorizações coloniais e aprendizagens desvinculadas de sua realidade étnica.

Desse modo, é importante que a escola assuma junto à comunidade educativa, o protagonismo da sua realidade, das suas perspectivas, tendo em vista o fato de serem sujeitos que têm o direito de definir e estabelecer suas próprias identidades e realidades. Quem fala de si, da sua própria porteira, “legítima e reinventa a si mesmo, nomeia uma realidade que fora nomeada

erroneamente ou se quer fora nomeada” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Qualquer pedagogia que se diz radical, libertadora, diferenciada, de quilombo, ou outro nome que queiramos dar, deve insistir que a presença de todos precisa ser reconhecida. E não basta simplesmente afirmar essa insistência. É preciso demonstrá-la na prática pedagógica. Para começar, é preciso que o professor valorize de fato a presença de cada um, reconhecendo e lembrando constantemente que toda a comunidade influencia a dinâmica da sala de aula e que todos contribuem. Essas contribuições são recursos que podem ser usados de modo construtivo na promoção da capacidade de se criar uma comunidade aberta de aprendizado (HOOKS, 2017).

A pedagogia a qual nomeamos de “Pedagogia de Quilombo” reflete uma prática educativa de uma comunidade que educa e ensina. A escola é reconhecida como um dos espaços educativos que deve levar em conta os contextos específicos e mudar não apenas os seus paradigmas de conhecimento, mas também o modo como vê e projeta a sociedade e o futuro educacional.

A Pedagogia de Quilombo questiona a construção do conhecimento e os que o materializam como algo único e verdadeiro. A grande questão é compreender porquê as crianças não dominam tão bem os conhecimentos produzidos pelo eurocentrismo e não conhecem a história do continente africano e sua influência na construção do pensamento filosófico científico do mundo. As crianças aprendem basicamente sobre o processo “brando” de escravização. Por que só sabem sobre isso? De quem é essa narrativa? Quais conhecimentos têm feito parte do currículo da escola, dos processos avaliativos? Da universidade? Dos materiais didáticos? Qual conhecimento não faz parte? De quem é esse conhecimento? Quem está fora? Quem está dentro das grandes produções de conhecimento?

Nesse sentido, a Pedagogia de Quilombo valoriza o conhecimento produzido pela humanidade, assim como os conteúdos tradicionalmente (re)produzidos. No entanto, é preciso questionar e comunicar quem os têm produzido, pois de forma dinâmica e sem qualquer incômodo, o pensamento colonial, com suas narrativas de poder construídas pelo sistema da branquitude, têm chegado a escolas localizadas em quilombos e, com efeito, negado a existência daquelas pessoas.

Kilomba (2019) ressalta que essa elaboração histórica, teórica, construiu a população negra como “os outros”, como inferiores. Africanos e seus descendentes foram colocados como pessoas subordinadas aos brancos. Nesse espaço de construção do conhecimento, a população negra tem sido descrita, classificada, desumanizada, primitivizada, burocratizada e morta. E não é que ela não tem uma narrativa própria. O fato é que essas narrativas não foram ouvidas, graças ao sistema educacional ainda profundamente marcado pela racialização, assim como as instituições que desqualificaram e invalidaram os conhecimentos construídos pela população negra.

## 4.1

**COMUNIDADE EDUCATIVA DA PEDAGOGIA DE QUILOMBO:  
GRIOTTES E GRIOTS QUE EDUCAM E ENSINAM**

Como educar, escolarizar uma criança, um jovem quilombola? Parece uma pergunta simples, mas talvez difícil de encontrar uma resposta coerente se utilizarmos apenas a ótica eurocêntrica, ou pensarmos em um ser único que ensina, ou no modelo de escola que conhecemos. A educação, num sentido amplo e em território quilombola, envolve diversos espaços e sujeitos que educam, como as *griottes* e os *griots*.

*Griottes* e *griots* significam, antes de tudo, os guardiões da tradição oral de um povo, embora sejam termos genéricos de origem francesa: “só no final do século XVII, com as relações estabelecidas nas viagens colonizadoras, a França e o Ocidente tomam conhecimento da figura que hoje chamamos de *griot*” (BERNAT, 2013, p. 50). O primeiro termo equivale à mulher guardiã e o segundo ao homem guardião. Sua função nas culturas africanas é de informar, educar e entreter. São sujeitos populares na maioria dos países da África Ocidental, sendo esta uma das regiões do continente que mais influenciou a cultura negra no Brasil.

De forma semelhante, as comunidades quilombolas têm os guardiões das tradições orais, têm os que transmitem a história dos troncos familiares, têm os moradores fundadores do quilombo, tem o Movimento Negro e Quilombola local e têm os professores. Todos eles são formadores de uma comunidade quilombola educativa e desempenham o papel de educar uma criança quilombola.

Desse modo, a escola quilombola não é uma ilha, mas um espaço socializador de conhecimentos. Na verdade ela representa uma conquista da comunidade. As escolas situadas em comunidades quilombolas estão em um contexto marcado pela ancestralidade, oralidade, territorialidade, tecnologias, práticas corporais e de saúde que as acompanham desde sua origem.

Será que a escola que temos dá conta de ensinar uma criança quilombola? Criança que tem no seu corpo a memória e a vivência de nadar na lagoa, pegar água na cacimba, no córrego, no carro pipa, de observar o formigueiro no roçado, de ouvir os causos da comunidade, de participar e observar do ciclo da colheita, de gingar nas rodas de toré, na capoeira, nos reisados, nas danças de São Gonçalo, nas rodas de coco, nos maracatus, nos terreiros, de escutar o bezerro que nasce, da sabedoria da chuva que vem e da que não vem? Qual escola a comunidade deseja? Quais estratégias pedagógicas a escola quilombola pode construir para atender as demandas da comunidade?

Para conseguir construir tais estratégias e chegar à resposta às perguntas colocadas acima, é importante reconhecer as *griottes* e os *griots* que educam dentro da comunidade educativa. Na comunidade quilombola, na região da Lagoa dos Crioulos, encontramos o Mestre Né Chagas, assim

conhecido naquelas redondezas. A história de sua família é a própria narrativa da comunidade quilombola Serra dos Chagas.

Nascido pela mão da parteira “Mãe Preta”<sup>20</sup>, Mestre Né Chagas sempre trabalhou na roça, fato que o transformou em conhecedor da ciência do cultivo e da lida com a terra. À noite toca sanfona que aprendeu “bulindo” no instrumento. Não estudou na escola, é conhecedor da vida. No entanto, alguns de seus filhos foram à escola e seus netos ainda estudam. Ele compreende a importância da escolarização no futuro dos netos. É contador de “causos” e o tempo dos fatos<sup>21</sup> e acontecimentos se encontram em um mesmo movimento. Assim como na tradição africana dos griots, a cronologia, o *chronos* europeu não representa uma grande preocupação.

Os nós amarrados e desatados nas sacas de feijão e de fava, na boiada, no girau do fundo do quintal, no cercado das galinhas, são os mesmos a serem desatados no contexto da Educação Escolar Quilombola. A nossa escola, herança colonial, entende o tempo em um percurso linear, em uma sequência de fatos e acontecimentos que entram em conflito com a dinâmica da comunidade, que tem o seu próprio tempo, que organiza sua história a partir da oralidade dinâmica, viva. O tempo é como o vento, às vezes leve, às vezes redemoinho.



Mestre Né Chagas,  
Comunidade  
Quilombola  
da Serra dos  
Chagas, Lagoa  
dos Crioulos,  
Salitre-CE.  
Fonte: Arquivo  
Consultora, 2018.

<sup>20</sup> No sentido colonial as “mães pretas” eram as amas de leite, mulheres negras que “deixavam” seus próprios filhos para amamentar os filhos da casa grande. No sentido contemporâneo, alguns coletivos de mulheres negras têm ressignificado esse termo para refletir, a partir do feminismo negro, questões relacionadas à maternidade e à negritude e sobre a valorização da mulher negra na história do Brasil.

<sup>21</sup> Na dimensão daqueles que educam, existe o tempo. As narrativas “em que o passado é revivido como uma experiência atual de forma quase intemporal” (HAMPÂTÉ BÂ, 2013, p.12) e que o eurocentrismo escolar não compreende. E qual o tempo da comunidade? Qual o tempo em que a escola está inserida? Estão em um mesmo espaço/tempo?



Mestra da Cultura, Maria de Tiê, Comunidade Quilombola de Sousa, Porteiras-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

O tempo da comunidade é fundamentado na oralidade, na memória e na ancestralidade, uma vez que passado e presente estão em um mesmo movimento. A escola que conhecemos fragmenta o conhecimento em blocos temporais. Mesmo que nos coloque em contato com a história “humana”, essa mesma história marginaliza a população negra e nos coloca para fora do tempo e da porteira.

O Movimento Negro é parte importante da comunidade educativa, isso porque a educação também acontece nos processos formativos dos movimentos sociais negros. Esse movimento tem contribuído e acompanhado as transformações ocorridas na Educação Escolar Quilombola de modo cooperativo e significativo.

Ele pode ser entendido como uma organização política que cumpre o papel de explicar principalmente as contradições étnicas do Brasil. Quanto à origem, pode ser descrito como uma tradição de organização social das/os africanas/os e suas/seus descendentes que remonta, desde o período colonial, a uma trajetória de certa forma independente e com identidade própria como, por exemplo, a formação dos quilombos (GOMES, A., 2007).

Assim como o Movimento Quilombola, o Movimento Negro, enquanto forma de organização política, tem se constituído como um dos principais atores mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a escola básica e a universidade. Ele organiza e sistematiza conhecimentos específicos construídos ao longo do tempo pela experiência social, cultural, histórica, política e coletiva, principalmente a partir da luta (GOMES, 2018).

### PARA SABER MAIS...

Em 2007 foi publicada a pesquisa intitulada A pedagogia do Movimento Negro em instituições de ensino em Teresina, Piauí: as experiências do NEAB Ifaradá e do centro cultural afrocultural “coisa de nêgo”, da autora Ana Beatriz Souza Gomes, orientada pelo professor Henrique Cunha Junior, da Universidade Federal do Ceará.

Disponível em:

[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3320/1/2007\\_Tese\\_ABSGomes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3320/1/2007_Tese_ABSGomes.pdf)

Na comunidade educativa quilombola, assim como nas comunidades-terreiro, os povos de matriz africana e afro-brasileira contribuem para a educação das crianças e jovens. Todas/os sabem quem são seus parentes sanguíneos ou seus responsáveis, no entanto, toda a comunidade é responsável pela educação dessas crianças e jovens.

Cada comunidade possui suas especificidades e precisa ser compreendida pela escola na dimensão pedagógica que busca encontrar as respostas coerentes sobre quem, no plural, educa as crianças e os jovens quilombolas. A instituição escolar, como espaço que socializa conhecimentos, deve ficar atenta aos outros griottes e griots que educam para além do seu corpo docente, bem como valorizar esses atores importantes na educação da comunidade.

É fundamental que a gestão e o corpo docente das escolas quilombolas estabeleçam diálogo constante com as instituições locais, com pesquisadores e com núcleos de estudos que trabalham com a temática quilombola. Assim, a rede da comunidade educativa será sempre fortalecida e manterá o PPP vivo e dinâmico, reanimando seus aspectos fundamentais.

As/os professoras/es na comunidade educativa protagonizam um papel fundamental de reinventar práticas pedagógicas inovadoras articuladas aos conhecimentos da comunidade, uma vez que a escola quilombola dialoga com esses conhecimentos. Toda a comunidade educativa deve contribuir para que o acesso ao conhecimento pelas crianças e jovens seja garantido. A professora Maria Eliane da Silva Santos do Anexo Vovó Jovina, da comunidade quilombola de Porteirias em Caucaia, relata seu pertencimento afro-quilombola como uma importante característica a ser trabalhada: “Eu me reconheço como uma professora quilombola e ser uma professora quilombola é resistir a tudo”.

Professoras/es que atuam nas escolas quilombolas precisam revisitar sua ancestralidade e o seu pertencimento afro-quilombola o tempo todo, incluindo aqui as/os não negras/os e as/os não quilombolas, mas que, de uma forma ou de outra, contribuem com o trabalho docente.

O exercício de refletir sobre si, sobre seu pertencimento afro-quilombola e o seu lugar de fala, para além do trabalho pedagógico a ser desenvolvido coletivamente com todos que integram a escola, tem fundamental importância, visto que a aprendizagem das/os alunas/os ganha outros significados. Com isso, novos sentidos são alcançados nas transposições didáticas que envolvem os repertórios culturais, sociais, econômicos, geográficos e históricos da comunidade.

As/os professoras/es precisam estar sensibilizadas/os com as lentes do respeito à diversidade e à promoção de uma educação antirracista, com olhares diferenciados para as questões raciais, assim como para a história da luta quilombola no Brasil. Precisam se inspirar na Pedagogia de Quilombo, em uma prática afirmativa que encontra no PPP um dispositivo de ação e de resistência.

Devem ser professoras/es que incorporam *griottes* e *griots*, porque também educam e ensinam e se percebem como parte importante e articuladora na comunidade educativa. Não devem perder de vista os vínculos com a comunidade, sejam eles ancestrais, profissionais, afetivos ou familiares. Nesse sentido, a escola deve se tornar um espaço aberto ao diálogo, onde a comunidade se vê e se sente representada e, com isso, entusiasmada a participar do dia a dia das atividades escolares, já que a valorização dessa presença comunitária contribui para o sucesso e a permanência das crianças e jovens na escola. A escola é, portanto, um lugar que vive, compartilha e atende aos anseios e expectativas que a comunidade cria e deposita nela. Assim, a escola deve buscar encontrar soluções para problemas escolares de forma coletiva.

Considerando as práticas inovadoras nas escolas quilombolas que estão ressignificando as suas experiências educativas, dentre outras que começam a repensar a ambiência escolar a partir do conhecimento étnico-quilombola, temos inspirações advindas de escolas de todo o Ceará. São escolas que dão forma e sentido à Educação Escolar Quilombola de um jeito muito próprio, pois cada uma vai se constituindo no processo transformador de uma Educação Étnico-Quilombola diferente, em que a Pedagogia de Quilombo vai se materializando.



EEIF Maria Virgem da Silva, Carcará, Potengi-CE  
Fonte: Arquivo da Consultora, 2017.

Na EEIF Maria Virgem da Silva, as/os professoras/es catalogaram objetos da comunidade para exposição, incluindo informações históricas das peças, relacionando-as com a família e com a sua comunidade de origem. A mostra potencializou os usos e os sentidos da comunidade quilombola de Carcará. Todos esses objetos trazem um contexto histórico, social, econômico e tecnológico produzido e utilizado pela comunidade. Isso é importante para a continuidade e para a preservação da memória coletiva. Há outras iniciativas de criação de museus comunitários quilombolas que podem vir a se tornar um espaço e uma atividade permanente para exposição de trabalhos e artefatos desenvolvidos pelas/os alunas/os e pela comunidade.

A escola quilombola em Carcará tomou a iniciativa de realizar uma prática em parceria com a comunidade, com a qual pôde estabelecer colaboração e fortalecer o espaço com ações que envolviam a integração comum, buscando assim fortalecer a identidade histórico-social do quilombo, incentivando a materialização do museu comunitário, entendendo-o como um espaço que também educa, contribuindo, dessa maneira, com a territorialização permanente da história da comunidade.

Na escola quilombola Luzia Maria da Conceição, comunidade de Três Irmãos, município de Croatá, as/os professoras/es realizam durante o ano letivo projetos que dialogam com a história e com a cultura local. A culminância dos projetos é feita no dia da Consciência Negra, 20 de novembro, data que faz alusão à morte do quilombola Zumbi dos Palmares, momento também em que a comunidade se reúne para apreciar o trabalho desenvolvido pela escola.

São projetos importantes que começam a diferenciar o jeito de existir da escola quilombola, ou seja, a Educação Escolar Quilombola começa a ganhar forma com elementos que têm como fonte principal de inspiração a própria comunidade, em diálogo com as especificidades locais que materializam a Pedagogia de Quilombo, princípios como a oralidade, a memória e a ancestralidade.

É importante destacar que trabalhos diferenciados de determinados docentes auxiliam no sucesso da aprendizagem das crianças e dos jovens quilombolas. Podemos citar como exemplo o trabalho da professora de língua portuguesa e literatura, Jacelina, que realizou um concurso literário Memórias de um povo, fato esse que elevou os índices de aprendizagem da escola nas avaliações externas. Esses índices também se articulam ao *Projeto Interdisciplinar Consciência Negra* em que a Educação Física ganhou contextualizações da cultura corporal local e da cultura negra.

A professora Maria da Conceição Alves Ribeiro, formada em História e pós-graduada em Ensino de Geografia e História, exerce a profissão há mais de dez anos. Ela publicou em 2018 um livro intitulado *Memórias: Patrimônio Histórico da Comunidade Quilombola Três Irmãos – Croatá – Ceará em poesia de cordel*. O livro apresenta imagens da comunidade quilombola de Três Irmãos. Cada uma das imagens traz uma história que representa as vivências dos antepassados e a continuação da história e da cultura da comunidade. Ela realizou uma pesquisa na comunidade e, a partir disso, escreveu poemas relacionando-os com as fotografias de marcadores históricos importantes.

A professora Maria Eliane da Silva Santos da Escola Quilombola de Educação Infantil *Vovó Jovina*, da comunidade de Porteiras, município de Caucaia, Anexo da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Crisóstomo, protagonizou, junto ao corpo docente, atividades significativas para a educação infantil.

*“A escola foi plantada em um solo gretado, é verdade! Nós passamos dez anos lutando para essa escola funcionar e quando essa escola se materializou, eu disse: eu vou fazer valer, então o que foi que eu fiz? Eu estudei, foi no ano de 2017, e estava no auge da BNCC, que já ia ser aprovada na Educação Infantil, porque nossa escola recebe crianças de 1 a 5 anos, aí eu comecei a estudar a BNCC. Como é que eu posso trabalhar com os campos de experiência alinhando as práticas quilombolas? E é assim que acontece na escola”.*

Professora quilombola,  
**Maria Eliane da Silva Santos,**  
NEDI Vovó Jovina



Maria Eliane da Silva Santos, Anexo Vovó Jovina, da Comunidade Quilombola de Porteiras, Caucaia-CE  
Fonte: Seduc, 2020.

Essas/es professoras/es tornaram-se investigadoras/es da Pedagogia de Quilombo, especialistas na história e na cultura da comunidade. Transformaram suas pesquisas e estudos em transposições didáticas que caracterizam uma educação étnico-quilombola, em função de uma perspectiva concreta de Educação Escolar Quilombola, tendo em vista que as/os professoras/es das escolas quilombolas não são improvisadoras/es de conhecimentos. É importante destacar, como mostram as ações das/os professoras/es apresentadas anteriormente, que a identidade profissional possui características diferentes e está fundamentada na formação inicial, continuada e específica, em bases de conhecimentos étnicos, científicos e afro-quilombolas, de pertencimento e identificação com a comunidade.

São iniciativas de ações educativas desenvolvidas em projetos ou sequências didáticas que ressignificam o jeito de ensinar na escola quilombola. Sabe aquele ponto do doce de banana lá da Serra do Juá? O ponto final da costura da roupa da dança do toré lá de Carcará? A semente que falta para fechar o potinho aberto do artesanato lá de Três Irmãos? O

que dará o “ponto” ideal para todo esse processo será a formação continuada e específica.

Por isso, destacamos a necessidade de fortalecer a formação específica das/os professoras/es, assim como o apoio a essas iniciativas, a revisão e a criação de material específico das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, tendo em vista a busca pelo “ponto” ideal de uma Educação Escolar Quilombola. Assim como acontece com as comunidades quilombolas, cada escola, com suas especificidades e identidades próprias, tem um jeito único e singular de ser e existir. Nesse sentido, a formação continuada deve estar a serviço da realização de uma prática pedagógica diferente, tendo em vista a identidade e a territorialidade das escolas localizadas em quilombo.

Qual seria o perfil da/o professor/a quilombola? Que olhares diferenciados as SMEs, assim como as Credes/Seduc, poderiam lançar para os processos seletivos e editais de concursos públicos para professoras/es que pretendem atuar em escolas quilombolas? Como a comunidade pode contribuir com esses processos?

## 4.2

### ESPAÇOS ANCESTRAIS EDUCATIVOS DA PEDAGOGIA DE QUILÔMBO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

A comunidade educativa é constituída, em especial, por um conjunto de pessoas e instituições que, em um processo formativo, garante uma organização escolar do ponto de vista afro-quilombola com conceitos e conteúdos da Educação Quilombola. Os espaços educativos que o território quilombola possui são imensuravelmente significativos para a aprendizagem e para o fortalecimento da identidade comunitária e da identidade das/os alunas/os quilombolas.

Os espaços formativos são os lugares das memórias ancestrais que permanecem na comunidade como instrumentos educativos. Eles rememoram as formas de existir daquele território ao longo do tempo e a comunidade reconhece esses lugares como parte de sua história. Esses espaços significativos para a comunidade devem ser melhor potencializados pela escola. Devem ser contextualizadas as formas existentes de trabalho, a relação das mulheres e das matriarcas com a constituição territorial, a maneira como a comunidade historicamente utilizou e utiliza o espaço, assim como as narrativas que esses lugares trazem.

O PPP deve, a partir da Pedagogia de Quilombo, compreender as relações estabelecidas entre a comunidade educativa e os espaços formativos ancestrais da comunidade, levando em consideração a riqueza da biodiversidade local, a fauna, a flora, os espaços em que as tecnologias antigas ainda permanecem como parte da memória territorial e como a comunidade os ressignifica, atribuindo sentidos existenciais à memória dos primeiros povos africanos no Brasil.



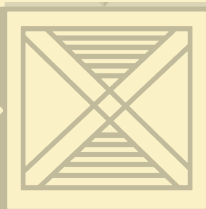
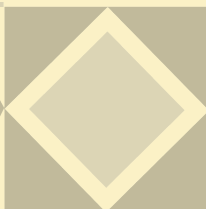
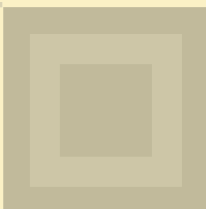
Casa de farinha, Serra dos Chagas, Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE  
Fonte: Arquivo da consultora, Seduc, 2020.

A casa de farinha na comunidade quilombola de Serra dos Chagas, Lagoa dos Crioulos, é um importante espaço formativo que traz como tecnologia ancestral toda a engrenagem de um maquinário semelhante ao usado em Palmares na produção de farinha. A casa de farinha, para além do seu conteúdo histórico, ela representa para aquela comunidade, por exemplo, um meio econômico de sobrevivência. A comunidade educativa deve estar articulada e atenta a organização de momentos que evidenciem esses espaços como lugares permanentes de aprendizagem, que observem as relações de trabalho, as memórias evocadas nos momentos da lida com a mandioca, matéria-prima da produção, assim como compreenda a presença e os lugares que as mulheres ocupam.

A Casa Grande do Infincado em Assaré (importante para história de Carcará), a Casa de Pedra em Canidé Grande ( importante para a comunidade de Três Irmãos) e tantos outros espaços étnicos formativos como os bananais, o sítio arqueológico da Serra do Evaristo, as cacimbas, as árvores sagradas que constituem o patrimônio cultural e histórico da memória quilombola cearense, todos esses espaços devem fazer parte das atividades permanentes da comunidade educativa, que tem com isso a possibilidade de desenvolver dispositivos fortalecedores da identidade territorial quilombola . Vejamos a seguir algumas possibilidades de atividades significativas nos espaços formativos:

- ⌘ visitas de campo para observação, descrição, catalogação da fauna e da flora, mapeamento territorial;
- ⌘ aulas teórico-práticas;
- ⌘ realizar coletas de ervas, plantas nativas, sempre na perspectiva de proteção do território étnico-ambiental;
- ⌘ preservar os lugares de memória, assim como desenvolver a preocupação com os recursos naturais, hídricos, com a biodiversidade dos manguezais, das comunidades quilombolas litorâneas, dentre outras, através de trilhas étnico-quilombolas.

O território, enquanto espaço étnico formativo, tem a possibilidade de criar e fortalecer vínculos identitários que mobilizem a comunidade educativa a construir e criar formas de experimentação ancestrais de identidade. Inspirando-se **na memória, na oralidade, na comunidade, na territorialidade, na ancestralidade, nas tecnologias, na saúde da população quilombola e na mulher quilombola**, produzirá práticas educativas que desconstroem PPPs e currículos hegemonicamente construídos.



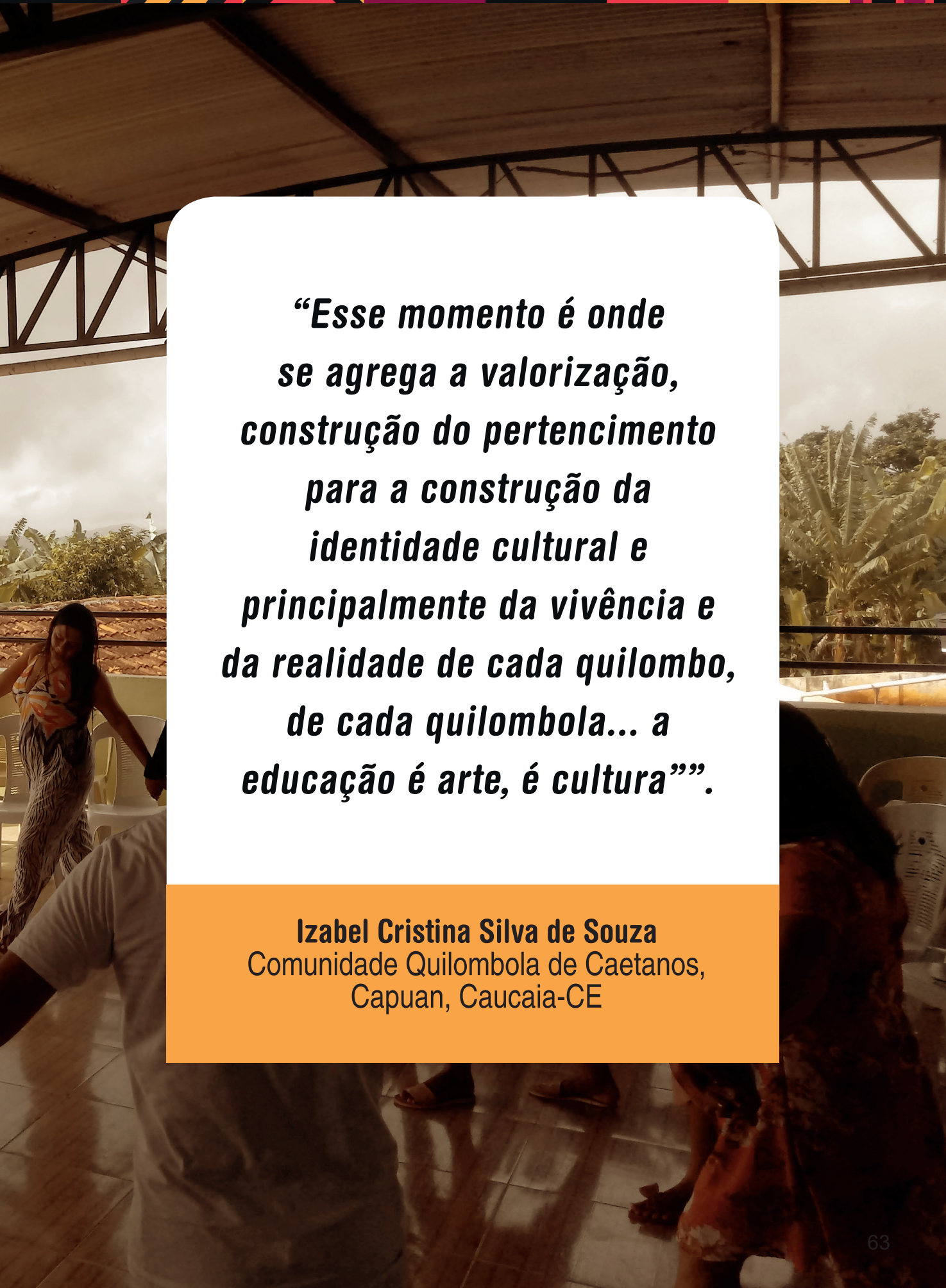



# 5

## PEDAGOGIA DE QUILOMBO E ORIENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)



Encontro na comunidade Serra do Evaristo – Baturité-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



***“Esse momento é onde se agrega a valorização, construção do pertencimento para a construção da identidade cultural e principalmente da vivência e da realidade de cada quilombo, de cada quilombola... a educação é arte, é cultura”***.

**Izabel Cristina Silva de Souza**  
Comunidade Quilombola de Caetanos,  
Capuan, Caucaia-CE

O mapa conceitual a seguir representa a metodologia da Pedagogia de Quilombo e nos ajuda a compreender o processo pelo qual o trabalho de construção coletiva do PPP pode ser desenvolvido. Com o intuito de alcançar uma melhor compreensão a respeito da metodologia e dos princípios que orientam essa proposta, faz-se necessário visualizarmos de maneira didática os Eixos que foram trabalhados na metodologia, assim como germinar os PPPs das escolas localizadas em território quilombola.

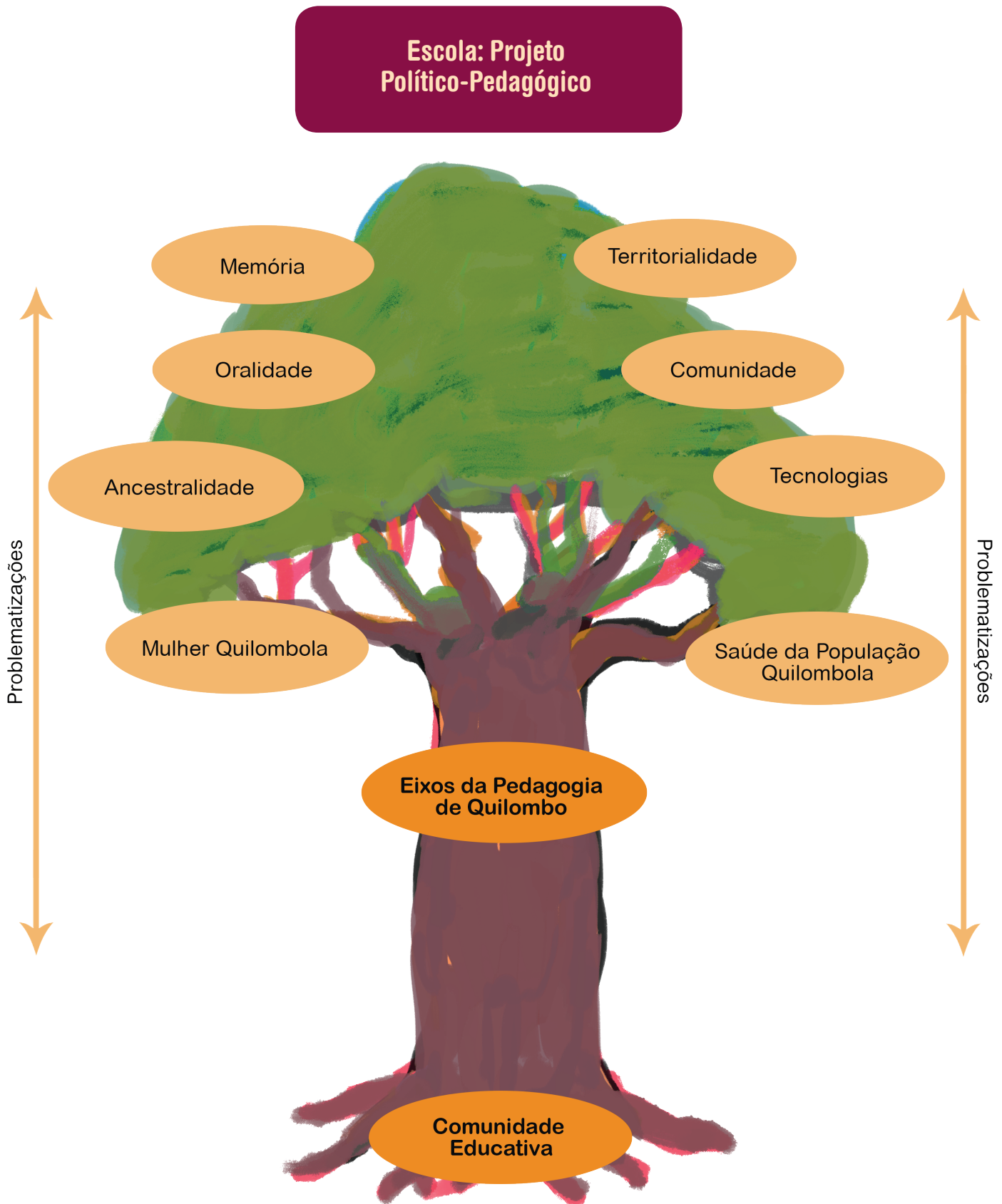
Como inspiração, o baobá (árvore do gênero *Adansonia*) transmitiu para a sistematização do mapa a poesia necessária, tendo em vista que boa parte das comunidades quilombolas cearenses, como Carcará, Lagoa dos Crioulos, Arapucas, Souza, Alto Alegre, dentre outras, guardam fincadas na terra a ancestral árvore africana e, com isso, têm suas raízes fundadas **na memória, na oralidade, na comunidade, na territorialidade, na ancestralidade, nas tecnologias, na saúde da população quilombola e na mulher quilombola**. Desse modo, estão regadas por tudo aquilo que os nossos ancestrais deixaram como legado.

As orientações aqui explicitadas devem ser adaptadas a cada realidade escolar quilombola, uma vez que os PPPs devem ser repensados e reelaborados. Os Eixos da Pedagogia de Quilombo têm como ponto de partida a identidade quilombola, princípio que medeia a relação da comunidade com a escola, com o PPP, com o processo de ensino e aprendizagem, com as relações estabelecidas entre os professores e os estudantes, com os processos avaliativos, com a gestão democrática, com os repertórios culturais, étnicos e ancestrais da comunidade.

De forma análoga, os Eixos da Pedagogia de Quilombo estão no tronco do baobá, sustentados pelas raízes que são as próprias comunidades educativas. As folhas, em suas extensões, carregam as problematizações dos oito Eixos que fundamentam a proposta. Flores e frutos são os resultados que a escola apontará com a elaboração do PPP.

A Pedagogia de Quilombo orienta práticas pedagógicas inovadoras inspiradas na comunidade educativa. Ao passo que se propõe a ver a si mesma como fonte de conhecimento, ela amplia a compreensão do que significou o encontro de dois mundos, de dois continentes e como isso influencia a história da população quilombola no Brasil.

É uma pedagogia que desmistifica a ideia pejorativa sobre quilombo, sobre os conhecimentos afro-brasileiros e africanos. Não enxerga mais os conhecimentos eurocêntricos como a única fonte de sabedoria. Na verdade, é uma metodologia, uma pedagogia que vê nas crianças e jovens quilombolas, potenciais protagonistas da prática pedagógica. Desse ponto de vista, a escola deixa de ser um lugar estranho e passa a ser um ambiente étnico inspirador e acolhedor.



## 5.1

### ORIENTAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP): GESTÃO PARTICIPATIVA

O PPP de uma escola deve seguir as orientações gerais para a Educação Básica propostas pela LDB e pelas diretrizes orientadoras. No entanto, precisa possuir características e especificidades da comunidade educativa escolar quilombola, pois são sujeitos que têm contextos diferenciados e trajetórias históricas de vida a serem consideradas pela escola.

Dessa forma, no contexto da Educação Escolar Quilombola, o currículo e as práticas pedagógicas devem dialogar com os conhecimentos da comunidade, considerando **a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola**, visto que são especificidades que alimentam a construção dos PPP das escolas quilombolas do estado do Ceará.

Sabendo que a Educação Escolar Quilombola deve estar atenta aos princípios constitucionais da gestão democrática, todo o trabalho realizado para a construção coletiva dessas orientações partiu desse entendimento democrático, princípio também aplicado a todos os sistemas de ensino brasileiros. A LDB faz referência à gestão democrática e explicita, como parte do processo para a elaboração do PPP, a participação dos profissionais da educação, da comunidade escolar e da comunidade local.

O PPP precisa refletir a realidade social, histórica e cultural da comunidade escolar. Precisa ter a “cara” do que acontece no dia a dia da escola e no seu entorno. Se ele é um reflexo das pessoas que compõem a escola, assim como dos que a frequentam, das suas narrativas, da história do lugar, a partir disso ele reúne elementos para construir os princípios educacionais, as concepções, o perfil do educador, a metodologia, o planejamento, o funcionamento da escola e a avaliação da aprendizagem. Nesse sentido, agrega princípios que vão guiar os trabalhos na escola e que devem estar de acordo com as normas vigentes sobre a educação no Brasil.

O PPP das escolas quilombolas deve estar orientado pelas concepções do que regulamenta o artigo 26-A da LDB, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003, modificada pela Lei nº 11.645/2008, que tratam do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Também pelo Decreto nº 4.887 de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, delimitação e titularização das terras ocupadas por comunidades quilombolas. Além do Parecer CNE/CEB nº 16/2012 que instituiu as DCNEEQ, a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, a BNCC, o Documento Curricular Referencial do Ceará para Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRC) e, finalmente, pelas resoluções municipais quilombolas do município, quando houverem.

Assim, o PPP da escola diz respeito a um planejamento que é mais do que uma ação técnica. O PPP é, antes de tudo, o exercício de um ato político. E o projeto das escolas quilombolas e das que atendem alunos oriundos de territórios quilombolas deverá ter uma proposta “transgressora”, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e os espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender.

Quanto à elaboração do PPP dizemos que as escolas quilombolas em suas práticas de gestão, deverão, junto com a comunidade quilombola, organizar, sistematizar e elaborar seus PPPs de acordo com o que foi indicado e consensuado pela comunidade educativa, sempre considerando a identidade e a cultura local. Para essa construção orienta-se como metodologia de trabalho a que aqui se apresenta.

O PPP a ser construído é aquele em que as crianças e jovens quilombolas podem estudar a respeito da sua realidade de forma aprofundada, ética e contextualizada. Quanto mais esses sujeitos avançam nas etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, mais deverão ser respeitados no ambiente escolar em sua história e cultura, assim como em suas tradições, suas relações com o trabalho, suas questões de etnodesenvolvimento, lutas e desafios (BRASIL, 2013).

A seguir, listamos algumas orientações práticas sobre a sistematização do documento. Ele deverá ser fruto dos encontros participativos e coletivos com a comunidade educativa, observando a prática de gestão democrática, os Eixos da Pedagogia de Quilombo e a metodologia prático-conceitual construída nesse documento. Para tanto, cada comunidade montará a sua própria estrutura metodológica. Sugerimos, desse modo, o método abaixo:

Organização dos encontros por meio da metodologia da Pedagogia de Quilombo, com foco em processos participativos:

- ⌘ encontros para encaminhar as questões gerais do PPP como apresentação, organização da escola, objetivos, missão etc;
- ⌘ sistematização textual do documento;
- ⌘ apresentação do PPP à comunidade educativa;
- ⌘ organização do calendário para reorganização do PPP.

### QUADRO 3 - ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPP DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

<p><b>Apresentação</b></p>	<p>Apresentar a escola de forma geral situando o que trata o documento PPP e de que forma foi elaborado. Mencionar a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 que fixa as DCNEEQ, citando também as presentes orientações produzidas coletivamente com as comunidades do Ceará, a BNCC, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), as Leis ou orientações específicas municipais, se houverem, entre outras que a comunidade entenda que sejam importantes.</p>
<p><b>Organização da Escola</b></p>	<p>Apresentar a identificação da escola de forma simples, em tópicos ou numa tabela com os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• nome da escola;</li> <li>• INEP;</li> <li>• dependência administrativa (municipal ou estadual);</li> <li>• localidade;</li> <li>• contato;</li> <li>• Crede pela qual é atendida;</li> <li>• níveis e modalidades de ensino que a escola oferta;</li> <li>• membros do Conselho Escolar (toda escola possui conselho);</li> <li>• grêmios estudantis (estadual).</li> </ul>
<p><b>Objetivos: Geral e Específicos</b></p>	<p>Explicitar o que a escola pretende, quais os propósitos educacionais a serem alcançados, como por exemplo:</p> <p><b>Objetivo Geral:</b> Valorizar os repertórios culturais das/os estudantes quilombolas, assim como os símbolos e significados da comunidade no currículo da escola, respeitando a identidade étnico-quilombola dos estudantes que frequentam a escola em consonância com os princípios democráticos.</p> <p><b>Objetivos Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- garantir o acesso e a permanência da/o estudante com rendimento adequado em todas as áreas do conhecimento;</li> <li>- construir um currículo que valorize a identidade étnico-quilombola a partir de sua cultura e história.</li> </ul>

### História da Escola

Apresentar a história da escola, como foi criada, falar da pessoa que dá nome à escola, mostrar a luta da comunidade pela escola, assim como apresentar as novas reivindicações.

**Sugestão:** Realizar um trabalho de pesquisa de campo com as/os professoras/es na comunidade.

### Contexto Cultural, Histórico e Étnico da Comunidade

Apresentar todo o contexto da comunidade a partir do que foi tratado nos encontros coletivos. As primeiras famílias negras quilombolas. Como a comunidade surgiu? Apresentar o conceito de quilombo, de comunidade quilombola e de ser sujeito quilombola e suas novas ressignificações.

**Observação:** A metodologia dos encontros usada na elaboração do PPP a partir dos Eixos da Pedagogia de Quilombo, pode contribuir com essa construção. É importante, nessa parte, atentar para as questões orientadoras de cada Eixo.

### Referencial Teórico

#### Fundamentação sobre:

- Educação das Relações Étnico-raciais;
- Educação Escolar Quilombola;
- escola quilombola;
- concepções de ensino e aprendizagem na escola quilombola;
- concepções de currículo quilombola;
- gestão democrática e participativa na escola quilombola.

### Concepção Pedagógica da Escola

Explicitar as concepções pedagógicas que darão um sul à ação educativa da escola, o projeto de sociedade que pretende construir, valorizando os repertórios quilombolas e evidenciando o perfil de ser humano que pretende formar.

#### Eixos curriculares da Pedagogia de Quilombo:

Apresentar as definições conceituais construídas coletivamente nos encontros preparados pela escola; trazer as problematizações apresentadas pela comunidade educativa, assim como a importância da materialidade dos Eixos na prática educativa e nos espaços educativos.

**Observação:** outros Eixos podem ser construídos e acrescentados, a partir do que for acordado nos encontros coletivos para a elaboração do PPP de cada escola. No entanto, precisam considerar os Eixos aqui apresentados, tendo em vista que estes seguem orientações da Resolução CNE/CEB nº 8/2012 que fixa as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola.

### Caracterização da Escola

Contextualizar informações e dados conforme o detalhamento a seguir:

- matrícula;
- indicadores de qualidade;
- quadro dos profissionais da escola (pode ser em forma de tabela);
- espaço físico;
- equipamentos da escola;
- diagnóstico da escola - apresentar suas necessidades e discutir a escola que temos e a escola que queremos.

### Organização do ensino

Apresentar de forma fundamentada as modalidades ofertadas pela escola:


- educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e acessível, pensando nos desafios que apresenta para a escola;
- educação de Jovens e Adultos, se houver ou discutir a necessidade de haver;
- os temas integradores que devem perpassar toda a proposta pedagógica e as práticas curriculares da escola, tais como as questões de gênero e sexualidade, de direitos humanos, de educação ambiental e de educação das relações étnico-raciais.

Apresentar de forma explicativa e justificando a importância, os avanços e os desafios:

- gestão da escola quilombola;
- organização do Conselho Escolar;
- reuniões, encontros e/ou assembleias de pais/responsáveis, professores e gestores;
- formação continuada e específica para gestoras/es, professoras/es e demais servidoras/es, materiais didáticos específicos (apresentar as demandas);
- projetos desenvolvidos pela/na escola.

Apresentar, se possível, em forma de tabela ou outro formato mais apropriado:

- calendário escolar com datas importantes da comunidade quilombola e da população negra;
- cronograma de implementação, acompanhamento e reavaliação do PPP construído.

 <p><b>Avaliação</b></p>	<p>Expor a concepção, o processo e os tipos a serem adotados.</p> <p><b>Exemplo:</b> Diagnóstica, participativa, processual, formativa etc.</p> <p><b>Observação:</b> Os processos avaliativos devem dialogar com os conhecimentos produzidos pelos sujeitos nas suas vivências históricas e socioculturais, os conhecimentos historicamente organizados pela humanidade e acordados como parte integrante da educação brasileira, assim como os conhecimentos produzidos pelas populações afro-brasileiras, quilombolas e africanas.</p>
<p><b>Referências</b></p>	<p>Expor todos os textos, marcos legais e outras fontes usadas para fundamentar o PPP. Logo após, incluir possíveis anexos com fotos, produções literárias e o que mais a escola achar importante.</p>

## 5.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O PPP das escolas quilombolas deve seguir as orientações gerais da Educação Básica, conquanto evidencie características e especificidades da comunidade escolar, que é formada por sujeitos com contextos e trajetórias históricas de vida diferenciadas.

Dessa forma, o PPP no contexto da Educação Escolar Quilombola deve dialogar com os conhecimentos da comunidade e levar em consideração os elementos sugeridos pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012: a memória coletiva; as línguas remanescentes; os marcos civilizatórios; **as práticas culturais; as tecnologias e formas de produção do trabalho; os acervos e repertórios orais; os festejos, usos, tradições** e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país e sua territorialidade.

Esses elementos inspiraram a Pedagogia de Quilombo, assim como a sua relação com a construção do PPP das escolas quilombolas. Sobre eles dialogamos nos Encontros Regionais de forma coletiva, por meio de uma metodologia ativa, tendo em vista a escuta como base fundante para essas orientações. Os elementos da Pedagogia de Quilombo foram tematizados em oito Eixos: **a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola.**

Os Encontros Regionais foram pensados para: construir conceitos fundamentais para a Pedagogia de Quilombo; contribuir para a elaboração coletiva do documento orientador dos PPP das escolas localizadas em território quilombola; exercitar escuta ativa dos sujeitos que fazem as escolas e as comunidades quilombolas, assim como fortalecer o Movimento Quilombola na área da Educação Escolar Quilombola e promover formações envolvendo a escola e a comunidade.

## 5.3 CURRÍCULO

O currículo para a educação das relações étnico-raciais, assim como para a Educação Escolar Quilombola, tem estado no centro do debate, visto que os currículos das escolas quilombolas geralmente não problematizam conteúdos locais ou o fazem, em sua grande maioria, de forma ainda muito tímida. É necessário problematizar: Por que certas vozes e culturas ainda são silenciadas nas produções escolares? Em contrapartida, por que outras são mais visibilizadas? Por que os conhecimentos eurocêntricos, com o cerne universal de ciência, são visibilizados e valorizados em detrimento de outros? Qual currículo as escolas quilombolas devem construir?

Dona Cleomar Ribeiro da Rocha destaca o desafio que é ter uma educação diferenciada, de qualidade, que busque outros valores que estão na comunidade, mas que são invisíveis:

A nossa comunidade tudo que ela faz, teve o exemplo da minha mãe, que tudo era uma arte, tudo que ela fazia com maior simplicidade, que eu queria tanto que fosse trabalhado na nossa escola, que fosse visto o modo de fazer, como fazer, as práticas, a cultura (Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati-CE).

Desse modo, as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola destacam que o currículo,

estando profundamente envolvido em um processo cultural é, conseqüentemente, um campo de produção ativo da cultura. Mesmo que tenhamos uma política curricular centralizadora e diretiva repleta de intenções oficiais de transmissão de determinada ideologia e cultura oficiais, na prática pedagógica, quando esse currículo se realiza na escola, essas intencionalidades podem ser transgredidas, alteradas, transformadas pelos sujeitos nas relações sociais. É importante reconhecer que a implementação do currículo se dá num contexto cultural que significa e ressignifica o que chega às escolas. Entra em ação não apenas aquilo que se transmite, mas aquilo que se faz com o que se transmite (BRASIL, 2013, p. 441).

A quilombola Maria Verônica Oliveira da Silva, da comunidade quilombola de Porteiras, destacou vivências com as crianças na creche. Quando adoecem realizam práticas de cura ligadas ao uso de ervas e à produção de remédios caseiros para serem oferecidos às crianças. A quilombola Izabel Cristina Silva de Souza, comunidade quilombola de Caetanos, Capuan, Caucaia, que também faz parte do Movimento Quilombola – Conaq, enfatizou a preocupação com a escola que queremos, pois “onde tem algo vivenciado tem conhecimento ancestral, a escola compreender a nossa cultura, religiosidade e pertencimento afro-quilombola”.



Izabel Cristina Silva de Souza - Comunidade Quilombola de Caetanos, Capuan, Caucaia-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

*“Esse momento é onde se agrega a valorização, construção do pertencimento para a construção da identidade cultural e principalmente da vivência e da realidade de cada quilombo, de cada quilombola... a educação é arte, é cultura”.*

**Izabel Cristina Silva de Souza**

## 5.4 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA QUILOMBOLA

A avaliação da aprendizagem nas escolas quilombolas precisa ser entendida também do ponto de vista étnico-quilombola, uma vez que para uma família quilombola a escola é, muitas vezes, o único acesso ao ensino escolarizado, oportunidade de melhoria de vida que os pais e avós não tiveram, dadas as condições históricas do escravismo. Portanto, os processos avaliativos não podem conduzir uma criança ou jovem quilombola ao fracasso escolar.

A escola deve desenvolver processos avaliativos que contribuam para aprendizagens significativas, considerando os objetivos e as habilidades a serem desenvolvidas para cada ano do desenvolvimento escolar, observando sempre a consonância com as questões étnico-quilombolas da Pedagogia de Quilombo.

Sobre a avaliação, as Diretrizes para Educação Escolar Quilombola orientam que há

concordância de que ela deve ser diagnóstica, participativa, processual, formativa, dinâmica e deve dialogar com os conhecimentos produzidos pelos sujeitos nas suas vivências históricas e socioculturais, bem como os ditos conhecimentos historicamente organizados pela humanidade e acordados como parte integrante da educação brasileira (BRASIL, 2013, p. 444).

Os processos avaliativos nas escolas quilombolas, para além da relação com a história da comunidade e todos os conhecimentos produzidos nos processos históricos dessa população, têm e devem ter a compreensão de que a criança e o/a jovem quilombola devem atingir níveis cada vez maiores de escolarização. Para tanto, os processos de ensino e aprendizagem e os processos avaliativos a serem desenvolvidos devem consolidar os rendimentos desejados de acordo com o que a comunidade educativa deseja para aquela/e quilombola.

Ressaltamos que a comunidade educativa deve se empenhar para o sucesso daquela criança e daquela/e jovem quilombola, embora tenhamos a compreensão de que, de uma forma geral, os processos avaliativos não são neutros. Subalternizando as aprendizagens reais até podem ser punitivos, excludentes, seletivos, focados em estatísticas.

Quando uma criança ou jovem quilombola fracassa, toda a comunidade perde. Do mesmo modo que a escola se constrói coletivamente, assim devem ser os processos avaliativos. No entanto, os sistemas avaliativos individualizam os sujeitos e os colocam em um mesmo percurso, embora a caminhada de cada um tenha sido diferente. Faz-se necessário, portanto, que o professorado tenha conhecimentos aprofundados e formativos sobre os processos avaliativos, visto que toda Educação Escolar Quilombola é diferenciada, assim como os processos avaliativos também precisam ser.

Os processos avaliativos precisam ter o cuidado e a preocupação com a qualidade do que se ensina e se de fato as crianças e jovens estão aprendendo. Para isso, os processos de acompanhamento não podem ser perdidos de vista. É um trabalho constante e que não pode ser de responsabilidade apenas de quem está em sala de aula, mas de todos os que compõem a comunidade educativa.

A avaliação como um dos elementos que compõem o processo de ensino e aprendizagem é uma estratégia didática que deve ter seus fundamentos e procedimentos definidos no Projeto Político-Pedagógico, ser articulada à proposta curricular, às metodologias, ao modelo de planejamento e gestão, à formação inicial e continuada dos docentes e demais profissionais da educação, bem como ao regimento escolar (BRASIL, 2013, p. 444).

Os métodos avaliativos precisam ser dialogados coletivamente, ser coerentes com a proposta da Educação Escolar Quilombola e com as avaliações dos sistemas de ensino. Tais métodos não devem perder de vista a ideia de que o sujeito quilombola precisa se apropriar dos conhecimentos históricos e sociais, de modo que sempre seja respeitado seu direito de se autoafirmar. Para isso, é importante que a comunidade seja ouvida.

Conforme as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola, as avaliações externas e internas devem considerar:

- ⌘ o direito de aprendizagem;
- ⌘ os conhecimentos tradicionais;
- ⌘ as experiências de vida dos diferentes atores sociais e suas características culturais;
- ⌘ o seu desenvolvimento dentro dos ciclos de formação humana, os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, emocional, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outros;
- ⌘ os processos de avaliação institucional das redes da educação básica, condicionados às especificidades das comunidades quilombolas;
- ⌘ os seus processos próprios de produção do conhecimento e as suas formas de aprendizagem em interação com os contextos histórico, social, cultural e escolar;
- ⌘ é importante que os sistemas de ensino, as escolas e os profissionais da educação envolvidos na oferta da Educação Escolar Quilombola considerem as formas pelas quais os estudantes quilombolas aprendem, seja na vivência da comunidade, na relação com o mundo do trabalho, com as tradições e a oralidade e como esses fatores se articulam com o conhecimento e a aprendizagem produzidos no contexto escolar;

- 88 um papel importante deverá ser atribuído aos Conselhos de Educação na Educação Escolar Quilombola, isto é, eles devem participar da definição dos parâmetros de avaliação interna e externa que irão atender às especificidades das comunidades quilombolas, garantindo-lhes o reconhecimento das suas estruturas sociais; suas práticas socioculturais; suas atividades econômicas; as formas de produção de conhecimento das comunidades quilombolas, seus processos e métodos próprios de ensino-aprendizagem.

## 5.5 FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORAS/ES

É fundamental que a formação docente para a Educação Escolar Quilombola seja específica, que ela seja uma formação a mais, além das comumente oferecidas pelas secretarias municipais e estaduais, pois é necessário observar as questões étnico-quilombolas nas formações continuadas, o material didático específico, os sujeitos que ensinam, assim como os espaços educativos das comunidades.

Conforme as DCNEEQ, a formação de professores que atuam nas escolas quilombolas deverá desencadear ações dos poderes públicos federal, estadual e municipal para a inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico já existente e produzido para docentes da educação básica nas suas diferentes etapas e modalidades.

Diante disso, a formação específica de professoras/es em Educação Escolar Quilombola precisa considerar dimensões que não podem ser esquecidas: a) a dimensão política, pois as/os educadoras/es precisam conhecer as realidades em que vão atuar (o ideal seria que professoras/es fossem quilombolas ou professoras/as envolvidas/os e preocupadas/os com as lutas quilombolas); b) a dimensão técnica, pois precisam ter domínio da didática e do objeto a ser ensinado (para quilombolas e não quilombolas); c) a dimensão afetiva, pois precisam ser sensíveis à realidade e apurar seu olhar às diversas oportunidades de ensino e aprendizagem que a comunidade traz de forma sutil ou deliberada.

A formação nessa modalidade deve ser, antes de tudo, autoformação, formação de si, formação em exercício, por ser uma formação que se destina, exclusivamente, à preparação da prática a ser desenvolvida em sala de aula em escolas quilombolas.

A/O professora/or é um sujeito fundamental na implementação e qualificação dessa modalidade de ensino. Sem uma formação docente específica, que considere as dimensões apresentadas, a escola enfrentará dificuldades na (re)organização de si, do seu currículo e da própria atuação docente, bem como adequar esses elementos de forma compatível às finalidades da escola, contemplando a preservação do patrimônio cultural quilombola, observando e respeitando os legados dessa coletividade. O ANEXO 2 apresenta um quadro com elementos importantes para a formação

das/os educadoras/es das escolas quilombolas. Os ANEXOS 9, 10 e 11 apresentam sugestões de livros que podem auxiliar os estudos e o trabalho pedagógico das/os professoras/es na Educação Escolar Quilombola e na Educação para as Relações Étnico-raciais.

## 5.6 PERFIL DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

Conforme orientado pela Conae (2010), o perfil das/os professoras/es para atuar na Educação Escolar Quilombola deve ser, preferencialmente, da comunidade, ou seja, a Educação Escolar Quilombola deve ser conduzida por essas/es professoras/es com formação inicial e continuada adequadas. Tais processos de formação inicial, sob a gerência das instituições especializadas e continuadas, deverão seguir as proposições orientadas pela Conae (2010)<sup>22</sup>.

O quilombola José Francisco dos Santos Pereira da comunidade do Córrego de Ubaranas, Aracati, destaca a importância do perfil representativo do professor que atua nas escolas localizadas em território quilombola, visto que os conflitos territoriais, a ausência de formação, pertencimento e identidade afro-quilombola podem influenciar na desconstrução da Educação Escolar Quilombola por parte do próprio educador.

*“A gente tem realmente que focar. Não podemos fugir das raízes. Agora, não adianta nós fazer aqui um documento, se nós não tiver profissionais capacitados para assumir essa responsabilidade, aí nós não podemos acusar os profissionais que já estão atuando, porque também não estão preparados pra isso. Então eu acho, eu vejo dessa maneira, eu concordo se temos profissionais na comunidade, é essencial, ninguém melhor do que eles da comunidade para ensinar o que é da comunidade, mas nós temos também profissionais que não é da comunidade, que é sensível a causa também, mas que precisa ser preparado, capacidade para isso, nós não queremos profissionais que vá desconstruir a nossa história”.*

**José Francisco dos Santos Pereira,**  
da comunidade do Córrego dos Ibarangas



José Francisco dos Santos Pereira -  
Comunidade do Córrego dos Ubaranas, Aracati-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

<sup>22</sup> Ver ANEXO 1.

Dona Maria dos Prazeres, quilombola da comunidade quilombola de Cercadão dos Dicletas, Caucaia, rezadeira, professora especializada em Educação Infantil, História, Geografia e Gestão Escolar, destaca a importância do olhar diferenciado que as secretarias municipais de educação devem ter em relação às seleções que os municípios realizam para a contratação de professoras/es quilombolas, tendo em vista a necessidade de ser um perfil que tenha formação, seja preferencialmente da comunidade e que trabalhe as questões afro-quilombolas no currículo.

## 5.7 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A organização da alimentação escolar deve, preferencialmente, vir da produção dos próprios quilombolas, visto que essa alimentação precisa estar articulada com a agricultura produzida na própria comunidade, com a dieta e com os modos de ser do povo quilombola em cada situação. Existe a preocupação por parte das políticas públicas governamentais para que haja coerência e diálogo entre o órgão e as/os líderes comunitárias/os na fomentação de recursos para as reais necessidades e hábitos alimentares da comunidade. Para tanto, deverão ser levados em consideração seus processos específicos próprios de produção, sua sabedoria e o trato com a terra.



Produtos do quintal produtivo de Aldenir Caetano da Comunidade Quilombola de Gavião, Quiterianópolis-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

Encontramos nas comunidades quilombolas formas de trabalho e produção sustentáveis, quintais produtivos que praticamente todas as comunidades quilombolas desenvolvem. Na comunidade quilombola de Gavião, município de Quiterianópolis, o quilombola Aldenir Caetano cultiva macaxeira, limão, pimenta de cheiro, acerola, urucum, cheiro verde, banana. Ele expôs a maior parte desses produtos no Encontro Regional do Sertão dos Inhamuns e Sertão de Crateús.

Além dos produtos cultivados sem agrotóxicos, a comunidade quilombola de Serra do Juá, município de Caucaia, produz bolos, maria-maluca, biscoitos de banana, biomassa da banana verde, inhame, ovos de galinha caipira, doces caseiros e polpas de frutas como caju, manga e acerola que são produzidos durante as estações próprias do ano e depois armazenados.

## 5.8 CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar deve incluir as comemorações de âmbito nacional e local. A maneira mais segura e adequada de discutir o calendário da escola é permitir que ele seja abordado nas assembleias, nos conselhos e nas reuniões escolares. As diretrizes também sugerem que, além do dia da Consciência Negra, o calendário deve integrar outras datas consideradas importantes para a população negra e, por conseguinte, para a população quilombola, nacional, estadual e local (podendo variar de região para região, isso poderá ser acordado entre a comunidade e suas lideranças).

Como sugestão de organização, pode-se incluir no calendário quilombola: as datas dos festejos da comunidade, de cunho religioso ou não, a fundação da comunidade, o nascimento ou falecimento dos fundadores da comunidade ou outras pessoas importantes, os períodos da colheita dos frutos produzidos pelas famílias, as datas especiais para a comunidade, ou seja, os fatos e acontecimentos importantes para os quilombolas e para a população negra.

## 5.9 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) NAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

As TDICs são um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada, com um objetivo comum e com o uso da internet usada no processo de ensino e aprendizagem da educação a distância. Para as escolas quilombolas, esse tipo de tecnologia também desempenha um papel fundamental, visto que as crianças e os jovens quilombolas têm a possibilidade de estarem conectados com o mundo, de realizar pesquisas e fazer usos de diversas plataformas e aplicativos para favorecer suas necessidades de comunicação, colaboração, criação e produção de conteúdo como: *e-mail*, *chat*, *google* sala de aula, fóruns, agenda de grupo *online*, comunidades virtuais, *webcam*, entre outras ferramentas da *Web 2.0* que podem impulsionar o processo de aprendizagem, assim como auxiliar os professores no trabalho pedagógico.

## 5.10

### IDENTIDADE DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS: SÍMBOLOS, ORNAMENTAÇÃO E FARDAMENTO

É importante que, com o apoio de cada comunidade quilombola, a escola busque e construa sua identidade junto à SME e junto à Crede/Seduc, respeitando a autonomia das crianças e jovens quilombolas, assim como da comunidade educativa. O diálogo e os processos participativos devem sempre ser o ponto de partida.

A identidade das escolas quilombolas deve estar marcadamente presente desde a entrada, passando pelos corredores, pelas salas, pela cozinha e pelos banheiros, nas cores e ornamentações diferenciadas e nos murais que tenham significados: “podia fazer aqui na parede da escola uma linha do tempo com a história da comunidade” (Ricardo Bento de Sousa, comunidade quilombola de Sousa, Porteiras /Ce). Também nos cartazes de boas-vindas com imagens de pessoas da comunidade, de personalidades históricas e atuais quilombolas e personalidades negras.

Algumas escolas quilombolas, a saber, a Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição, a Escola de Educação Infantil e Fundamental (EEIF) Osório Juliano e a EEIF Maria Virgem da Silva (EEIF) construíram *logos* próprios, ou seja, buscaram fortalecer a escola por meio da identidade visual a partir da sua história.

Outra questão importante é nomear as escolas quilombolas homenageando as famílias negras quilombolas fundadoras das comunidades, as pessoas mais velhas que foram e são fundamentais para a memória local. O protagonismo das mulheres têm sido uma marca importante no nome das escolas quilombolas do estado, assim como das suas salas de leitura, laboratórios, nos nomes de mostras culturais, festivais e outros espaços, momentos e eventos importantes.

O fardamento escolar também deve refletir a identidade da escola e da comunidade por meio de processos participativos de gestão e financiamento municipal e estadual. Assim como acontece normalmente com a vestimenta que os municípios e estados entregam aos estudantes, é fundamental que essas instituições governamentais incentivem também as associações comunitárias, por meio das costureiras e bordadeiras locais, a produzirem o fardamento das escolas quilombolas com identidade própria e, assim, contribuir com a sustentabilidade econômica do quilombo, principalmente das mulheres.



# 6

## “O QUE HÁ DE SER!” ENCONTROS REGIONAIS: METODOLOGIA DOS ENCONTROS E OS EIXOS DA PEDAGOGIA DE QUILOMBO



Roda de dança do Toré da comunidade Quilombola de Carcará, Potengi-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



***Em cima daquela serra,  
curumé carneiro  
Passa boi, passa boiada,  
curumé carneiro  
Também passa mulatinha,  
curumé carneiro  
Do cabelo cacheado,  
curumé carneiro  
E balança o coco  
curumé carneiro  
E balança o coco  
curumé carneiro.***

**Cantiga das dançadeiras do Toré,  
Comunidade quilombola de Carcará,  
Potengi-CE**

O gingado e a poesia da dança do toré abriu caminho para as possibilidades da construção coletiva do PPP nas escolas quilombolas do estado do Ceará. O cheiro do mato, a lagoa como cenário da comunidade, a prosa animada, o pisado ancestral embalado pela musicalidade do *pife*<sup>23</sup> do quilombola Francisco Vieira da Cruz (Mazin), da comunidade quilombola de Carcará, município de Potengi, tudo isso animou o debate sobre o PPP das escolas quilombolas.

A dança é conduzida pelas mulheres. São elas que dão sentido ao gingado corporal e circular, que organizam o “divertimento”. O toré é uma ciranda de coco cantada e dançada em versos criados no improviso ou rememorados pela oralidade, pelos versos dos antepassados, num ritual em que os elementos da pedagogia de transmissão de conhecimentos incorpora, transmite e reconstrói nos mais novos a memória de seus ancestrais. As mulheres dançadeiras do toré são professoras da tradição oral, são elas que conduzem os passos na dança, embora não haja distinção de gênero, “dança homem, dança mulher”. A circularidade como um marcador de africanidades na roda do toré é também um espaço de afirmação de identidade e empoderamento. Acolhemos e fomos acolhidos.

## 6.1

### **METODOLOGIA DOS ENCONTROS REGIONAIS COMO SUGESTÃO PARA A ELABORAÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP): PEDAGOGIA DE QUILOMBO**

Para a construção coletiva do PPP adotamos uma metodologia baseada em uma pedagogia da escuta que, tanto nos fez reconciliarmos com conhecimentos e práticas ancestrais, quanto nos ensinou e nos lembrou a importância de compreender o que os outros têm a dizer, assim como nos ajudou a entender a nossa própria identidade.

Na dinâmica dessa metodologia, as questões sobre a Educação Escolar Quilombola foram expostas de modo a encaminhar o debate para a Pedagogia de Quilombo, para a necessidade de fortalecer a identidade da escola quilombola e da comunidade. As comunidades colocaram suas reivindicações, dentre elas: o melhoramento do transporte escolar e a construção de novas escolas.

Desse modo, as reflexões em torno do PPP caminharam no consenso de romper com as práticas ainda coloniais de educação. Por isso, a construção coletiva é mais do que uma ação técnica é, sobretudo, uma construção de valores educacionais em uma dimensão que apresenta abordagens afrorreferenciadas baseadas no legado africano no Brasil.

<sup>23</sup> Pífano, píforo ou simplesmente pife. O nome varia de acordo com a região e descendência. Assim é conhecida essa pequena flauta transversal semelhante a um Flautim, porém com um som mais intenso. Originalmente eram feitos de materiais encontrados nas matas como bambu, taquara, taboca, até ossos. Normalmente possuem sete furos, sendo um para o sopro e seis para digitação das notas. Disponível em: <http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php>. Acesso em: 11/04/2020.

As DCNEEQ ressaltam que

deverá ser uma proposta “transgressora”, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afro-brasileira e africana no Brasil (BRASIL, 2012, p. 446).

Um passo fundamental para a construção coletiva é elaborar, de forma sensível e consciente, perguntas objetivas que envolvem a comunidade e os grupos participantes do processo, de modo que consigam identificar, apontar, opinar e sugerir como a Educação Escolar Quilombola pode ser influenciada pelos Eixos da Pedagogia de Quilombo. Também como a escola pode desenvolver práticas pedagógicas que valorizem as formas de existir e de vivenciar o presente, assim como as perspectivas de futuro dos quilombolas, tendo a identidade como ferramenta condutora do espírito comunitário.

Longe de ser uma “receita” metodológica, mas uma recomendação, as questões orientadoras dos princípios da Pedagogia de Quilombo, como os Eixos curriculares, são importantes para a construção do trabalho de pensar, criar e reelaborar o PPP das escolas localizadas em território quilombola. Vale ressaltar que as pessoas envolvidas na construção da proposta coletiva sobre como a escola deve funcionar, como deve tratar os conteúdos escolares afro-quilombolas a partir dos seus próprios repertórios, são sujeitos de fala nesse momento singular. Escutá-las é fundamental, dado que nesse momento elas têm a possibilidade de apontar os elementos mais importantes e necessários ao currículo da escola. Não existe ninguém melhor para falar de si do que a própria pessoa, como afirma a quilombola Cleomar Ribeiro da Rocha, do quilombo do Cumbe, Aracati “a história tem que ser contada por nós”.

A partir do que foi produzido em termos metodológicos para a elaboração dos PPPs nos Encontros Regionais e da possibilidade de, apoiado nisso, inspirar metodologicamente a elaboração do PPP de cada escola quilombola, é importante a organização dos momentos a seguir:

### **Primeiro Momento**

- ☞ convidar a comunidade educativa para participar do encontro que tem como pauta a reorganização do PPP da escola;
- ☞ organizar o espaço, a recepção da comunidade, com místicas organizadas pela própria comunidade, café coletivo, partilhado;
- ☞ iniciar com as falas das lideranças das comunidades presentes sobre a escola que temos e a escola que queremos, assim como dos movimentos sociais, das representações escolares e demais organizações que forem necessárias.



## Segundo Momento

- ⌘ o momento após o almoço, como em todos os Encontros Regionais, se organiza em uma atividade mais prática, consiste na divisão de grupos de trabalho por Eixos da Pedagogia de Quilombo, ou seja, pelos princípios fundamentais do PPP. Cada grupo irá construir o conceito do Eixo e a discussão pode ser realizada por dois pares de Eixo. Em seguida deve-se criar, construir propostas, debater sobre como esses Eixos podem influenciar e contribuir para o PPP da escola quilombola;
- ⌘ os grupos devem ser divididos em quatro, de modo que sejam formados por pessoas de todos os seguimentos: comunidade local e demais comunidades, técnicos da gestão da educação, quando for o caso, membros dos movimentos negro e quilombola, professoras/es e estudantes. Em cada grupo se dialoga sobre os dois Eixos;
- ⌘ após o debate, a partir da Pedagogia de Quilombo, inspirados pelas questões problematizadoras, os quatro grupos apresentam as propostas que possibilitam a reorganização do PPP da escola.

Dessa forma, por meio dos Encontros Regionais e dos Eixos orientadores da Pedagogia de Quilombo, a construção desse documento foi organizada para que a comunidade educativa afro-quilombola pudesse refletir com o objetivo de construir conceitos de forma propositiva à elaboração do PPP.

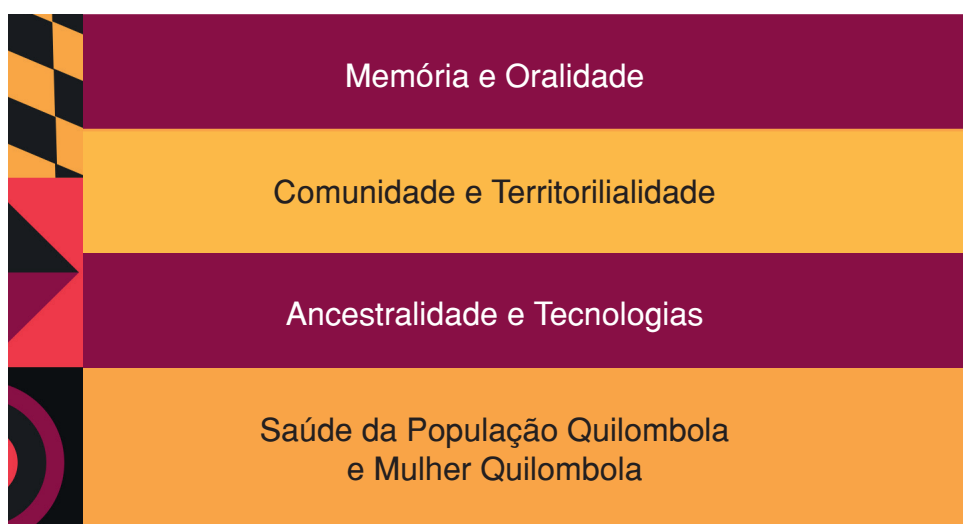
As problematizações, ou seja, as perguntas a serem debatidas pelos grupos devem se organizar em dois momentos:

### Momentos de Debate dos Eixos da Pedagogia do Quilombo

 <b>Primeiro Momento</b>	Questões orientadoras para a comunidade educativa afro-quilombola.
 <b>Segundo Momento</b>	Questão central para a comunidade educativa orientar a elaboração do PPP.

Feito o debate, os quatro grupos organizados por Eixos, apresentam suas reflexões e proposições para a elaboração do PPP da escola. Para a construção desse documento orientador, as sugestões dos grupos foram bastante significativas, uma vez que foram propositivas e tiveram a possibilidade de orientar o PPP, o currículo e as práticas pedagógicas das escolas quilombolas.

### **Eixos da Pedagogia de Quilombo para a formação dos grupos de trabalho**



Os Encontros Regionais foram importantes, uma vez que se caracterizaram como recurso metodológico em vista da elaboração de conceitos da Pedagogia de Quilombo, assim como subsidiaram reflexões sobre a identidade da escola quilombola e forneceram a substância necessária para a reorganização do PPP da escola. A Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição, por exemplo, realizou a apresentação do seu PPP no evento, com a participação de toda a comunidade escolar, da comunidade quilombola de Três Irmãos e comunidades vizinhas.

A realização dos Encontros Regionais como metodologia nos forneceu e poderá fornecer às escolas quilombolas, os elementos necessários para refletir, construir, repensar, reorganizar toda a dinâmica da escola em consonância com a comunidade educativa. Além disso, os encontros também contribuem para fortalecer o movimento quilombola e para ajudar na articulação das comunidades.

Realizamos, nesse sentido, os já mencionados primeiro e segundo momento nos Encontros Regionais. Eles constituíram um diálogo e também uma ferramenta inicial para que as escolas quilombolas tivessem a possibilidade de repensar seus PPPs e práticas pedagógicas. No entanto, para que o trabalho tenha continuidade é fundamental que cada escola, a partir dos passos acima citados, (re)elabore seu PPP, e assim, protagonize seus fazeres educacionais. Para isso, um terceiro momento se faz necessário:

### Terceiro Momento

- ⌘ após a realização do primeiro encontro, a escola, assim como a comunidade, pode decidir quantos encontros serão necessários para discutir os Eixos da Pedagogia de Quilombo e como eles podem contribuir para a reorganização do PPP;
- ⌘ feito isso, a comunidade pode organizar-se em comissão permanente para a sistematização do documento;
- ⌘ depois que o PPP estiver sistematizado, é importante que toda a comunidade educativa tome ciência dele para que possa refletir sobre sua implementação, acompanhamento e avaliação;
- ⌘ dessa forma, organiza-se um calendário para reavaliação do PPP junto à comissão e à comunidade educativa, de forma que ele não seja superior a dois anos. É importante criar dispositivos avaliativos do PPP para que a escola, junto à comunidade educativa, possa perceber os avanços e o que ainda precisa melhorar na implementação da Educação Escolar Quilombola.

## 6.2 ENCONTROS REGIONAIS

O primeiro Encontro Regional aconteceu no Centro de Educação Infantil João Rodrigues da Fonseca, na Comunidade Quilombola da Lagoa dos Crioulos, município de Salitre, Região do Cariri. Compartilhamos o momento coletivo do café com a comunidade quilombola anfitriã Lagoa dos Crioulos e demais comunidades: Carcará, Arapucas, Serra dos Nogueiras, Sítio Jatobá, Sítio Antas, Souza, Sítio Vassourinhas, assim como com as/os gestoras/es, professoras/es, representantes das Credes 18 - Crato e 20 - Brejo Santo e Secretarias Municipais de Educação de Salitre, Araripe, Aurora e Mauriti.



Centro de Educação Infantil João Rodrigues da Fonseca CEI – Lagoa dos Crioulos – Salitre-CE. Fonte: Consultora Técnica, 2019.

As prosas dos encontros devem ser iniciadas com a mesa de abertura, tendo em vista que o objetivo é ouvir o que a comunidade deseja sobre a escola que temos e a escola que queremos, assim como descobrir como a comunidade, sua história, suas vivências se articulam com a História do Ceará e do Brasil e com a produção de conhecimentos a serem disseminados e sistematizados pela escola.

Os núcleos gestores das escolas quilombolas devem ter a ciência, ou seja, não podem ter dúvidas de que para reformular o PPP, o currículo e repensar as práticas pedagógicas, não devem fazê-lo sem a participação da comunidade educativa. As escolas devem desenvolver uma metodologia para que esse diálogo entre a escola e a comunidade seja garantido. A metodologia aqui apresentada pode servir de inspiração para iniciar o trabalho de reflexão conceitual, prática e metodológica para pensar sobre a Educação Escolar Quilombola que queremos.



Mesa de abertura do Primeiro Encontro Regional na Região do Cariri. Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

Convidados para prosear no primeiro encontro, o quilombola Sebastião Vieira da Silva, da comunidade de Carcará; as quilombolas Risalva Pereira Nascimento, da Comunidade de Arapucas; Claudia de Oliveira da Silva, da Serra do Juá e da SME de Caucaia; Josefa Raimunda Florenço, da Serra dos Nogueiras; Silvana Terezinha da Silva, da Lagoa dos Crioulos; Maria da Conceição de Sousa, da SME de Araripe; Maria Girlene representante da SME de Salitre; além de Tiago Alexandre dos Santos, representante do Grupo de Valorização Negra do Cariri - Grunec; Ivanildo Santos Silva, representante da Rede de Educação Cidadã - Recid Cariri; Verônica das Neves Carvalho, representante da Cáritas e do Grunec e, por fim, para mediar o momento convidamos o técnico da Seduc, Tom Jones da Silva Carneiro e a consultora técnica Ana Paula dos Santos.

O proseado desse momento foi importante pelas falas valorosas e também porque foi o primeiro encontro. O Grunec destacou a trajetória e a estratégia do Movimento Negro para a construção de um projeto de sociedade igualitário, assim como reconheceu a importância do papel da Seduc de se deslocar para ouvir as comunidades: “é ousado vir aqui e estar entre os sujeitos”.

A quilombola Silvana relatou a alegria de receber o encontro em sua comunidade: “abrimos as portas com muita vontade”. Como mãe que trabalha na escola, ela deseja uma educação de qualidade para os seus filhos e, em sua fala, lembrou que a escola recebeu o Prêmio Escola Nota 10 e que as/os professoras/es são guerreiras/os. No entanto, ela ressalta que: “os professores ficam de mão atadas quando se trata sobre Educação Escolar Quilombola, porque os conteúdos vem da SME e não é ainda um conteúdo que contemple os quilombolas”. A quilombola Josefa da Serra dos Nogueiras, destacou a importância do momento que estava vivenciando, pois sua comunidade ainda não era reconhecida, mas que estava lutando para que isso acontecesse.

Nosso proseado com as comunidades quilombolas seguiu para as regiões do Sertão de Crateús e Sertão dos Inhamuns, cidade de Quiterianópolis. A receptividade, o cheiro do mato, a tapioca com chá de capim-santo alimentaram nossa metodologia da pedagogia da escuta. A escola e a comunidade se prepararam para receber a equipe da Seduc e, nos embalos do triângulo, do pandeiro e da embolada, iniciamos o segundo Encontro Regional.

Esse encontro ocorreu na Escola de Educação Infantil e Fundamental Antônio Laurindo Soares. Atualmente, essa escola atende a cento e sessenta estudantes quilombolas das comunidades de Sítio dos Miltons, Sítios das Almas, Croatá e Barra dos Ricardos, com um total de quinze professores, uma diretora e uma coordenadora pedagógica. A instituição tem uma estrutura espaçosa e tem o seu modelo de construção inspirado nas escolas do campo.

Para a relatora das DNCEEQ,

a construção e a reforma das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas deverão levar em conta a arquitetura específica que favoreça espaços culturais e pedagógicos. Relembrando que as comunidades quilombolas rurais são também considerados como povos do campo, as escolas públicas localizadas nessas comunidades poderão seguir as orientações do Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA (BRASIL, 2012, p. 34).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera dispõe sobre a política de Educação no Campo. Em relação à construção, reforma, adequação e ampliação de escolas do campo, elas devem estar de acordo com critérios de sustentabilidade e acessibilidade, respeitando as diversidades regionais, as características das distintas faixas etárias e as necessidades do processo educativo.



EEIF Antônio Laurindo Soares  
Barra dos Ricardo – Quiterianópolis-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

A presença das representações na formação da mesa inicial de cada encontro foi muito importante. As pessoas se sentiram representadas ao verem a sua comunidade sendo anunciada, suas lideranças chamadas à participação, assim como os representantes das instituições educacionais, sociais e/ou políticas versarem sobre o andamento da educação em quilombos e sobre o compromisso com a Educação Escolar Quilombola.



Mesa de abertura do Segundo Encontro Regional, Barra dos Ricardos, Quiterianópolis-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019

A existência da Educação Escolar Quilombola e a organização do PPP depende da participação da comunidade que aponta os caminhos que a escola tem possibilidade de percorrer. É a comunidade que cria as propostas para serem implementadas no contexto escolar. O que temos que fazer é construir pontes nesse caminho. Pontes que permitam um diálogo constante entre a escola e a comunidade, envolvendo, antes de tudo, os quilombolas, os estudantes, a associação comunitária, os grupos culturais, assim como todos os Eixos da Pedagogia de Quilombo responsáveis por nutrir o chão em que a escola está situada.

Mesa de abertura do terceiro Encontro Regional, Região Metropolitana de Fortaleza  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



O encontro foi concluído com a interação da comunidade que problematizou sobre o que é ser quilombola e sobre como é ser um/a professor/a que atua em uma escola situada em território quilombola, com características ancestrais que devem ser consideradas pela escola. Foi um momento singular em que os presentes puderam refletir e formular suas impressões sobre essa questão e tudo isso se encontra diluído dentro desse documento.

Em busca de fortalecer o debate com as comunidades do litoral e da Região de Caucaia, a nossa prosa com as comunidades quilombolas se deslocou, dessa vez, para a Região Metropolitana de Fortaleza. Com isso, chegamos ao terceiro Encontro Regional.

O terceiro Encontro Regional aconteceu no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, no Grêmio de Recreio e Estudos de Caucaia. Considerando que os deslocamentos das comunidades da Região Metropolitana para Caucaia têm sido uma atividade constante, essa localização facilitou o intercâmbio. Outro fator considerado pela equipe foi a questão do espaço físico quanto à capacidade de comportar as pessoas, assim como o fato de ser um local adequado para a dinâmica metodológica. No entanto, compreende-se que os encontros quando são realizados no próprio espaço da comunidade contribuem mais para a organização da comunidade e do movimento quilombola.

A apresentação das crianças da Creche NEDI Vovó Jovina se deu a partir de cantigas criadas pela professora quilombola Maria Eliane da Silva Santos que contextualizam todo o repertório oral construído a partir das vivências das crianças no território quilombola.

O professor da EEIEF Adélia Crisostomo, Emerson Rodrigues, teatrólogo pelo Teatro José de Alencar, quilombola de Boqueirão da Arara, Caucaia, ensina teatro, dança e música com o intuito de contribuir com uma prática pedagógica diferenciada. Ele desenvolveu trabalhos com os jovens quilombolas sobre a cultura ancestral, vivenciando nas peças e danças, as raízes culturais de base africana, afro-brasileira e afro-quilombola. Os enredos foram criados a partir do senso autocrítico dos estudantes.

O professor Emerson, ao sistematizar as peças teatrais, realizou rodas de conversa para um resgate de memórias utilizando a metodologia do teatrólogo Constantin Stanislavski, o pensador que trabalha com uma série de procedimentos de interpretação da atriz ou do ator envolvido na peça. Nesse momento, foram contextualizadas as memórias para trabalhar a negritude, que encontraram nos espetáculos uma forma de reivindicar as demandas da comunidade e da população negra.

Na ocasião foi apresentado o espetáculo “Xeque-Mate”. Sobre um grande tabuleiro que representa a vida, o espetáculo trouxe um enredo em que se “dividem negros e brancos, héteros e gays, mulheres e homens em uma briga, disputa, quando na verdade devem dar mãos, é tanto que o xeque-mate é dado no rei, que simboliza o preconceito, nosso ego, o eu machista e ao longo do espetáculo vai sendo destruído” (Professor Emerson Rodrigues).

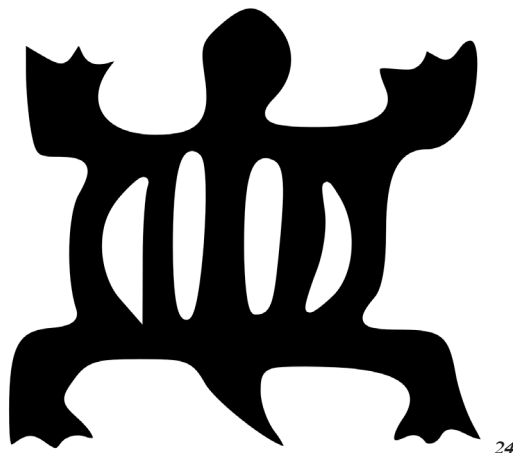
Considerando a Região do Maciço de Baturité e do Sertão Central, o quarto e último Encontro Regional aconteceu no município de Baturité, na comunidade quilombola da Serra do Evaristo. Foi organizado no espaço da Escola de Educação Infantil e Fundamental Osório Julião, no Ponto de Cultura Quilombola da comunidade e no EcoMuseu Comunitário da Serra do Evaristo, sendo este último um espaço de memória ancestral importante não apenas para a comunidade, mas para toda a história da América.



Mesa de abertura no Ponto de Cultura da comunidade Serra do Evaristo – Baturité-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

Os encontros tiveram, e têm, uma função primordial como metodologia porque produziram e podem produzir material e com isso orientações fundamentais para reorganização da Educação Escolar Quilombola junto ao sistema de ensino.

## 6.3 MEMÓRIA



O que tá guardado na memória a qualquer momento pode ser apagado. Essa memória tem que ser escrita e tem que ser vivida, assim como o reisado que é uma dança que foi resgatada aqui dentro dessa comunidade. (Fabrícia Brito da Silva, Comunidade Lagoa dos Crioulos)

### 6.3.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO MEMÓRIA

1. O que é memória?
2. Há na comunidade guardiães/ões da memória ancestral (os mais velhos) responsáveis por valorizar e contar os mitos, os causos e histórias ancestrais? Quem são? Que histórias contam?
3. Quem foram os primeiros moradores? Temos pessoas consideradas memórias vivas na nossa comunidade?
4. Quais brincadeiras, danças e práticas corporais a comunidade preserva?
5. Onde apareciam ou aparecem essas práticas? No cotidiano da comunidade? Na casa de farinha? Havia algum tipo de movimento corporal nas construções e nos trabalhos antigos?

<sup>24</sup> Símbolo Adinkra Denkyem - crocodilo – adaptabilidade. Um exemplo da adaptabilidade a dois entornos e a capacidade de adaptação às circunstâncias. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/denkyem-o-crocodilo-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 03/05/2020.

Adinkra é um conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios. O Adinkra, dos povos Acã da África ocidental (notadamente os Ashanti de Gana), é um entre vários sistemas de escrita africanos, fato que contraria a noção de que o conhecimento africano se resume apenas à oralidade. Na verdade, a grafia nasce na África com os hieróglifos egípcios e seus antecessores. Diversos outros sistemas de escrita percorrem a história africana em todo o continente. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/>. Acesso em: 03/05/2020.

A primeira ideia que ressuscita a questão da memória geralmente está ligada às questões das lembranças que cada um possui de determinados períodos da vida, ou seja, memória no sentido da Psicologia. No entanto, estamos suscitando a memória coletiva do povo negro no Brasil, a memória construída, a memória que através de símbolos e significados comuns permanece no cotidiano da população negra e quilombola.

Essas memórias comuns são o resultado de africanidades que expressam as raízes da cultura brasileira e têm seus fundamentos no continente africano, ou seja, nos modos de ser, viver, de organizar as lutas (SILVA, P., 2003). São as marcas dessa cultura, dessa memória que fazem parte do cotidiano das comunidades quilombolas.

A memória coletiva está na nossa lembrança e na dos outros. Ela é construída a partir de uma base comum e funciona com dados ou noções comuns que estejam em nosso íntimo e também no dos outros, pois que estão sempre passando destes para aquele e vice-versa. Somente será possível manter a transmissão desses dados de memória coletiva se os sujeitos continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006).

Muito embora essa memória de origem tenha sido o princípio de afirmação de quem somos, de onde viemos, muitas vezes o território está marcado por essas memórias que envolvem, inclusive, a demarcação das terras. Tendo em vista que a memória tem uma relação intrínseca com a constituição do território, ela acaba criando, ao mesmo tempo, uma armadilha identitária por permitir duplos sentidos de afirmação e negação:



Me orgulho muito ser morador dessa comunidade e com mais privilégio eu me orgulho de ser quilombo. Não por causa da qualidade, mas porque me orgulho mesmo. Bom, é, em termo de resgatar a memória do que já passamos, se nós fosse conversarmos esta tarde seria curta, a tarde seria curta pra gente contar o que a gente tem passado, nesses período que nós tivemos, é, do meu nascimento até aqui, é, eu gostaria de lembrar e falar, em primeiro lugar dos meus pais, o que eles faziam durante os meus dias da infância, da juventude, meu pai, toda vida, nós fomos agricultor e ele toda vida foi um homem trabalhador, que lutava muito para ver os seus filhos não padecendo e na época era muito difícil o acesso pra gente ter alguma coisa, pra ganhar o seu sustento alimentível, e na época a gente tinha os patrões aqui, que a gente trabalhava a eles, pra vocês verem como era Bom, mas era difícil, não faltava alimentação, mais como nós tinha um cativo que nós tirava por exemplo, nós tirava essa semana, pra pagar na outra, se tumava emprestado um saco de ligume devolvia em dobro, devolvia outro. E isso fez com que a gente chegasse no ponto que estou. E meus pais sempre foram os mestres da cultura. Socorro, na época, ela era infantil, o meu pai, ele lutava com o bumba, a minha mãe era a mestra da cultura e ela dançava a dança de São Gonçalo. Saindo ela do mapa, ficou Socorro, a tumá conta dessa cultura e essa cultura vem se arrastando, até hoje nós estamos tentano alimentar e essa é

uma das cultura daqui do quilombo do Evaristo. Nós tivemos também novamente pelo meu pai, é, organizando o bumba meu boi, que na época era chamado de reisado, ele juntava a juventude e fazia com que aquilo acontecesse e era uma animação, que só vendo pra crer”. (Luís Marques, Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, Baturité-CE)



Grupo de trabalho Memória e Oralidade - Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

A construção de um PPP possibilita evocar memórias esquecidas pela lógica curricular hegemônica colonial. Faz surgir reivindicações da população quilombola por uma educação que transforme o seu próprio território em oportunidade educacional e de aprendizagem, em que crianças e jovens podem vivenciar de forma plena a construção de conhecimentos étnico-quilombolas, assim como o direito de ter suas histórias contadas a partir de práticas pedagógicas afirmativas.

“

Eu acho que eles passavam pra nós aquilo que eles viveram, né?! A raiz, o presente do que eles viveram, queriam deixar pra nós. Porque quando eles fossem deixassem pra nós, né, esse conhecimento pra nós. Eles sempre contavam histórias lindas no qual eu vou até contar uma agora pra vocês. Era ciganos, e principalmente no território onde eu nasci, no Cococi, próximo de Parambu, no Cococi, no Jucá, e lá contavam-nos uma história que uma turma de ciganos, e o ano era muito seco, né, não tinha safra de nada, nem água tinha para as pessoas tomarem e havia uma mulher entre eles numa turma de ciganos lá, que ela estava com uma criança amamentando. E eles diziam que aquela mulher estava, o pouco de comida que eles conseguiam, tinham que dividir com a mulher e com o filho dela, eles armaram um plano para durante a noite quando estivessem todos dormindo, eles iam embora e deixavam a mulher com o filho. E assim aconteceu, quando ela acordou pela manhã, cedinho na madrugada, percebeu que estava só. Aí ela

pegou o caminho, a trilha por onde eles passaram né, e andando, quando chegou em um lugar destampado, encontrou um pé de maxixe, não sei se você conhece maxixe”. (Adailton Sousa, Presidente da Associação da Comunidade Quilombola da Serra dos Rodrigues, Parambu-CE)

Conforme Oliveira (2006), as identidades são definidas pelo contexto e obedecem aos imperativos dos acontecimentos. Afirmar-se como “neta/o da/o escrava/o” é um discurso presente em alguns quilombos. Vimos com isso que para existir no território, a narrativa ancestral parte do escravismo. No entanto, quando a comunidade compreende-se nos processos de fortalecimento de sua identidade, acaba construindo uma narrativa com um outro olhar, tendo em vista que a população quilombola pode ser pensada a partir de outras perspectivas, entendendo o passado como um período de resistência e de luta.



E lá, eu cheguei numa comunidade, né, onde era uma fazenda. Era de um determinado proprietário, meu pai veio pra lá pra ser gerente da Fazenda e de repente a gente gostou e foi ficando. E lá, já tinha essa cultura, a Fazenda é cortada por trilhos, né, e veio muita gente de fora povoando a fazenda. Foram formando família. E eu via esse pessoal, mas eles tinham medo. Não queriam falar, de ser quilombola. Recentemente, em 2010, começou a surgir aquele negócio dos negros e aí eu comecei a ver esse pessoal que vivia na fazenda, e por conta disso eu passei para as autoridades do município. Pronto! Foi uma equipe do governo pra lá. Queria que eles se identificassem, mas todo mundo com medo. Quando chegava que batiam na porta, se é pra falar de quilombo, nós não queremos saber. Todo mundo fechou as portas. Mas a gente continuou batendo na tecla e em 2017 a gente mexeu de novo nesse assunto. Hoje muitos já se assumem, lá tem a tradição de fazer louça e do bumba meu boi. A minha comunidade hoje tá se redescobrando. Tá começando agora”. (Iene, Comunidade Quilombola de Mearim, Quixeramobim-CE)

São narrativas como essas, que trazem memórias da população negra, que precisam ser problematizadas pela escola. O silêncio sobre essas narrativas produz representações identitárias negativas, tanto de si mesma, quanto de sua própria memória ancestral. Por isso, a comunidade educativa deve ficar atenta, uma vez que é necessário pensar a população quilombola a partir de diferentes perspectivas:

O estudo da história da população afro-brasileira limitado ao período escravagista e compreendendo como única possibilidade de existência africana e afrodescendente a escravidão e o cativo é um exemplo de uma abordagem superficial da nossa história, que produz uma historiografia racista, que causa profundos danos na construção da identidade brasileira, independente do pertencimento racial (SOUSA, 2015, p. 26).

Uma nova forma de olhar a narrativa quilombola, assim como os modos de trabalho e suas ferramentas tecnológicas ancestrais, fica evidenciada na verbalização da Mestra da Cultura Maria de Tiê da Comunidade de Souza, Cariri, Ceará.



A gente tá aqui resgatando a memória. Tem muitas veiz, lá em casa, eu gosto de lembrar do passado. Meu avô, meu bisavô trabalhava, era mestre de obra, fazia casa de farinha. Ele fazia, ele trabalhava em engenho, fazia os engenho, fazia os tacho, fazia as cadera, fazia tudo que trabalhava no engenho meu bisavô fazia, e então ficou meu avô. Meu avô fazia tudo que meu bisavô fazia” (**Mestra de Cultura Maria de Tiê da Comunidade de Souza, Porteirias - CE**)

A fala de Dona Maria de Tiê nos ensina sobre outras narrativas quilombolas que têm a possibilidade de, partindo da compreensão de como a territorialização da comunidade é importante, a população tem a oportunidade de construir uma imagem positiva de si. Não podemos mais permitir que essa memória esteja deslocada do espaço social e escolar.

Nesse sentido, a escola quilombola deve defender no seu PPP o trabalho com as memórias ancestrais. A escola, enquanto espaço socializador, deve fazer com que as crianças e os jovens quilombolas recebam do passado não apenas os dados da história letrada, escrita, mas também da história vivida, sobrevivida e resistida. Para isto, o professor Evandro ressalta que:

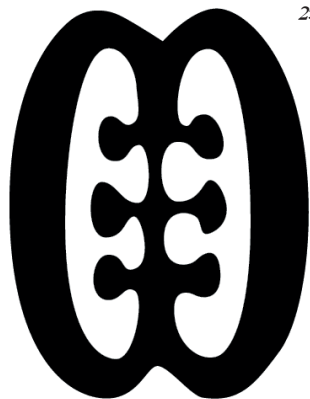


Sou negro, sou aqui professor da comunidade, nós criamos alguns momentos para oportunizar, é, em que os guardiões da memória da comunidade, eles possam também estar dentro da escola, contando suas histórias para os alunos. E pra isso, a escola, é, ela planeja coletivamente esses momentos. Junta os professores, por exemplo, junta todos os alunos numa tarde em um único ambiente e a gente traz esse guardião da memória, onde eles repassam suas histórias e é uma troca de experiências. Os alunos fazem perguntas, Né? Aqui tem muito essa história, teve até o ano passado, nós trouxemos o seu Alfredo Rafael, o seu Paulo Bento e a dona Fransquinha pra repassar algumas histórias, dentro de uma temática. Acho que quando um guardião da memória vem para um processo de atividade dentro da escola, eles acabam contando várias e aí seu Alfredo, ele pôde contar alguma das histórias da comunidade, inclusive ele, ele escreveu um livretinho, ele fez um livreto contando as várias histórias que ele ouvia dos familiares, dos pais, de outras pessoas da comunidade e ele conseguiu escrever em um livro e ainda bem que ele conseguiu escrever porque ele faleceu ano passado e esse livro inclusive a gente tem, ele deixou aqui na escola. A gente consegue trabalhar com os alunos da comunidade, que são as histórias e as lendas”. (**Evandro, professor da Escola Osório Julião, Comunidade Quilombola de Serra do Evaristo, Baturité-CE**)

Dessa forma, as memórias afro-quilombolas estão simbolizadas nos conhecimentos vivos dos mais velhos e se materializam nas práticas

culturais locais, como nas brincadeiras e divertimentos da comunidade, nos lugares ancestrais, nas formas de trabalho e de existência.

## 6.4 ORALIDADE



25

Na minha região fala muito isso. Deixe de quebrar marimba, se fala muito, não se por aqui falava isso. “Pro mode”, não sei. E espinhaço quebrado, ou espinhaço dolorido, eu acho que se falava muito isso. Eu me lembro muito dos meus pais falar assim e meus avós, né?! Então, essas seriam algumas oralidades que eu ouvia bastante, e a gente nas comunidades e as pessoas mais velhas, elas ainda falam muito essas expressões que não são erradas, né, mas são a cultura e aquilo que eles aprenderam e nós de forma nenhuma podemos dizer que é errado falar dessa forma. Temos a linguagem adequada e não adequada, então. (João Maia, Parambu-CE)

### 6.4.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO ORALIDADE

1. O que é oralidade para o grupo?
2. Como a comunidade transmite seus conhecimentos ancestrais aos mais novos? Como fazem no cotidiano? Contam histórias? Contam os “causos”? Quais? Onde ocorrem? Em casa, na roça, na casa de farinha, no terreiro de casa, na escola? Onde?
3. Há expressões linguísticas ou palavras próprias da comunidade? Quais? Ainda são usadas na linguagem cotidiana da comunidade?
4. Que lições podemos perceber nas histórias contadas? O que aprendemos com essas histórias?
5. Quais tipos de músicas, cantigas existiam na comunidade? Quais existem?

<sup>25</sup> Símbolo Adinkra ESE NE TEKREMA - Os dentes e a boca - amizade e interdependência. Simbolizando a amizade, a interdependência e a evolução. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=ESE+NE+TEKREMA>. Acesso em: 19/02/2021.

A oralidade é um importante elemento que as comunidades quilombolas possuem como tradição. Essa herança é o meio de transmissão pelo qual os quilombolas evocam memórias e conhecimentos ancestrais que, “transmitidos de boca a ouvido” (HAMPÃTÉ BÃ, 2011, p. 167), fundamentam, ao longo das existências da população negra no Brasil, importantes marcos e acontecimentos. Sendo assim, é fundamental que o PPP compreenda as visões de mundo, os jeitos de existir afro-quilombola nas vivências orais da comunidade.

Nas sociedades modernas a escrita é compreendida como algo de maior importância e com primazia sobre a oralidade. Os escritos são, portanto, os seus principais instrumentos culturais. No entanto, a palavra falada não deve ser mensurada separadamente da escrita, afinal há contribuições importantes de cada uma, da escrita e da oralidade, e uma não se desconecta da outra. Para a aprendizagem das crianças e dos jovens na comunidade educativa é importante destacar o papel que cada uma desempenha nas comunidades tradicionais. O quilombola Luís Marques cita como aprendeu práticas religiosas a partir da palavra falada:



Apresentação do grupo Memória e Oralidade - Região Metropolitana de Fortaleza. Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

*“Meus pais passavam muita coisa falada, minha mãe, ela ensinava o seguinte, tô com elas guardadas, 62 anos, as oração que ela me ensinava. Ela dizia que curava de tudo. Tem que rezar pra não esquecer, uma era assim: oh meu anjo glorioso, semelhança do senhor, que no céu fosse criado para ser meu guardador, venho aqui a cruz de Cristo, Espírito mau fugiu daqui, gerador de aliança geração de Davi, valha me Jesus pela cruz em que morreu, pela hóstia consagrada, pela cruz em que viveu. Amém. Eu guardei e ainda tá comigo hoje essas oração”.*

**Luís Marques**, Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, Baturité-CE

Na África ancestral, a tradição oral se traduz em um conhecimento total e não se limita apenas às histórias, lendas, relatos mitológicos ou históricos. Na verdade, ela é a grande escala da vida, é, ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, recreação e divertimento que conduz as pessoas a uma totalidade, ligando cada um, de forma coletiva, à comunidade (HAMPÃTÉ BÃ, 2011).



A oralidade aqui tem uma tradição que já vem se perpetuando também, além da dança de São Gonçalo, no aspecto religioso. É a questão de na festa da padroeira que é Nossa Senhora da Conceição, se canta a ladainha em latim. Ainda se usa e isso vem se passando de muito tempo, aí os mais novos aprendem com os mais idosos e o fato de aprender e saber cantar já tá passando de geração pra geração. Tem que aprender a cantar pra pagar a promessa do santo”. (Evandro, professor da Escola Julião, Comunidade Quilombola de Serra do Evaristo, Baturité-CE)

É importante o estudo das línguas africanas e sua influência na cultura afro-brasileira, para além das línguas coloniais, assim como refletir sobre como a língua fez parte dos processos coloniais.

Por outro lado, para além da palavra viva, da ciência oral, essa tradição pode ser entendida como um conjunto de oralidades que formam uma tradição, transformando-se assim em vetor da tradição oral como, por exemplo, os ofícios ensinados de uma geração a outra. Algo também muito importante, para além da palavra escrita, é a hora de plantar e colher, as receitas culinárias muito presentes nas comunidades quilombolas, as costureiras, os ferreiros, os modos de construção, os remédios tradicionais, as rezadeiras, as danças, o artesanato e os divertimentos. Todos esses são elementos que formam a tradição oral afro-quilombola.

Pedagogicamente falando, qual seria a função do espaço educativo escolar em relação às tradições orais afro-quilombolas? É papel da escola encontrar estratégias que considerem essas duas dimensões importantes, a escrita e a oralidade, e que elas tenham os mesmos valores, mesmo num mundo em que a escrita é a simbologia oficial. Tierno Bokar nos apresenta uma compreensão bem significativa sobre isso:

A escrita é uma coisa e o saber outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiu, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente (BOKAR, 2011, p. 166).

Não obstante, as oralidades afro-quilombolas precisam fazer sentido para o PPP e seus alunos, sendo eles parte de um processo em que a educação é ministrada no dia a dia, na escola viva, fundamentada na ciência da vida. São as pessoas e a palavra viva que atribuem sentido à tradição oral afro-quilombola. Por isso, esse acervo vivo precisa ser documentado, escrito para que não seja perdido, uma vez que cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima. Assim, nos levou a refletir Amadou Hampâté Bâ. Faz-se necessário, portanto, que a comunidade educativa desenvolva estratégias que resguardem essas oralidades



Eu sou Tina Amâncio, eu sou da comunidade de Souza, né? Sou professora lá da escola da Vassourinha há pouco tempo e estou, assim, encantada! Com tudo que eu estou vendo e acho que nós, como professores, nós temos muito a fazer para elaborar esse projeto, porque tem aí, a gente deve trazer atividades para sala de aula que tragam uma atração, uma atividade lúdica que os alunos venham se interessar. E porque contações de história? Porque eu sempre gostei de ler aqueles livros de história africana. Eles sempre resgatam, né, costumes e a cultura dos negros e eu acho, assim, que essas atividades lúdicas, as contações de história, as dramatizações, essas coisas, ajudam no nosso projeto e nós, como professores, somos assim, como diz, uma base ali, por que na sala de aula que eu ensino, uma das salas, porque eu ensino na cidade de Porteiras e ensino na Serra do Araripe, em Vassourinhas, e eu vejo, assim, uma grande diferença na clientela. Na da cidade é muito preconceito que rola e lá na serra, já não, já não tem tanto preconceito, tanto racismo. Eles se respeitam um ao outro. Não se usa mais aquele xingamentozinho. Eu já vejo que eles se aceitam. Já na outra clientela, na cidade, já é diferente. Então eu acho que nós como professores, nós temos uma arma muito forte para trabalhar, principalmente com essas atividades lúdicas. Contações de histórias que venham resgatar, que venham conscientizar cada um dos nossos alunos”. **(Tina Amâncio, professora, Comunidade Quilombola de Souza, Porteiras-CE)**

A fala acima da professora Tina Amâncio é bastante significativa porque ela reflete sobre sua própria prática, ao tempo que busca estratégias que possam vir a contribuir com o PPP da escola. Ela pensa de forma coletiva e as suas sugestões vão se encontrando e contribuindo para uma reorganização da maneira como se olha para os estudantes quilombolas.

A seguir, vejamos as problematizações centrais para a comunidade educativa sobre oralidade e memória, de modo a colaborar na elaboração do PPP e, em seguida, as proposições do grupo.

## 6.5

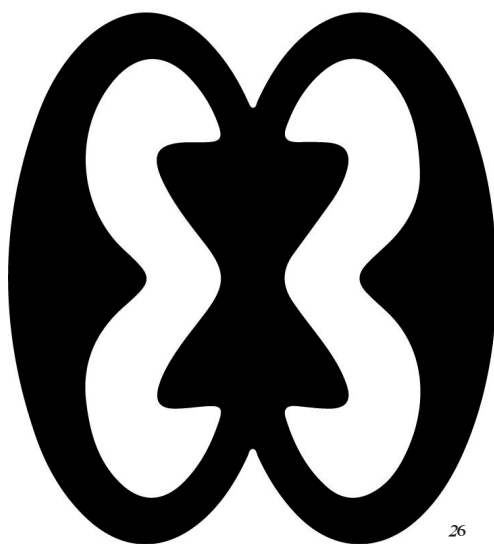
### QUESTÕES CENTRAIS DOS EIXOS MEMÓRIA E ORALIDADE PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA: ELABORAÇÃO DO PPP

1. Como os elementos da oralidade da comunidade podem contribuir com o PPP da escola?
2. Como podemos pensar o PPP da escola a partir dos elementos da memória?

QUADRO 4 - PROPOSIÇÕES DO GRUPO MEMÓRIA E ORALIDADE

Memória e Oralidade	
Áreas Temáticas	Ações Pedagógicas
Memórias Literárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ oficinas formativas com as famílias para evocar contos, mitos, lendas, causos, cantigas etc;</li> <li>☞ rodas de histórias ancestrais na escola;</li> <li>☞ convite aos “mais velhos” da comunidade para contar suas narrativas aos alunos, valorizando a oralidade, fazendo uma retextualização dessas histórias por escrito;</li> <li>☞ memorial com a história de origem da comunidade;</li> <li>☞ produção da linha do tempo da história da comunidade a ser exposta na parede da escola;</li> <li>☞ cantar com as crianças e jovens quilombolas o Hino à Negritude anexo) como é feito pela Escola Osório Julião, na Serra do Evaristo e as comunidades quilombolas de Caucaia. Ao se tornar mais complexo os níveis educacionais, estudar a narrativa da letra e até criticá-la.</li> </ul>
Práticas corporais da memória ancestral	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ pesquisar as danças, os ritos e as atividades corporais locais;</li> <li>☞ incentivar, por meio das aulas de Educação Física, as práticas corporais da comunidade e da população negra de modo geral.</li> </ul>
Exposição de objetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ criar espaços dentro da escola, em colaboração com a comunidade, para expor objetos que fazem parte da cultura quilombola, contextualizando a memória desses objetos.</li> </ul>
Identidade e memória nas aulas de campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ realizar trilhas étnicas e de reconhecimento territorial nos espaços de memória, em colaboração com a comunidade.</li> </ul>
Rememorar as práticas da medicina ancestral	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ incentivar e criar as hortas escolares que cultivem as ervas da medicina tradicional;</li> <li>☞ realizar aulas nas hortas evocando as memórias dos mais velhos sobre as práticas medicinais.</li> </ul>

## 6.6 COMUNIDADE



Cuido bem do que é meu, cuide também do que é seu. Gosto e aproveito a minha comunidade, pois quero viver lá por toda eternidade. O lugar onde eu vivo é bonito e acolhedor, tratamos ele com muito amor. Se um dia eu viajar, de novo quero voltar, porque aqui é o nosso lar. (Amanda do Nascimento Silva, estudante do 5º ano, Quilombo Serra dos Chagas, Cariri-CE)

### 6.6.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO COMUNIDADE

1. Quem somos? Como é ser quilombola?
2. Como a comunidade foi criada?
3. Quem são as lideranças?
4. Como é o cotidiano da vida em comunidade?
5. Como é o dia a dia? Como a comunidade organiza as festividades?
6. Quais datas comemorativas são importantes?
7. Quais os grupos institucionais (associação, conselho) existentes na comunidade? Quais participam da comunidade escolar?

<sup>26</sup> Símbolo Adinkra Nkonsonkonson - correntes ligadas - unidade, relações humanas. Significa que a forte ligação entre pessoas de linhagem comum é difícil de romper. Os elos da corrente vinculam as relações humanas de unidade, fraternidade, interdependência e cooperação. Disponível em: <http://claudio-zeiger.blogspot.com/2012/02/nkonson-konson-simbologia-adinkra.html>. Acesso em: 19/02/2021.

Comunidade é viver em círculo, viver experiência de partilha. É se preocupar um com o outro. Respeito mútuo que é a base de viver em comunidade. Na comunidade, a vivência das mães velhas têm significância. Esses valores devem ser trabalhados dentro da escola (Raynara, Comunidade Quilombola da Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE).

Especificamente para os Dagara, na África Oeste, o sentido africano de comunidade é aquele em que as pessoas se reúnem para realizar um objetivo, ajudar os outros a realizarem seus propósitos, cuidar uns dos outros, assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, dando e recebendo suas dádivas (SOMÉ, 2009). Para Ticiane, da Comunidade Cercadão dos Dicetas, Caucaia-CE, “comunidade é viver em união, harmonia. É ser livre, sempre buscar ajudar uns aos outros. É ser cidadão, ter seus direitos e deveres e também resgatar cultura e ancestralidade”.

Esse modo de enxergar a comunidade como um espaço coletivo, de lutas, de aprendizagens e de partilhas, ainda hoje é bastante comum nas comunidades tradicionais quilombolas. As pessoas mais velhas trazem consigo essa tradição e procuram cultivar esses valores junto aos mais novos. Dessa forma, o PPP deve trabalhar com os valores comunitários que a comunidade quilombola possui, de tal forma que as crianças e jovens possam se sentir pertencentes àquela comunidade, ajudando-os assim a compreender a sua própria identidade quilombola e se autoafirmarem. No entanto, a comunidade também é um lugar de conflito:

Também comunidade é um lugar de conflito. Um lugar de conflito. Não é nada, não é essa santa felicidade, não é essa santa união, irmandade. Também é um lugar de conflito. É nessas relações de disputa, de poder, de conflito, que a comunidade, ela vai dando um pouco da sua cara, no seu jeito de se organizar e de estar ocupando o seu território (João do Cumbe, Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati-CE).



Grupo de trabalho  
Comunidade e Territorialidade,  
Comunidade Quilombola  
de Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

As crianças e os jovens quilombolas devem encontrar na comunidade educativa as bases dos valores comunitários afro-quilombolas. Precisamos educá-los próximos desses valores, a fim de que quando se tornem adultos não tenham dificuldades de se reconectarem com quem são, de se

reconhecerem quilombolas e, desse modo, parte importante no sucesso, no desenvolvimento e na continuidade da comunidade.

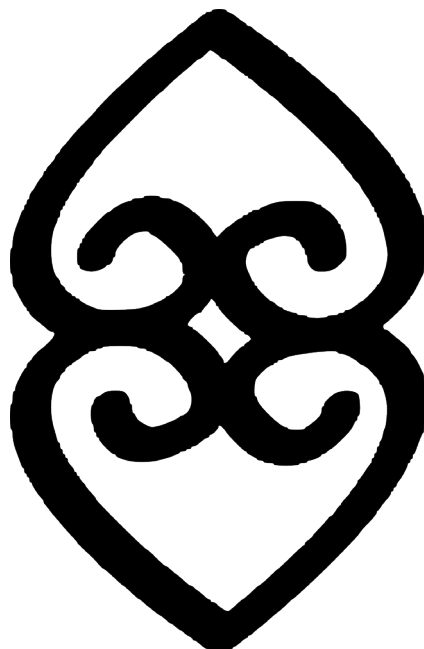
Para isso, é necessário fortalecer a construção de mudanças conceituais em relação à ideia de quilombo trabalhada pela escola. Criando novas narrativas e expressões propositivas no intuito de perceber a comunidade como um espaço de resistência, “história autônoma e revolucionária” (CUNHA JÚNIOR, 2019, p. 2), a comunidade educativa poderá desenvolver novas metodologias, uma vez que na metodologia desenvolvida para esse trabalho notamos importantes definições de si, da comunidade e das experiências ancestrais na constituição do território.



Então, comunidade quilombola, esse termo, até quilombola, nós precisamos ressignificar ele. Porque está sempre associado a um lugar de negros fugitivos que foram escravizados. Ah, dizem: “Vocês são descendentes de escravos”. E eu sempre tenho o cuidado de dizer: “Não, nós não somos descendentes de escravos. Nós somos descendentes de seres humanos que foram escravizados”. Entendeu? E a ideia que se tem do quilombo, até a Creuza já colocou: “É o lugar de miséria total que foi esquecido por trezentos anos”. E nós ficamos congelados, como se tivesse congelado dentro de um grande freezer. E que agora, por conta que nós estamos nos autodefinindo enquanto comunidade quilombola e aí chega na nossa comunidade, e aí muitas vezes os órgãos dizem: “Mas você não tem cara de quilombola”. E aí vem a pergunta: “Mas qual é a cara de quilombola?” “Ah, vocês são muito ricos”. Entendeu? Então quilombola está associado a um monte de coisas negativas. Mas eu sempre digo: “Quilombo hoje na contemporaneidade é um lugar de luta, resistência, de ancestralidade. Entendeu? E de relações de parentesco muitos associados à questão de nossas práticas tradicionais. Então hoje quando se fala de quilombos, de comunidades quilombolas, nós precisamos tá deixando quilombo histórico lá para trás, e ressignificando. Hoje é lugar de luta pela liberdade, de resistência, de luta contra as injustiças, contra as opressões. Mas também é um lugar de ancestralidade. É naquele território, naquela comunidade onde cada um aqui, a gente se reconstrói socialmente, culturalmente e politicamente. (João do Cumbe, Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati-CE)

Nesse sentido, a identidade comunitária concebe uma ligação entre griottes, griots, os espaços educativos e o PPP. Ela é capaz de abrigar as necessidades individuais e coletivas possibilitando a atuação em um espaço-tempo próprio, visto que compartilha conhecimentos, sentimentos e emoções comuns. Isso enriquece, fortalece e estrutura a identidade comunitária quilombola.

## 6.7 TERRITORIALIDADE



27

Território é o que guarda o que é dos nossos antepassados. Território é manter viva a ancestralidade geográfica. É como jogo de xadrez: as peças têm sentido, têm história. História do território quilombola, é manter viva a ancestralidade, a cultura. Em meio pedagógico é repassar a história dos nossos ancestrais, como a convivência dos nossos pais e avós. (Marcelo Gonçalves Pereira, Comunidade Quilombola da Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE)

### 6.7.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO TERRITORIALIDADE

1. O que é territorialidade?
2. Quais são os lugares de referência histórica e social da comunidade? Quais os lugares que são importantes para a comunidade? Que importância esses lugares têm?
3. Quais são os lugares de plantar, morar, criar?
4. Existem lugares considerados sagrados pela comunidade?
5. Quais são as construções mais antigas? Onde estão localizadas? Por que são importantes?

<sup>27</sup> Símbolo Adinkra Asase te duru - a terra tem peso - divindade da mãe terra. Símbolo da prudência e da divindade, Mãe Terra. Representa a importância da terra no sustento da vida. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=ASASE+YE+DURU>. Acesso em: 19/02/2021

6. Quais ervas medicinais identificamos no nosso território? Quais são cultivadas pela comunidade? Quais são usadas para cuidar da saúde? Que outros usos têm essas ervas (mágicos, sagrados, alimentares)?
7. Quais os direitos territoriais da população quilombola?

Territorialidade é uma palavra derivada de território. Para além do sentido da palavra em si, a territorialidade fundamenta-se no significado que a terra tem, não apenas como um solo que germina o alimento para o corpo, mas como algo sagrado. Sendo assim, para as comunidades quilombolas a territorialidade tem relação com a vida cotidiana e com as formas de existir na comunidade em que viveram seus ancestrais. A luta pela terra tem sido uma das principais questões levantadas pelas comunidades quilombolas, pois a não regularização do território coloca em risco não só a existência da comunidade, mas também a de suas próprias vidas.



Grupo de trabalho  
Comunidade Grupo de trabalho  
Territorialidade e Comunidade -  
Encontro na Região Metropolitana  
de Fortaleza  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

Dessa forma, as identidades étnico-raciais e afro-quilombolas são construídas no processo de luta dos povos quilombolas que envolve seu histórico de resistência, suas memórias, sua ancestralidade e seus conhecimentos tradicionais. A identidade assume um papel preponderante, pois é ela que define o direito à terra, à demarcação do território e às políticas públicas. Por isso, conceber um novo pensamento curricular no âmbito da escola é, antes de tudo, uma forma de identidade política.

Podemos dizer então que a identidade é territorializada. Assim, a história das populações africanas deve ser compreendida em um movimento interdisciplinar entre as diversas ciências humanas. Nesse sentido, o currículo ocupa um lugar de poder. As histórias dos grupos humanos são profundamente dependentes das localidades, das potencialidades dos lugares. Por isso, a comunidade escolar quilombola precisa saber a força que tem sobre o território que seus ancestrais construíram e ressignificaram.

Para as comunidades quilombolas, a territorialidade é um princípio importante e fundamental que não deve se confundir ou associar à segregação ou ao isolamento. A terra é muito mais do que a possibilidade de se fixar em um lugar, ela é antes de tudo condição de existência de um grupo e continuidade de suas referências simbólicas, históricas e culturais (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o PPP da escola quilombola deve estar atento ao debate sobre territorialidade, tendo em vista que a identidade territorial pode ser parte de um trabalho permanente do currículo. Valorizando os aspectos importantes da sua história, apoiando-se nos espaços educativos territoriais como dispositivos fundamentais para as práticas pedagógicas inovadoras, a discussão sobre territorialidade contribui para o fortalecimento da identidade comunitária afro-quilombola.



A questão do território realmente é um enfrentamento muito grande porque realmente a questão do território é para delimitar também. Aonde foi construída a nossa ancestralidade, aonde nossos antepassados, eles foram, eles vivenciaram. Até um olho d'água; se meu bisavô, meu tataravô, que seja da família, ele foi buscar água lá em cima da serra, ali já faz parte do território, que muitos não sabem. Realmente que era uma coisa importante, por isso que às vezes sempre eu fiz, a questão da escola e questão da comunidade. Como é que a escola vai saber e vai explicar praquelas criança que tão agora querendo ser educadas, a questão do antepassado, se a comunidade não está ali presente? Como é que eles querem realmente educar as criança com a questão quilombola se até mesmo tem gente da própria comunidade que tem setenta anos que não sabe de sua história? Pois eu sei da minha história. Eu tenho quarenta e um anos mas eu sei da minha história, e tem gente que tem sessenta, setenta anos que não sabe da sua história. Por quê? Porque realmente se acaba, aí vai se acabando com o tempo. Por isso que é bom realmente o resgate, principalmente do território. Por que a questão do território? Por que ela unifica, ela fortalece. Porque se a gente não tiver a nossa zona, digamos, de conforto, que seja, na nossa área, aí fica tudo disperso. Então realmente a questão de território é muito importante para todas as comunidades, porque ali vai frisar o forte, realmente de todos, por que é o espaço de cada um, é a luta, é a conquista de cada pessoa. Porque você imagina, é a pessoa ser escravizada, você não ter direito a água. Você não ter direito a nada. Você passar anos e anos ali sofrendo. E uma pessoa do nada, chega e faz usucapião, só porque ele tem dinheiro, aí essa terra aqui é minha, expulsa famílias que nasceram e se criaram, os avós, os pais, tudo ali. Eu digo porque a situação da comunidade que eu represento foi isso. Foram expulsas muitas famílias da comunidade antigamente. Por quê? Porque eles não tinham realmente uma liderança pra lutar por eles, saber o que era o direito de cada um deles. E esses proprietários chegaram depois deles e diziam ser donos das terras. Como é que eles são donos de terra se eles realmente nunca plantaram ou os próprios pais ou avós

que sejam? Aí é só porque comprou vai ser dono das terras e a história onde é que fica? Por isso que nós, comunidades quilombolas, a gente luta por nossos territórios pra valorizar nossos antepassados, pra buscar o resgate de tudo que foi perdido. Isso é uma questão de honra a questão de território pra gente, comunidade quilombola”.  
**(Madalena Barbosa Prata, Comunidade Quilombola Boqueirão da Arara, Caucaia-CE)**

O território se desdobra num sentido que transborda o entendimento de espaço físico. Ele também abrange aspectos políticos, sociais, identitários e históricos. Ressaltamos, entretanto, que por ser fonte de subsistência a problemática que envolve a terra como espaço físico é extremamente importante para as comunidades quilombolas. É o território que garante aos povos remanescentes a existência material. Além disso, ele tem relação com a memória coletiva quilombola que são as lembranças materiais e imateriais dos povos com reminiscência africana. É a partir delas que se constroem as relações territoriais e identitárias, ou seja, elas formam um conjunto de memórias individuais e coletivas que salvaguardam e ressignificam a territorialidade quilombola.

O território é uma condição essencial porque define o grupo humano que o ocupa e justifica sua localização em determinado espaço. A terra, o terreiro, não significam apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que têm os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente (ANJOS; CIPRIANO, 2006, p. 49).

O direito à terra é o que garante às comunidades quilombolas a sua permanência no território, bem como o direito de existir e perpetuar suas práticas ancestrais. Maria Creuza de Carvalho da Comunidade Quilombola de Boqueirãozinho, Caucaia, problematiza e ressalta a importância do direito ao território:



Por que que nós queremos ter direito a território? Ter direito de usar aquilo que Deus nos deu: a água, plantar... Como é que posso incentivar a continuidade das práticas da agricultura se não tenho onde plantar? Se eu não tenho como, né!? Vou lá na minha comunidade, as pessoas trabalham, plantam seu milho, a sua roça, tiram o feijão e o milho. Mas se o “proprietário” chegar e disser assim: “Eu quero minha terra, eu vou jogar o gado amanhã.” Então eles perdem tudo! Açude, não se pode usufruir. Tá lá! Tem açude que se poderia trabalhar com o peixe, mas nem a água pra se usar em casa temos direito. Cercam. Então o direito que nós temos de território é pra isso. Eu ainda tenho a visão ainda mais ampla de a terra não ter dono. Tá ali, você vai e cultiva, quem quer trabalhar com a terra. Ter um canto para colocar a sua casa, a sua família, não ter que pagar aluguel. Então, isso a gente vê muito a desvalorização que às vezes faz com que as práticas que nosso povo tem, gosta de executar e praticar, se acabe por ali. Porque não tem sentido. Meu pai era um deles. Quantas e quantas vezes ele não perdeu centenas

e centenas de roça de mandioca porque o “dono” chegou e disse: “Seu Antônio eu vou precisar usar a terra pra botar o meu gado.” Se não tivesse alguém que comprasse a macaxeira, a mandioca, iria perder. Então essa prática foi desvalorizada muito muito no nosso território. E hoje nós estamos buscando esse resgate, a criação da galinha, da ovelha, o cultivo, enfim. Hoje nós estamos dentro de nossa comunidade, mas nós não temos espaço. Somos cercados de terras. E quando vamos buscar, é o que a Madalena acabou de dizer: são pessoas que vieram, se apropriaram, que não têm documentos, mas se você vai querer usar a terra, vem muita gente, vem polícia, vem seguranças, lhe ameaçam e atiram em você. Nós estamos lá, nós estamos num quadradozinho em nossa volta, mas nós não podemos usufruir. Vai desde a questão de manusear, de plantar, como do tirar a própria água. Que a partir do momento que o “proprietário” vê que aquilo ali as pessoas estão usando aquela água, o que é que eles querem? Querem é vender a água. E as pessoas se vê obrigadas a ir comprar. Aí é por isso que acontece, muitas pessoas são expulsas e outras perdem o estímulo de morar ali, diante das dificuldades. Se é para gastar, se é pra tudo ser custeado do bolso, então eles vão buscar alguma coisa que é mais fácil, vem para a cidade. Então a questão do território hoje, o que eu vejo, é mais para essa questão, para que a gente possa manter aquele povo ali”. **(Maria Creuza de Carvalho, Comunidade Quilombola de Boqueirãozinho, Caucaia-CE)**

Nessa perspectiva, espaço e território têm sentidos diferentes. O primeiro é anterior ao segundo, porque o território se forma a partir do espaço, uma vez que é resultado da ação de sujeitos que interferem no ambiente e que ao se apropriarem concretamente ou abstratamente dele, o territorializam. Por conseguinte, o território é o espaço onde se projeta a ação dos sujeitos na condição material e imaterial e que, por isso, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

Anjos (2006), destaca a importância da formação dos quilombos e seus impactos na formação do território brasileiro, visto que eles mantêm heranças africanas nas suas práticas de organização e modificação do espaço geográfico. Dessa forma, o território étnico-quilombola é um espaço construído e materializado por referências de identidade e pertencimento com aquele grupo com o qual guarda uma origem comum.

No Encontro Regional do Cariri, o grupo de trabalho Comunidade e Territorialidade fez a seguinte ponderação: “É dever da escola apresentar os trabalhos para a comunidade de forma que todos possam ter clareza sobre os assuntos abordados no âmbito interno da escola”.

#### PARA SABER MAIS...

Sobre a formação dos territórios quilombolas no Brasil, encontramos de forma aprofundada os trabalhos dos geógrafos: Rafael Sanzio Araújo Anjos, Professor Titular da Universidade de Brasília e sobre o Ceará e a formação de grupos étnicos indígenas e quilombolas encontramos os trabalhos do Professor da Universidade Federal de Goiás, Alecsandro José Prudêncio Ratts.

## 6.8 QUESTÕES CENTRAIS DOS EIXOS COMUNIDADE E TERRITORIALIDADE PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA: ELABORAÇÃO DO PPP

1. O que podemos fazer para que a comunidade esteja integrada à escola? Como podemos articular a comunidade ao PPP da escola?
2. Como podemos pensar a territorialidade e sua relação com o PPP da escola?

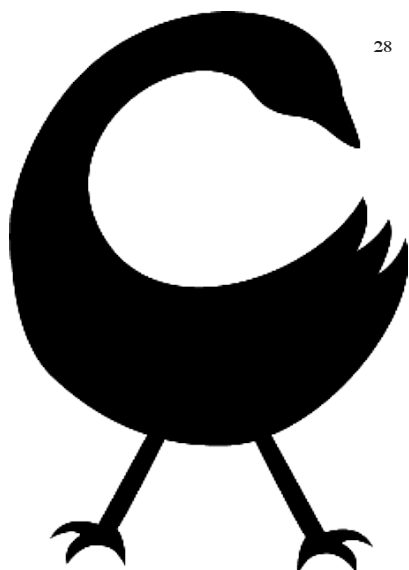
QUADRO 5 - PROPOSIÇÕES DOS GRUPOS COMUNIDADE E TERRITORIALIDADE

Comunidade e Territorialidade	
Áreas Temáticas	Ações Pedagógicas
Territorialidade e Escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ realizar pesquisas e estudos itinerantes no território quilombola;</li> <li>☞ intercâmbio territorial entre as comunidades quilombolas da região tendo a escola como mobilizadora e/ou apoiadora;</li> <li>☞ realizar parceria com órgãos governamentais e não governamentais que desenvolvem projetos ambientais, visando a preservação do território étnico-quilombola;</li> <li>☞ aulas de campo para estudar a biodiversidade local, tipos de solo e os locais de memória territorial;</li> <li>☞ promover para as crianças e jovens trilhas étnicas com o auxílio da comunidade para observar e explorar lugares sagrados, fauna e flora, dentre outros.</li> </ul>
Territorialidade e rodas de conversas	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ a discussão sobre a Educação Escolar Quilombola e a territorialidade deve ser iniciada por meio de rodas de conversa, com a participação dos membros da associação e de outros grupos e/ou instituições organizados, incentivando a família a opinarem sobre o PPP da escola;</li> <li>☞ conversas sobre o direito à terra, sobre a permanência e a existência a partir dela; estudos da legislação pertinente que trata da regularização fundiária de Povos e Comunidades Tradicionais.</li> </ul>

### Territorialidade e projetos

- ⌘ desenvolver um projeto interdisciplinar envolvendo os aspectos econômicos, culturais, religiosos, históricos e geográficos da comunidade;
- ⌘ desenvolver ações pedagógicas como festivais escolares entre comunidades quilombolas que evidenciem as riquezas territoriais;
- ⌘ promover mostras culturais que valorizem a identidade territorial, cultural e os lugares históricos e festivos da comunidade;
- ⌘ promover estudos com alunos e membros da comunidade que suscitam diversas compreensões do conceito de território.

## 6.9 ANCESTRALIDADE



Do meu ponto de vista, ancestralidade é um resgate genético e do fundamento de comunidades tradicionais dentro da cultura espiritual e cultura material, tanto afrodescendente como católica dentro das comunidades ao ver passar de geração em geração e seus ritos costumeiros para a sociedade. (Ricardo Bento de Sousa, Comunidade Quilombola de Sousa, Porteiras-CE)

<sup>28</sup> Símbolo Adinkra Sankofa. É o símbolo da importância de aprender com o passado. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=Sankofa>. Acesso em: 22/02/2021

## 6.9.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO ANCESTRALIDADE

1. O que é ancestralidade?
2. Quem são os nossos ancestrais?
3. Quais as primeiras famílias que fundaram a comunidade?
4. Que memórias temos desses ancestrais?
5. Por que os nossos ancestrais são nossas referências para pensar quem somos? Para pensar a nossa história e a da comunidade? Por que eles são importantes?

A ancestralidade é um princípio fundamental para pensar as populações africanas, afro-brasileiras e quilombolas. Estabelecer conectividade com essa ancestralidade está para além das relações consanguíneas, tendo em vista que a ancestralidade liga o passado e o presente às cosmologias africanas que, ao longo do tempo, foram ressignificadas pela população negra. No entanto, dada a sua complexidade, a ancestralidade não cabe em um tempo único, em uma forma só, porque ela compõe a memória de um povo que jamais será acessada em sua matéria-prima, muito embora sua existência possa ser captada e sua simbologia representada e identificada na cultura negra e quilombola.



Toda comunidade quilombola vem do mais velho. Vem da remanescência. É isso que me dá a entender. Aí a gente se reconhece nessa remanescência, no mais velho, o fundamento da comunidade e a criação numa comunidade, seja indígena ou quilombola. Isso já vem do sangue. O quilombo de Sousa é demarcado num certo local. Tem a Lagoa, tem o Mingu, tem o Sítio Vassourinha que é o coração do quilombo”. (Ricardo Bento de Sousa, Comunidade Quilombola de Sousa, Porteirias-CE)

A ancestralidade é uma categoria de ligação entre as pessoas, uma vez que as relações acontecem por interações, por trocas de experiências, sejam elas simbólicas ou linguísticas. Ela tem sido um dos maiores símbolos de resistência da população negra e quilombola no Brasil. Na tentativa de materializá-la e relacioná-la com a educação, a ancestralidade pode ser vista como um conjunto de signos do patrimônio material, imaterial e espiritual de uma herança étnico-africana que se perpetua enquanto memória concreta e coletiva de um povo, dado que:

a ancestralidade é a maior e mais importante referência destas sociedades. Ela é o coração vigoroso da cosmovisão africana. Ela é a lógica que engendra e organiza os outros elementos do pensamento africano recriado em nossas terras. É o epicentro do regime semiótico afrodescendente que engendrou concretamente as formas culturais africanas e sua dinâmica civilizatória. (OLIVEIRA, D., 2006, p. 175)



Tem coisas assim. Coisas que é muito esquecida da nossa presença. Tem as coisa assim das nossas brincadeiras que nós gostaria de representar na nossa comunidade. É muito importante, né?! São passadas de geração pra geração. Essa brincadeira do toré foi ensinada pela finada Joana do Couro que ela já morreu há muitos tempos atrás. Tá com mais de cem anos que ela morreu. Desde de pequeninha que ela ensinava. Aí a gente vai passando de geração pra geração, né?! Resgatamos. Desde pequeninha que nós brinca, né?! Então vamos botar essa brincadeira pra frente, né?! E eu brinco com muito orgulho. Muito prazer. Quando uma pessoa me chama pra representar, eu vou com muito orgulho. Enquanto eu tiver viva, eu vou brincar e é com todo prazer”. (Antônia Vieira da Silva Carvalho - Bizunga, Comunidade Quilombola de Carcará, Potengi-CE)

Desse modo, o PPP das escolas quilombolas deve entender a ancestralidade quilombola como um meio de transmissão dos conhecimentos ancestrais que tem como suporte a tradição oral, os ofícios e tecnologias antigas, os repertórios culturais e linguísticos dos quilombos, as festividades e o campo lúdico das comunidades.

Os quilombos têm singularidades próprias de existência e resistência fundamentados na ancestralidade africana. Eles guardam conhecimentos e tradições manifestas na língua, na corporeidade, na religiosidade e na relação com a natureza, cada um com suas próprias peculiaridades no que diz respeito à condição territorial, social e cultural.



Apresentação do grupo Ancestralidade e Tecnologia Encontro na Região do Maciço do Baturité e Sertão Central Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



O sangue quilombola vem dos ancestrais, que nem meu bisavô. Então nós somos quilombola. Que tem sangue negro, mas os outros, a gente adota. Quem fundou a comunidade foi meu bisavô que veio de Pernambuco fugido da escravidão. Então nós somos Sousa por causa dele. Aí quando ele veio, ele conheceu a nossa bisavó, Raimunda Valentina de Sousa. Aí quando ele veio de lá fugido, ele casou com ela que não era Sousa. Ele era Sousa. Então o sangue das pessoas serem quilombolas é por parte dele, nosso bisavô. Já que nosso outro bisavô é Araújo. É cabôco. A minha avó por parte de mãe. Aí então nós somos essa mistura”. **(Francisca Josefa da Conceição, Comunidade Quilombola de Sousa, Porteirias-CE)**

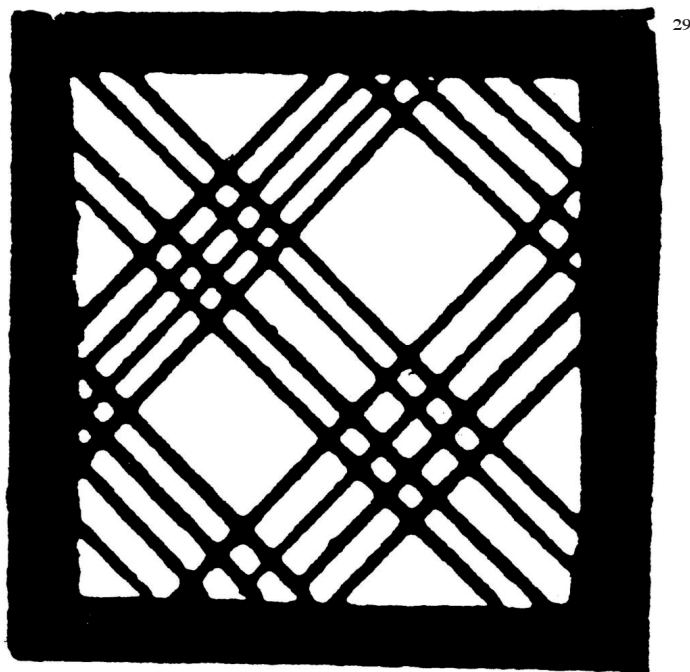
Nesse sentido, ao trabalhar a ancestralidade e convertê-la em educação, a escola passa a entender a cosmovisão africana como referência, como conhecimento. Portanto, pode educar o olhar para a filosofia da terra, para a ética de encantamento pela própria história ancestral (OLIVEIRA, D., 2007).

O PPP deve encontrar na sensibilidade ancestral o diálogo para a diversidade, para a inclusão e o caminho para uma educação antirracista, ou seja, educar uma criança ou jovem quilombola dentro dos princípios da ancestralidade precisa ser um processo contínuo de transformação do olhar sobre si, sobre sua história e sobre sua relação com o mundo. Sobre isso, o professor Evandro destaca que:



O conhecimento com a cultura local da comunidade, acho que sem esse diálogo, sem a gente trazer conhecimento que se tem da cultura, dos hábitos, a questão da ancestralidade, do território, é, para a sala de aula, pra gente trabalhar com os meninos. Não existe educação quilombola, sem isso daí. Então é importante trabalhar esse conhecimento no nosso fazer pedagógico em sala de aula”. **(Evandro, professor da Escola Julião, Comunidade Quilombola de Serra do Evaristo, Baturité-CE)**

## 6.10 TECNOLOGIAS



Na minha comunidade tem aqueles que trabalham com argila, que faz pote, bacia, panelas, tem as rendeiras, oleiras, mas se a pessoa faz crochê é também um tipo de tecnologia. (Manoel Arceno Araruna, Sítio Extrema, Mauriti-CE)

### 6.10.1 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO TECNOLOGIAS

O que é tecnologia afro-quilombola?

#### 1. Tecnologias agrárias autossustentáveis

1.1 Quais tecnologias existiram e existem na comunidade?

1.2 Quais as tecnologias agrárias?

1.3 Como são armazenadas as sementes? Existem casas de sementes? Como são cultivados os roçados?

1.4 Quais os modos de plantar e de colher?

<sup>29</sup> Símbolo Adinkra Nkyimu - Símbolo da habilidade e precisão. No sentido figurado, o Nkyimu representa as divisões que existem na vida. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=NKYIMU>. Acesso em: 24/02/2021

1.5 Quais atividades extrativistas (coleta de sementes para produção de óleos, artesanatos, borracha etc.) realizadas por nossos ancestrais? Quais ainda existem? Quais são as práticas de cultivo e de criação de animais que existiram e que ainda existem?

1.6 Como é a água da comunidade? Salobra, não salobra? Quais são as tecnologias para o uso da água?

1.7 Quais são as tecnologias artesanais? Há tecelagem? Há trabalhos com o barro (produção de vasos, utensílios domésticos)? Há trabalho com o ferro? Há ferreiros na comunidade?

## **2. Tecnologias da construção**

2.1 Quais tecnologias existiram na área da construção? Como era o processo? Quais existem hoje? Ainda existem moradias com essa tecnologia?

2.2 Há na comunidade oleiros/pessoas que produzem tijolos, telhas ou outro artefatos de barro, argila?

## **3. Tecnologias de comunicação**

3.1 Quais tecnologias de comunicação os nossos ancestrais usavam e quais são usadas hoje?

As tecnologias desenvolvidas no Brasil sob a influência da presença africana tiveram grande impacto no processo de constituição do território brasileiro. No entanto, o pensamento racista induziu ideias errôneas ou incompletas sobre o conhecimento das tecnologias africanas importadas para o Brasil com a sua mão de obra. Foram “importantes conquistas na Matemática, como a Geometria e a teoria de sistemas dinâmicos, na Astronomia e mesmo na Medicina” (CUNHA JÚNIOR, 2010, p.11).

Os conhecimentos técnicos e tecnológicos africanos sempre tiveram grande importância para o Continente Africano e foram bem difundidos por diversas regiões no mundo antigo através das rotas de comércio, antes mesmo do século XVI. O cultivo da cana-de-açúcar, da banana, do café, do algodão, do arroz e do amendoim são exemplos de culturas que apresentam suas técnicas próprias. Outro fato importante dentro do desenvolvimento técnico e tecnológico foi a exportação da tecelagem africana para a Europa no século XVII, a partir de países das regiões de Kano, na Nigéria, do reino do Congo, Madagascar e Marrocos, produtora de tapetes e tecidos (CUNHA JÚNIOR, 2010).



Precisamos que as coisas de grande valor usadas pelas nossas ancestralidades anteriores, pelos mais velhos, sejam mostrados, como uma panela de barro produzida por qualquer senhora da comunidade, uma boneca, qualquer tipo de material artesanal produzido aqui dentro da comunidade, como o ferro a brasa, como o moinho, como o pilão. Essas coisas de grande valor para esse povo e que hoje dificilmente a gente vê, por conta da industrialização que as coisas são tudo através de maquinário. Antigamente o cuscuz era feito no moinho e moído com tanto sofrimento e de como o agricultor já sofreu muito pra ter o alimento dentro de sua casa, na sua mesa, o feijão que era batido com ganchos de pau, era bem batido. Uma coisa que é tão simples: a gente vai no mato e tora aqueles ganchos e era uma debruadeira que hoje é tudo aí, as debruadeiras (debulhadeiras) de alta tecnologia, né!? Então, esses métodos que tá citado é coisas que eram tecnologias, só que uma tecnologia que no mundo de hoje, ela não era moderna, mas de grande valor”. (Silvana Terezinha da Silva, Comunidade Quilombola de Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE)

É importante que a escola se aproprie desses conhecimentos pelo currículo. A compreensão dessa história é necessária para que se entenda as técnicas e tecnologias ancestrais presentes nas comunidades quilombolas.

Dada a importância dos conhecimentos tecnológicos dos povos africanos no Brasil, bem como das comunidades quilombolas, é fundamental que no seu Projeto Político-Pedagógico a escola aborde, junto à família e à comunidade, os aspectos do desenvolvimento étnico-tecnológico-ancestral e sua influência nas práticas atuais de tecnologia. Nesse sentido, faz-se necessário um prévio trabalho pedagógico de reflexão, de valorização e de debate sobre ciência, tecnologias africanas ancestrais, sempre com o cuidado de não criar hierarquização sobre os conhecimentos, principalmente quando colocados na rigidez do racismo científico que define a quem interessa pensar o Continente Africano, a população afro-brasileira e quilombola como desprovidos de conhecimentos.



Gostaria de falar pra vocês sobre tecnologia, né? Do meu ponto de vista, do meu entendimento, a partir do momento que a gente trabalhou em função de desenvolvimento dentro da comunidade, surgiu algo muito mais, para que a gente pudesse tomar o conhecimento, que através desse conhecimento, né? Sobre a internet, né? A gente descobriu várias fontes para que a gente pudesse se organizar em momento como nós tamo hoje aqui, buscando, né? Mais conhecimento para que nós possamos fortalecer muito mais e buscar mais e mais descobrimento da nossa história. E em função dessa história estamos aqui todos reunidos para que possamos fortalecer cada vez mais o movimento quilombola”. (Sebastião Vieira da Silva, Comunidade Quilombola de Carcará, Potengi-CE)

### PARA SABER MAIS...

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) publicou em 2010, como parte da série de cadernos, o título “Tecnologias africanas na formação brasileira” da autoria de Henrique Cunha Júnior. A publicação faz parte de um projeto que busca a cada edição contribuir com possibilidades inovadoras de consolidação da Lei nº 10.639/03.

Disponível em:

<http://ocamataatlantica.blogspot.com/2011/06/tecnologia-africana-na-formacao.html>

Para o trabalho sobre tecnologias que a escola pode desenvolver é necessário convidar as crianças e os jovens a fazerem ciência e incentivá-los à descoberta, ao invento e à criatividade. Muitas vezes com ideias simples, porém bem elaboradas, é possível melhorar as condições de existência da própria comunidade.



Apresentação do grupo de trabalho Ancestralidade e Tecnologia - Encontro da Região Metropolitana de Fortaleza  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

As práticas, as técnicas, os modos de fazer com ancestralidade em África, as formas de produção do trabalho, como a maneira de extrair e utilizar os óleos naturais, as técnicas com o ferro, as práticas agrárias antigas, as construções ancestrais que a população negra desenvolveu e desenvolve a partir do jeito próprio de fazer, são tecnologias que ao serem observadas na cultura do Ceará dizem muito sobre a presença negra no Estado. Por exemplo, a cultura produtiva do boi, do couro e da carne de charque, as festas do boi que envolvem os reisados, as cantigas, tudo isso são referências da cultura africana, principalmente das Regiões Norte e Ocidental da África. Elas estão muito presentes não apenas no nordeste brasileiro e no país de um modo geral, mas muito vivas na cultura afro-quilombola cearense, no cotidiano da lida com o gado nas comunidades, seja simbolicamente ou materialmente.



O óleo de mamona eu faço pra mode eu vender pro dono de gado que me encomenda a trinta e cinco mil e serve também para inchaço que passa na munheca, e no imbigio da criança quando nasce, toma um colher pra desinflamar e se tiver alguma coisa na barriga, toma uma gota que já vai servindo, tem que extrair da folhazinha que tem dentro da folha da mamona”. **(Delzuite Raimunda da Conceição, Comunidade Quilombola de Carcará, Potengi-CE)**

Uma referência importante para a memória da cultura afro-cearense é a cidade de Potengi, situada ao Sul do estado do Ceará, noroeste da Região do Cariri. A cidade é conhecida na região como a “cidade que não dorme”, uma vez que concentra ferreiros que trabalham na forja do ferro. Ela recebe essa designação pelo fato dos ferreiros acordarem antes do nascer do dia para iniciar a atividade nas oficinas distribuídas pela cidade.

É imprescindível buscar na história da África o significado da cultura do ferro para entendermos o seu valor cultural e histórico e como ele é ressignificado em Potengi. A cidade abriga em seu território a Comunidade Quilombola de Carcará e, dentre os cem ferreiros distribuídos em seu entorno, pelo menos um é quilombola de Carcará.

Decerto, o conhecimento metalúrgico nas regiões da África Central é bastante antigo. A impactante presença do ferro nas sociedade em torno afetou as relações sociais e econômicas das populações locais, de modo que os profissionais que dominavam esse saber passaram a ocupar posições diferenciadas dentro da sociedade, mas tinham um entendimento que os aproximava da ancestralidade enquanto pensamento coletivo, pois nunca nas regiões centro-africanas se organizaram em comunidades restritas ou separadas (SILVA, 2008).

Do ponto de vista ocidental, o ferreiro é alguém que manipula o ferro em temperaturas elevadas para a criação de objetos e, nas pequenas cidades, ele contribui para o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista africano, o ferreiro é alguém que está para além do ofício, muito embora não desconsidere a profissão como uma grande atividade econômica. Os ferreiros também foram consagrados pela mitologia africana e aparecem com destaque nos mitos, sendo relacionados a figuras de reis, divindades, ao poder e à fertilidade.

Além da importância da tecnologia dos ferreiros para a memória coletiva da população negra e quilombola, outra prática também muito importante para as comunidades quilombolas é o cultivo nos quintais produtivos. Os quintais produtivos podem ser vistos como espaços de preservação do conhecimento tradicional da comunidade, pois além do cultivo de amendoim, do feijão, da fava, do tomate, do pimentão, da cebolinha, da alface, do coentro, do inhame e de algumas plantas frutíferas, como acerola, manga, banana, limão e laranja, também cultivam-se plantas medicinais como malva, hortelã, capim-santo, erva-cidreira, arruda, cardo-santo, mastruz, raízes e tubérculos diversos, dentre outros. Geralmente as mulheres têm mais participação do que os homens nessa atividade. Lembramos que essas atividades de horta e cultivo tanto foram importantes para os antepassados, quanto o são ainda hoje para a comunidade. Considera-se que “os africanos introduziram nos trópicos as técnicas mais desenvolvidas de agricultura e pecuária. No quilombo a alimentação era preocupação básica para a sobrevivência da comunidade” (ANJOS; CIPRIANO, 2006, p. 49).

Os africanos sabiam como lidar com os solos nos trópicos e introduziram no Brasil uma enorme quantidade de vegetais como o dendê, a malagueta, o quiabo, o maxixe, o jiló, o inhame, também várias espécies de banana, diversos tipos de abóbora e de feijão, o tamarindo e a melancia, além do porongo ou cabaça que, em algumas regiões, servia de alimento, mas principalmente servia para a produção de instrumentos musicais. Eles difundiram também o cultivo do arroz e o hábito diário do seu consumo. A eles também se deve o uso do leite de coco no preparo das comidas. Muitos

#### PARA SABER MAIS...

Tese de doutorado com o título “Homens de ferro. Os ferreiros da África Central no século XIX, autora Juliana Ribeiro da Silva. Trata da atividade com a forja do ferro em África Central e a influência dos ferreiros naquela região.

Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/publico/JULIANA\\_RIBEIRO\\_DA\\_SILVA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/publico/JULIANA_RIBEIRO_DA_SILVA.pdf)

dos pratos que são caracteristicamente nossos, são na verdade de origem africana (SILVA, A., 2013).



Apresentação do grupo de trabalho Ancestralidade e Tecnologia - Encontro da Região do Cariri. Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

A relação que as comunidades quilombolas têm com as técnicas agrícolas e com o cultivo nos quintais produtivos pode ser uma possibilidade da escola introduzir, por exemplo, as hortas escolares. Com o apoio da comunidade, através da experiência que ela já tem dos quintais produtivos, a escola pode explorar outras vias para além do cultivo, tais como dimensões que envolvam conhecimentos relacionados à Geografia e História africana, à história ancestral, às técnicas agrícolas e sua relação com a África Ancestral, com a Biologia, a Matemática, a Química e a Física. Assim, ela desenvolve uma ciência escolar afro-quilombola direcionada aos aspectos étnicos despertando nas crianças e jovens quilombolas a possibilidade de serem futuros cientistas que compreendam em suas comunidades o potencial do seu saber e do seu fazer.

## 6.11

### QUESTÕES CENTRAIS DOS EIXOS ANCESTRALIDADE E TECNOLOGIAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA: ELABORAÇÃO DO PPP

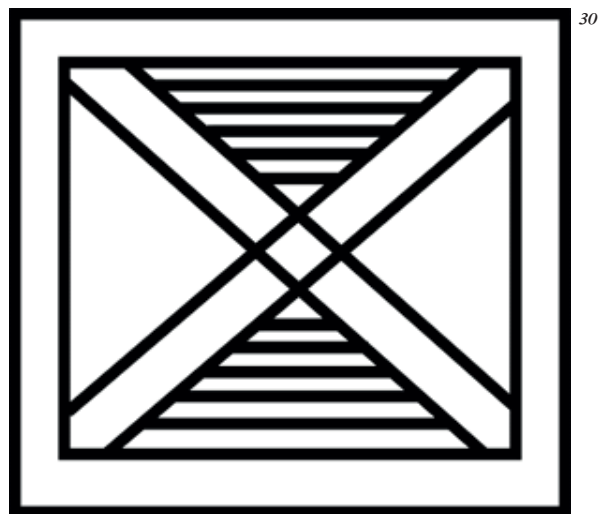
1. Como a ancestralidade pode se materializar no PPP da escola considerando os elementos apontados pelo grupo?
2. Como o conhecimento ancestral produzido pela comunidade e as tecnologias usadas podem contribuir com o PPP da escola?

## QUADRO 6 - PROPOSIÇÕES DOS GRUPOS ANCESTRALIDADE E TECNOLOGIAS

Ancestralidade de Tecnologias	
Áreas Temáticas	Ações Pedagógicas
Espaços escolares ancestrais	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌘ criar um museu ou uma sala de exposições com artefatos culturais da comunidade como, por exemplo, a iniciativa da Escola Maria Virgem da Silva que junto aos alunos catalogou os objetos da comunidade ou ainda o museu da Serra do Evaristo criado com objetos arqueológicos encontrados pelos quilombolas na comunidade.</li> </ul>
Territorialidade e rodas de conversas	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌘ criar uma biblioteca na escola ou sala de leitura homenageando alguém da comunidade, observando um acervo específico para livros didáticos e paradidáticos;</li> <li>⌘ nomear os espaços da escola, como salas de aula, galerias, cantina, dentre outros, homenageando pessoas importantes da comunidade do passado e do presente;</li> <li>⌘ pesquisar, documentar e transformar em material didático os processos de extração ancestral de óleos, sementes e outras técnicas e procedimentos (Química e Física) como, por exemplo, as formas de extração do óleo de mamona realizadas pelas quilombolas Maria Verônica Oliveira da Silva, da Comunidade Quilombola de Porteiras, Caucaia-CE e Delzuite Raimunda da Conceição, Comunidade Quilombola de Carcará, Potengi-CE).</li> </ul>
Ancestralidade e vínculos familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>⌘ rodas de conversa com pessoas da comunidade para falarem sobre os seus ancestrais, pelo menos uma vez por mês;</li> <li>⌘ trabalhar valores ancestrais, como respeito aos mais velhos e aos outros, cuidado com a natureza e com o corpo, coletividade e cooperação entre os grupos, circularidade e combate ao racismo, dentre outros;</li> <li>⌘ desenvolver um trabalho na escola para fortalecer os vínculos familiares utilizando imagens, cantigas de roda, atividades culturais, teatro, religiosidades;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ construir biografias com as famílias fundadoras da comunidade narrando seus feitos e contribuições. Uma produção que possa ficar na escola como material didático;</li><li>⌘ construir um mural na escola com a história da comunidade, uma linha do tempo.</li></ul>
<b>Tecnologias e escola</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ estudar sobre as sementes ancestrais das casas de sementes (sementes crioulas) e as árvores e plantas que as produzem, dentre outras árvores e plantas que fazem parte da vegetação local;</li><li>⌘ promover feiras de ciências com os processos ancestrais dos conhecimentos agrários, de construção e de comunicação;</li><li>⌘ exposição dos modos de armazenamento das sementes cultivadas pela comunidade, métodos antigos ou ainda usados para a conservação dos alimentos;</li><li>⌘ festivais da farinhada, expondo toda a tecnologia antiga e atual com a extração e preparo da farinha e cultivo da mandioca;</li><li>⌘ promover o festival gastronômico da comunidade na escola em que se aprende, se ensina, se expõe e se degusta a diversidade de pratos e receitas familiares da comunidade.</li></ul>
<b>Tecnologias, pesquisas e novos inventores</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ pesquisar e expor as personalidades negras que se destacaram ao longo da história na Ciência, nas técnicas agrícolas, hidrográficas, matemáticas, tecnologias do ferro, tecelagem, escrita (hieróglifos, adinkra, a biblioteca de Tombuctu), urbanização e química, dentre outros;</li><li>⌘ pesquisas comunitárias sobre as tecnologias antigas de construção: a taipa, a produção de tijolos e telhas artesanais;</li><li>⌘ pesquisar processamento da mandioca e o preparo da farinha e de outros produtos;</li><li>⌘ pesquisar sobre o uso da técnica da madeira na construção, na produção de utensílios agrícolas, no artesanato ou outras atividades;</li><li>⌘ pesquisar e incentivar novos inventos e inventores quilombolas a partir de necessidades da comunidade.</li></ul>

## 6.12 SAÚDE DA POPULAÇÃO



Assim, a gente já vê hoje que existe muitos estresses e dentro desses estresse assim já tem problema que vem prejudicando a saúde, né? Então o que que a gente faz da saúde dos quilombolas? A gente procura conscientizar as pessoas e também, existe também a medicina caseira também, né, que a gente faz. (Antônia Rodrigues Matias, Comunidade Quilombola de Serra dos Rodrigues, Parambu-CE)

### 6.12.1

#### QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

1. Como é a saúde da comunidade?
2. Como é a saúde física? Quais doenças são mais comuns? E como é a saúde mental?
3. Quais problemas de saúde a comunidade enfrenta? Há problemas com drogas, com alcoolismo, com violência?
4. Quais práticas de cura (rezadeiras, curandeiros) existem na comunidade? Quais práticas medicinais com uso de ervas a comunidade utiliza?
5. Existiu ou ainda existe na comunidade a prática de assistência ao parto e ao puerpério (mulher de “resguardo”, pós-parto) por parteiras? Quem foram essas mulheres? Quem são?

<sup>30</sup> Símbolo Adinkra Mframadan, significa casa que resiste ao vento - Símbolo de solidez e preparo para encarar as vicissitudes. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=MFRAMADAN>. Acesso em: 25/02/2021

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo “saúde” pode ser pensado como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas como um quadro ausente de enfermidades. No entanto, ao pensarmos sobre a saúde da população quilombola, para além do estado físico, mental e social, faz-se necessário compreender a dimensão espiritual ancestral e as práticas de cura da comunidade.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos 196 a 199, aborda e amplia o conceito de saúde na perspectiva política, econômica e social. A saúde é tida como um direito à cidadania, assim direito de todos e dever do Estado, visto que esse deve desenvolver políticas públicas que visem à redução dos riscos de doenças, assim como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção. No entanto, ao refletir sobre esses conceitos constitucionais atravessados pela raça e pelo gênero, percebe-se que uma parcela considerável da população não acessa políticas próprias para suas necessidades específicas.

Há grupos vulneráveis e por isso a necessidade de políticas específicas em saúde para as populações periféricas, indígenas, cigana, negra, LGBT e quilombola. Essas populações, em sua maioria, vivem em condições de vulnerabilidade social, também em decorrência do racismo estrutural que nega e dificulta ainda mais o acesso a direitos básicos fundamentais e com qualidade.

De acordo com dados de 2017 do Ministério da Saúde, há incidência de doenças que atingem em maior quantidade a população negra e, com isso, a população quilombola. Como exemplo podemos citar a anemia falciforme, a hipertensão arterial, doenças hipertensivas específicas da gravidez que atingem muito mais as mulheres negras, a diabetes, a desnutrição, a depressão, mortes violentas, o sofrimento psíquico, transtornos mentais agravados pelo racismo, o uso de drogas e o alcoolismo, dentre outros.



A Dona Judite Morais é referência na área espiritual e é mezinheira. Tem 87 anos e ainda trabalha (trabalhos espirituais). Hoje a espiritualidade da Umbanda na Comunidade de Sousa se deve a ela. Foi ela quem fundou a Umbanda dentro da comunidade. Ela sempre conta do começo. Eu já sou neto dela. Essa aqui é filha de santo dela e a maioria que tá aqui são os filhos de santo e neto. Entre desenvolver e cuidar espiritualmente, 4.088 médiuns. Ela hoje tem uma importância espiritual muito grande. Ela é muito importante para a comunidade por causa da incidência espiritual familiar. A Umbanda é importante não só pelas festividades dentro da comunidade, mas também pelos trabalhos espirituais que são muitos e tem resultado positivo. Ela deixou essa marca espiritual. Ela curou muita gente. A gente não só cura espiritualmente, mas o conhecimento científico que é passado. A gente faz aquele remédio com as ervas do mato”. **(Ricardo Bento de Sousa, Comunidade Quilombola de Sousa, Porteiras-CE)**

Diante do entendimento de que a escola é um espaço de aprendizagens e saúde, é também uma questão de educação compreendermos que educar o olhar para as questões étnico-quilombolas é fundamental para que o PPP trabalhe em consonância com as instituições de saúde da família existentes no território, assim como junto com as práticas de cura da comunidade.



**Na minha comunidade é com a parteira mesmo. Não tem esse negócio não, quando não dá tempo de ir pro hospital... Antes de sentir qualquer coisinha já vão pro hospital, mas aquelas que são mais depressa, mais rapidinha, às vezes precisa se deslocar uma muié pra pegar o menino. Eu já peguei oito menino e peguei dois no caminho de Quiterianópolis. Eles me chamam mãe, chamam tia. Aquela menina da Lúcia, eu peguei ela lá no Riacho Besouro, lá em cima. E ela me respeita, a bichinha. Fiquei até com dó dela que ela vai sair de perto de mim (Antônia Rodrigues Matias, Comunidade Quilombola de Serra dos Rodrigues, Parambu-CE).**

Ao longo dos tempos as parteiras desempenharam um papel fundamental e ainda hoje são muito importantes para a comunidade. Em muitas situações elas fazem o acompanhamento de apoio afetivo e dispõem dos cuidados iniciais à saúde da gestante. Em muitos casos ainda “pegam menino”, principalmente quando a comunidade quilombola fica distante do hospital em que a grávida não corre risco e mesmo assim quando a criança está para nascer elas realizam o parto.



**Lá no Bom Jardim nós tivemos parteiras. Uma, Deus já levou e a outra, há muito tempo que ela não ajuda mais porque também hoje ela tem 103 anos que é a nossa anciã mais velha da nossa comunidade, D. Luiza Iré. Ela hoje tá lá na casinha dela, bem lúcida ainda. 103 anos”. (Maria Izaira Pessoa de Sousa, Comunidade Quilombola de Torres, Tamboril-CE)**

As rezadeiras, as mezinheiras fazem parte do acervo espiritual que as comunidades possuem com suas práticas ancestrais de cura que melhoram não somente a saúde do corpo físico, mas também o bem viver através de ações com plantas medicinais e rituais sagrados. Por isso, é importante que a escola compreenda essa dimensão espiritual que faz parte do cotidiano da comunidade, muito embora também possa promover ações associadas a essas práticas que melhoram a saúde e previnem doenças como é o exemplo de doenças que afetam as pessoas por falta de cuidados básicos de higiene.



Tem cinco parteiras na Base, a Tia Irene, a filha dela que é a Tia Mazé, a Tia Budá, a Maria Joana também já pegou menino, a Neta que ela mesma fazia os partos dos filhos dela mesma, não era das outras, era dos filhos dela, de si mesma. Fazia o parto, tudo lá, cortava o umbigo e tudo, né?! E fora as outras que já morreram, né?! Mas a prática agora já não tem mais, só que elas são parteiras ainda”. (Ricardo Bento da Silva, Comunidade Quilombola da Base, Pacajus-CE)



Minha avó era parteira. Ela tem 98 anos, aí ela cegou. Ela só deixou de ser parteira quando cegou, mas ela ainda ajudava assim mesmo cega. Ainda hoje se precisar... Ela reza também. Ela me ensinou um bocado de reza, mas eu só aprendi uma, tirar cisco do ôi. É a única. Só sei rezar pra tirar cisco do ôi (risos)”. (Maria Marciana Maia, Comunidade de São Pedro Velho, Quiterianópolis-CE)

Um fator importante para a saúde nas comunidades quilombolas são as práticas corporais e os cuidados com o corpo. A disposição corporal dos mais velhos nas atividades cotidianas para as danças locais e para as festividades são bem características dos quilombolas, daí a importância da escola desenvolver uma educação física escolar quilombola que contextualize todas essas práticas corporais ancestrais.

## 6.13 MULHER QUILOMBOLA



Sou mulher quilombola negra, uma mulher negra, uma mulher de comunidade que tem uma história de vida, uma história para ser resgatada. Mulher quilombola é você ter sua autoestima elevada, é você se assumir a sua identidade, comunidade. Ser mulher quilombola pra mim é isso, e tem muitos significados, mas um deles, principalmente é você se aceitar como mulher negra e quilombola, aquela mulher de fibra que está dentro de você. (Risalva Pereira Nascimento, Comunidade Quilombola de Arapucas - Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE)

<sup>31</sup> Símbolo Adinkra Duafe - O pente de madeira, símbolo da higiene e da beleza, qualidades desejáveis numa mulher, enfatizando a beleza interior Virtude feminina, amor eterno, bondade e carinho. Disponível em: <https://claudio-zeiger.blogspot.com/search?q=Duafe>. Acesso em: 25/02/2021

## 6.13.1

### QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA AFRO-QUILOMBOLA: EIXO MULHER QUILOMBOLA

1. Na comunidade existem lideranças femininas? Quem são? Por que são consideradas lideranças?
2. As mulheres quilombolas estão organizadas em algum grupo? Qual? Quais as experiências coletivas ou as atividades que o grupo desenvolve?
3. Quais são as relações de trabalho vivenciadas pelas mulheres quilombolas? Trabalham em casa? Na casa de farinha, na roça? São remuneradas?
4. Na comunidade existem políticas de assistência à mulher quilombola, na área da educação, da saúde e do trabalho?
5. Quais papéis as mulheres desempenham nas sociedades quilombolas? São matriarcas? Sustentam a casa? São respeitadas? Sofrem violência? E quais os papéis que as mulheres desempenharam nas sociedades africanas?
6. Quais são as mulheres símbolos de resistência que conhecemos na história dos quilombos no Brasil? E na comunidade?

Nas comunidades quilombolas do Ceará, as mulheres quilombolas têm, em sua maioria, assumido a liderança das Associações Comunitárias e quando não ocupam esse lugar são responsáveis por ocupar outros papéis importantes na comunidade como o de parteira, de rezadeira, de mestra da cultura local, de mantenedora, em muitos casos, dos quintais produtivos, assim como existem mulheres que sustentam a casa ou que complementam a renda familiar ou mesmo são responsáveis pela renda principal.



No passado eu via muito a liderança de uma senhora chamada Rosimar lá na comunidade. Ela era tudo. Ela era assistente social, quando morria uma pessoa que tinha que fazer a necrópsia, ela ia, acompanhava, fazia todo procedimento e ela liderava a comunidade e ela também é uma pessoa assim muito corajosa, ainda é viva ainda e foi capaz até de desafiar os coronéis da época. Ela trabalhando numa casa de farinha lá dum coronel, ela viu uma cena de violência. O coronel agrediu uma pessoa da gente lá. Ela se doeu com aquela situação e desafiou o coronel. Aí ela foi expulsa do trabalho. O coronel mandou chamar o meu avô e disse uns desaforos com meu avô, mas meu avô ficou calado. Mas ela não aguentou a ofensa que o coronel fez lá com uma conhecida lá da gente. No passado ela se destacava muito, sabe. Agora não, agora ela tá mais calma, agora já surgiu novas lideranças. A Marleide tá à frente da comunidade. Ela resolve os problemas da comunidade.

Lá no passado teve muitas liderança fortes, e mulheres. A maioria das lideranças lá é mulher, né, na comunidade quilombola. A Ana que não se encontra mais na comunidade, ela se encontra no Rio Grande do Sul liderando uma comunidade quilombola. E atualmente nós temos a Marleide”. **(Ricardo Bento da Silva, Comunidade Quilombola da Base, Pacajus-CE)**

Aqaltune, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Mariana Crioula, Tereza de Benguela, Marielle Franco, Verônica Neuma das Neves Carvalho, Valéria das Neves Carvalho, Maria Verônica Oliveira da Silva, Cleomar Ribeiro da Rocha, Maria dos Prazeres, Zelma Madeira, Zuleide Queiroz e tantas outras mulheres que nos ensinaram e nos ensinam os valores e sentidos do nosso caminhar. Ensinam-nos que “nossos passos vêm de longe”. Mulheres que lutaram e lutam por uma sociedade livre de opressão e do racismo, desafiando e combatendo as estruturas machistas.

*“A questão da mulher quilombola, é a força, a força que já nasceu com ela, porque pra muitos, a mulher quilombola é igual e não é, a mulher já nasce sendo vítima de preconceito e de desigualdade, de violência. A mulher negra hoje em dia, ela sofre mais do que qualquer outra, quando percebemos isso, é quando tamos na fila de um hospital, de um banco e de seja lá o que for a repartição, e é sobre isso que devemos fazer, é levantar a cabeça e mostrar que a mulher quilombola é forte, é guerreira, é batalhadora, não tem medo do preconceito e da violência e sim lutar para que isso acabe, porque não é fácil, hoje em dia, nos quilombos, as mulheres estão se juntando pra saber quais são os seus direitos e buscar, porque antes baixava a cabeça e fazia de conta que não tinha acontecido nada, hoje nois tem mais forças de lutar e de correr atrás, de buscar, e é isso, a mulher de quilombo é a força que tá com ela, é a autoestima que foi elevada e de não ter medo mais de nada...”*

**Joanice Pereira Barros,**  
Lider da Associação da Comunidade de Arapucas



Joanice Pereira Barros, Líder da Associação da Comunidade de Arapucas  
Fonte: Arquivo Consultora, 2019.



Eu acho que se assumir enquanto liderança é assumir também a responsabilidade de carregar, como eu posso dizer?... Eu prefiro estar ainda nesse percurso. Eu ainda não me vejo enquanto liderança. Ainda estou no processo. Tem uma mulher que eu sempre digo que ela é uma das lideranças da comunidade, porque assim, na comunidade, a maior parte das lideranças sempre foram mulheres, de fato. Aí a D. Liduína foi a mulher que começou a ideia de uma cooperativa, mas a cooperativa é composta por 80% de homens, mas foi ela que começou a induzir, a fazer esse movimento todo de cooperativa, mas ela sai do protagonismo e quem acaba assumindo são os homens e aí sempre foi assim. Na nossa comunidade sempre foi assim. Essa questão patriarcal, ela é muito forte na nossa comunidade, ainda hoje. As mulheres, eu vejo assim, elas estão sempre mais organizadas, mas são os homens que estão sempre à frente de alguma coisa. Até mesmo numa situação de fala a gente percebe que os homens estão sempre tomando a frente das mulheres”. **(Marleide Nascimento, Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE)**

Desde as rebeliões de resistência nas colônias, a luta das mulheres quilombolas foi importante para a continuidade das lutas nos dias de hoje. Elas tiveram e têm um papel de extrema importância para a manutenção histórica, cultural e econômica do território, assim como para a sua regularização.

A força inspiradora encontrada nessas mulheres e naquelas que aqui não foram citadas, mas nem por isso são menos importantes, simboliza a histórica resistência de mulheres que, tanto no passado quanto no presente, protagonizaram e protagonizam a luta coletiva pelo acesso à terra, à saúde, à educação, contra as violações de direitos e abusos e principalmente pelo direito de viver em uma sociedade que ceifa suas existências físicas e simbólicas.

Desse modo, o PPP deve estar articulado à luta das mulheres quilombolas, mas não apenas isso. É urgente desenvolver ações que eduquem as crianças e os jovens quilombolas para uma cultura antimachista. Incentivar a participação das meninas em atividades que geralmente os meninos se destacam é um bom caminho para a reflexão do grupo.

É importante desenvolver ações pedagógicas que contextualizam a luta das mulheres negras e quilombolas, assim como trabalhar questões relacionadas à estética negra. Por terem traços marcantes de seus ancestrais, muitas meninas passam por situações constrangedoras e racistas na escola e isso não pode se transformar num aspecto de negação de si. O silenciamento da escola contribui para essa negação. É preciso que as pessoas que fazem parte da ambiência escolar estejam atentas a esses tipos de comportamentos. O combate ao racismo deve ser uma tarefa constante.



A Dona Jovina, ela já é centenária. Cedo ela ficou viúva. Sustentou uma prole numerosa só no rabo da inchada. Nunca sentou no banco de uma escola. E se você for levantar a história da comunidade, todo mundo tem parentesco (com ela). Ela era mezinheira, rezadeira, ela costurava osso. A reza dela era costurando osso. Cês já ouviram falar nisso, né? Cortando íngua, negócio de cortar íngua. Aí ela era mezinheira, doceira. Fazia arte utilitária, né?! E vendia nas feiras e quando não, era pra comprar comida. E era agricultora. Tudo isso. E era também parteira. Aí sabe o que foi que eu fiz? Eu disse, não, nós vamos colocar o nome de uma pessoa da comunidade (Referindo-se ao nome da escola). Não precisa ser o nome de uma pessoa educadora não, mas uma pessoa que fez história e aqui todo mundo, quer queira, quer não, é da família de Dona Jovina. Só na escola nós temos funcionário, criança, a maioria tataraneto, bisneto da Vovó Jovina, entendeu?”. **(Maria Eliane da Silva Santos, Comunidade Quilombola de Porteiras, Caucaia-CE)**

As mulheres quilombolas têm ocupado espaços e papéis fundamentais nas comunidades quilombolas e, em muitos territórios quilombolas, elas têm sido homenageadas com nomes de escolas, salas de leitura, por exemplo. As escolas quilombolas Maria Virgem da Silva, em Carcará, Potengi, Luzia Maria da Conceição, em Três Irmãos, Croatá, assim como a Creche Vovó Jovina, em Porteiras, Caucaia, têm nomes de mulheres importantes para as comunidades onde se localizam. Como sugestão, recomendamos nomear as escolas quilombolas homenageando mulheres e homens das comunidades onde estão localizadas. Essa é uma importante ação a ser fortalecida, tendo em vista o reconhecimento da luta e da resistência dessas lideranças.

As revoluções são reais e as mulheres quilombolas têm criado estratégias coletivas que visam fortalecer suas comunidades, reanimar a cultura e a identidade local. Elas têm se organizado nos seus territórios ou fora deles, nas associações comunitárias, nas universidades, nos grupos culturais, no empreendedorismo e nos grupos de mulheres.



Faço questão de dizer que no quilombo Sítio Veiga, lá quem lidera, quem lidera são as mulheres. Lá são as mulheres. E sempre foi assim. Já teve presidente da associação (masculino), mas sempre, de uns tempos pra cá, depois que passou de 2009 pra cá, que às vezes o presidente é um homem, mas sempre quem liderou é as mulheres. E eu vou já lhe dizer porque que eu acho que as mulheres lideram: é porque as mulheres, elas são mais decidida. Elas, as mulheres... não tô diminuindo os homens, mas as mulheres, quando elas querem uma coisa, elas bate o pé e só sai quando elas ouvir o não ou o sim. É só isso! É só por isso! Os homens participam das reuniões, mas se você for lá, você vê logo a diferença. A maioria lá, em tudo, é de mulheres”. **(Alzenir, Comunidade Quilombola de Sítio Veiga, Quixadá-CE)**

*“Primeiramente, pra mim, ser mulher quilombola significa ter origens, vir de descendentes quilombolas, vir de descendências africanas. Então, pra gente ser mulher quilombola, pra mim, ser mulher quilombola já é um sinônimo de orgulho, é um sinônimo de parceria e luta e tem toda uma conjuntura a qual a gente tem uma associação formada e juntamente com os 11 membros da associação, temos uma grande organização em lutar por nossos direitos e lutar por dias melhores e lutar por tudo que a gente sabe que tem direito nessa nossa luta. Então, ser mulher quilombola é não desistir, é vida, é saúde, é ser guerreira...”*

**Silvana Terezinha da Silva,**  
Comunidade Lagoa dos Crioulos, Salitre.  
Região do Cariri - CE



Silvana Terezinha da Silva, Comunidade Quilombola de Lagoa dos Crioulos, Salitre-CE  
Fonte: Arquivo Consultora, 2019.

É fundamental que a escola fortaleça e empodere as/os jovens quilombolas diante das violências, dos comportamentos sexistas e das situações de machismo na sociedade. Ações pedagógicas como produção de cartazes com frases que permitam refletir sobre esses comportamentos, a realização de debates sobre o feminismo quilombola e sobre a importância das mulheres nas sociedades africanas, promover campanhas de acolhimento às meninas e mulheres que sofreram violência são ações de fortalecimento de grande importância. Sobre o comportamento sexista, Alzenir destaca que:

“

existe a violência e existe outro ser muito agravante, a questão da agressão à mulher. Porque você acha que agredir uma mulher é só dar um soco? Não é. É com palavras. É você impedir dela ir, dela vir. A gente acaba esquecendo... É muito sério isso! Isso é muito sério! Porque lá na minha comunidade, por exemplo, lá no Sítio Veiga, quantas mulheres não podem participar de um momento desse por conta do seu cônjuge, por ele, sabe, ele não deixa. Então isso pra mim é violência contra a mulher. Então eu acredito que isso existe em vários quilombos, em várias comunidades, não é verdade? E sem falar na droga, no alcoolismo. Você vê as crianças. Quem disser: “Na minha comunidade não existe”, eu acho, não sei não... Graças a Deus que não existe, mas eu acho quase impossível quando hoje a maioria das crianças com 13, com 12, com 13 anos estão aí envolvidos nas drogas, nas bebedeiras, nas noitadas aí, né?! Isso é muito sério...” (Alzenir, Comunidade Quilombola de Sítio Veiga, Quixadá-CE)

## 6.14

### QUESTÕES CENTRAIS DOS EIXOS SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA E MULHER QUILOMBOLA PARA A COMUNIDADE EDUCATIVA: ELABORAÇÃO DO PPP

1. Como podemos abordar as questões da Saúde Quilombola no PPP da escola?
2. De que forma o PPP da escola pode abordar as questões sobre Mulher Quilombola?

#### QUADRO 7 - PROPOSIÇÕES DOS GRUPOS SAÚDE DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA E MULHER QUILOMBOLA

Saúde da População Quilombola e Mulher Quilombola	
Áreas Temáticas	Ações Pedagógicas
Práticas de Cura	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ fazer uso de lambedor para as crianças com catarro no peito. O lambedor pode ser feito na própria escola por uma mezinheira da comunidade nas aulas de ciências;</li> <li>☞ inserir banhos de ervas medicinais como os feitos na creche Vovó Jovina, em Caucaia, para ajudar nas práticas de cura.</li> </ul>
Medicina Ancestral na Escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>☞ cultivar plantas e ervas medicinais na horta da escola e/ou da comunidade;</li> <li>☞ realizar oficinas na escola, ensinando e divulgando a farmácia viva da escola e/ou da comunidade;</li> <li>☞ desenvolver aulas práticas, de campo, nos lugares sagrados;</li> <li>☞ trabalhar conteúdos científicos que tratam da saúde da população quilombola sem criar hierarquização entre a medicina tradicional e as práticas de cura ancestral;</li> <li>☞ trabalhar as práticas ancestrais de cura, o lúdico, o trato com as ervas nas aulas de ciências, assim como trabalhar com a medicina tradicional;</li> <li>☞ palestras com agentes de saúde e dentistas na promoção dos cuidados corporais e hábitos saudáveis;</li> <li>☞ realizar atividade de práticas de higiene corporal com crianças e jovens;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ trabalhar conteúdos que valorizem a medicina africana egípcia, a medicina tradicional africana e o poder das plantas e sua relação com os quilombos.</li></ul>
<b>Saúde da Comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ realizar gincanas afro-quilombolas, assim como realizar mutirões para a limpeza da escola, promover a arborização da escola de forma coletiva;</li><li>⌘ promover ações e torneios com práticas esportivas envolvendo a comunidade;</li><li>⌘ realizar palestras sobre violência contra a mulher, prevenção à gravidez na adolescência, combate ao racismo, fortalecimento da autoestima, da identidade, erradicação do trabalho infantil, drogas e alcoolismo.</li></ul>
<b>Empoderamento e saúde mental das mulheres quilombolas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>⌘ criar o “dia das mais velhas” na escola, fortalecendo os vínculos entre escola e comunidade;</li><li>⌘ promover oficinas de lideranças comunitárias para mulheres quilombolas;</li><li>⌘ trabalhar as biografias das mulheres que foram e são importantes para a comunidade como as benzedadeiras, as bordadeiras, as parteiras, as mezinheiras, as boleiras;</li><li>⌘ a escola deve desenvolver, em parceria com as lideranças, projetos sobre a mulher quilombola que fortaleçam a identidade e a autoestima, o empoderamento feminino e o protagonismo juvenil das adolescentes;</li><li>⌘ trabalhar com adaptações das histórias das matriarcas ancestrais na educação das crianças menores;</li><li>⌘ realizar um trabalho sobre histórias, lendas, mitos e narrativas de princesas negras;</li><li>⌘ fazer exposições fotográficas que valorizem a diversidade da beleza das meninas e mulheres negras da comunidade de um modo geral;</li><li>⌘ realizar atividades de valorização da estética negra como o uso de turbantes, do cabelo crespo, das tranças e dos cachos, de estampas e vestimentas diversas, dentre outros.</li></ul>



# 7

## NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA DE QUILOMBO





Roda de conversa na comunidade Serra do Evaristo – Baturité-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

A educação escolar no Brasil é constituída, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), Lei nº 9.394/96, pela Educação Básica cujas etapas são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e a Educação Superior. São modalidades: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Profissional e Tecnológica e Educação a Distância. A Educação Escolar Quilombola deve perpassar os níveis/etapas da educação e atravessar também as outras modalidades, construir interfaces, mas salvaguardar as particularidades quilombolas.

## 7.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A PEDAGOGIA DE QUILOMBO

É fundamental reorganizar, reavaliar e replanejar o currículo e as práticas pedagógicas da Educação Infantil na interface da Educação Escolar Quilombola, considerando os documentos curriculares legais das diferentes esferas como: o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI (1998); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2009), BNCC (2018), e o mais recente Documento Curricular Referencial do Ceará para Educação Infantil e Ensino Fundamental - DCRC (2019); assim como os pareceres e resoluções municipais quilombolas para onde houver sistema municipal de ensino.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como eixos principais as interações e as brincadeiras. Nessa etapa educacional, o direito de aprender e de se desenvolver deve ser assegurado no PPP e no currículo. É fundamental que nessa etapa as crianças experimentem vivências e interações com os Eixos da Pedagogia de Quilombo, preferencialmente de forma lúdica e criativa. Assim como é fundamental que essa educação seja ofertada no território quilombola e que seja garantido o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências afro-quilombolas.

É importante que a linguagem lúdica atravesse os Eixos da Pedagogia de Quilombo, a saber, **a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola**, de forma que as crianças compreendam a si mesmas a partir do seu pertencimento afro-quilombola. Dessa maneira, o trabalho com as interações e brincadeiras afro-quilombolas na Educação Infantil deve se remeter às vivências lúdicas comunitárias alimentadas por valores africanos e afro-brasileiros como os ritos festivos, a musicalidade, as lendas, as cantigas e ritmos em suas diferentes manifestações. As crianças dessa etapa escolar têm o direito de aprender em suas diferentes linguagens os ricos conteúdos históricos e expressões ressignificadas pela população quilombola.

No cotidiano da comunidade quilombola a infância traz consigo diversas experiências que contribuem para o desenvolvimento das

aprendizagens na interação das crianças na escola. As brincadeiras e as práticas lúdicas afro-quilombolas têm a possibilidade de criar condições desafiadoras de aprender sobre si, sobre os outros e sobre os aspectos históricos, naturais e sociais da comunidade.

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabeleceu cinco campos de experiências organizados em três grupos de faixas etárias a partir dos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: a) bebês, de zero a um ano e seis meses (0 - 1 a 6m); b) crianças bem pequenas, de um ano e sete meses a três anos e onze meses (1a 7m - 3a 11m); e c) crianças pequenas, de quatro anos a cinco anos e onze meses (4a - 5a 11m). Para tanto, é importante observar que cada campo de experiência é definido por objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos, sendo necessário relacioná-los com os Eixos da Pedagogia de Quilombo. As atividades sugeridas para cada campo de experiência devem, gradualmente, ganhar complexidade de conhecimentos à medida que as crianças avançam nos grupos etários.

### **7.1.1 OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E A PEDAGOGIA DE QUILOMBO**

Os campos de experiência definem os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Convém trabalhar nas escolas quilombolas de forma contextualizada, a partir das experiências e das vivências das crianças com os conhecimentos ancestrais que cada comunidade traz consigo. Para que isso ocorra, os objetivos já definidos em cada campo de experiência não serão alterados, mas sim ressignificados.

Nesse sentido, os campos de experiência trabalham com as situações concretas da vida cotidiana das crianças, ou seja, as vivências em comunidade e os saberes construídos por elas, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio epistemológico construído pela humanidade que incluem a diversidade de culturas, principalmente a cultura negra e quilombola.

### **7.1.2 O EU, O OUTRO E O NÓS QUILOMBOLAS**

Na interação com a comunidade, com os espaços educativos, com os lugares de memória, com os adultos, com as griottes e os griots, é que as crianças criam um repertório próprio para pensar, agir e sentir. À medida que entram em contato com outros espaços descobrem outros jeitos de vida, de pessoas diferentes com outros olhares, constroem suas primeiras narrativas e percepções sobre o mundo.

É fundamental que na Educação Infantil das escolas quilombolas sejam criadas possibilidades para que as crianças conheçam a história de sua comunidade, as pessoas que são importantes para ela, seus modos de

vida, suas formas de trabalho, também as festividades, os costumes, as narrativas, as cantigas, os causos, tanto os de sua comunidade quanto os de outros grupos sociais. Desse modo, conseguindo perceber o outro, a criança poderá reconhecer a si mesma e ampliar os seus repertórios, além de valorizar sua própria identidade.

Outra questão importante é estimular a autonomia das crianças e propor atividades que elas se sintam desafiadas a fazer. Atividades que as façam pensar, agir, brincar, pular, imaginar, valorizando a si mesmas e aos outros nas suas diferenças. Sugerimos como atividades:

- ☞ trabalhar com imagens de pessoas da comunidade, suas histórias e narrativas, como as lideranças, as mulheres, as famílias fundadoras, as *griottes* e os *griots*, assim como de pessoas de diferentes culturas;
- ☞ trabalhar os valores da comunidade como: o respeito aos mais velhos, a solidariedade, a coletividade, a partilha, a circularidade etc;
- ☞ desenvolver nas crianças atitudes como empatia, cooperação e participação utilizando, por exemplo, os momentos de divisão e partilha de brinquedos e objetos escolares;
- ☞ trabalhar as diferenças e as características das pessoas, valorizando e respeitando o jeito de ser de cada um, mostrando-as nas diversas culturas, principalmente na cultura negra e quilombola;
- ☞ reconhecer as características do próprio corpo entendendo que a diferença é algo positivo e que deve ser valorizada;
- ☞ pesquisar com as crianças os jeitos de brincar da comunidade e realizar atividades por meio da oralidade (escuta e fala) e do registro (leitura e escrita) espontâneo;
- ☞ pesquisar e construir brinquedos antigos da comunidade com as crianças e montar mostras brincantes para a comunidade;
- ☞ brincar com as crianças as brincadeiras afro-brasileiras e africanas, contextualizando as características dos locais, países de origem, a cultura. Mostrar imagens de crianças africanas enfatizando, em relação a si mesmas, as diferenças e/ou semelhanças no seu jeito de brincar.

### 7.1.3 CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS ANCESTRAIS

O corpo é o primeiro lugar de referência para a criança. Desde o nascimento, os gestos, os risos e os movimentos vão sendo socialmente construídos a partir das experiências que elas estabelecem com o mundo à sua volta. O corpo, à medida que entra em contato com as vivências coletivas, torna-se agente significativo para a nossa construção enquanto sujeito social, assim como para a nossa identidade individual.

Os corpos acabam sendo socialmente construídos a partir de padrões que não permitem à população negra encontrar o reconhecimento de suas estéticas existenciais. Na Educação Infantil das escolas quilombolas é fundamental uma educação pela linguagem corporal que seja fundamentada em um conjunto de atitudes e práticas corporais da população negra, quilombola e africana, de modo que sua identidade de criança seja valorizada e atribua sentido à vida em comunidade.

As escolas precisam considerar as experiências que as crianças quilombolas trazem consigo, seus saberes corporais próprios, a forma como expressam autonomia. É a partir disso, da valorização da identidade quilombola, que a escola deve oferecer possibilidades educacionais para que as crianças quilombolas possam se desenvolver e apropriar-se de conhecimentos partindo de suas próprias referências corporais, assim como dos mais velhos e também de seus ancestrais.

Com o corpo as crianças brincam, expressam sentimentos, exploram o espaço ao seu redor, experimentam sabores, dançam, gesticulam, produzem conhecimento sobre si, o outro e o mundo e, à medida que entram em contato com práticas pedagógicas significativas, essas corporeidades tornam-se sociais e históricas e formam a identidade da criança.

Na Educação Infantil, a Educação Escolar Quilombola deve possibilitar à criança experiências e vivências que dialoguem com o jeito de ser e de existir das comunidades. Sugerimos atividades como:

- ☞ estimular corpos infantis dançantes a partir das práticas corporais da comunidade presentes, por exemplo, na dança do toré da comunidade de Carcará, na dança de São Gonçalo das comunidades da Serra do Evaristo e Sítio Veiga, nos reisados presentes em diversas comunidades, na capoeira das comunidades de Alto Alegre e Base, entre outras expressões de diversas comunidades;
- ☞ explorar expressões corporais através dos recontos das histórias infantis, principalmente as histórias com enredos e imagens que mostram e contemplam a diversidade cultural, assim como a população quilombola e negra. Isso pode ser feito por meio da oralidade (escuta e fala) e do registro (leitura e escrita) espontâneo;

- ☞ criar e cantar com as crianças as cantigas que contextualizam as expressões culturais da comunidade, assim como faz a professora Eliana da Creche Vovó Jovina da comunidade de Porteiras;
- ☞ massagens nos bebês e nas crianças bem pequenas com os óleos naturais produzidos pelas mulheres da comunidade, como o óleo de coco produzido por D. Verônica na comunidade de Porteiras;
- ☞ propor atividades de mímicas para as crianças descobrirem quem são os mais velhos da comunidade, as pessoas da sua convivência escolar, as atividades que cada um exerce na escola;
- ☞ propor, por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, a possibilidade das crianças acessarem personalidades negras brasileiras e internacionais e suas estéticas;
- ☞ trabalhar as especificidades do corpo, do cabelo e da estética negra por meio de imagens como elementos da cultura negra;
- ☞ promover atividades de cuidados com o corpo como higiene corporal, alimentação saudável, principalmente a partir do que a comunidade produz;
- ☞ promover atividades de cuidado com a mente, incentivando a disseminação de valores afro-quilombolas e o respeito a si e aos outros;
- ☞ ao brincar com as crianças as brincadeiras afro-brasileiras e africanas, explorar formas de deslocamento no espaço como correr, saltar, pular, orientando-as através de noções como frente, atrás, alto, baixo, dentro, fora etc, combinando movimentos e seguindo orientações.

#### **7.1.4 TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS**

Na Educação Escolar Quilombola, esse campo de experiência da Educação Infantil deve possibilitar às crianças experiências com as manifestações culturais, artísticas e científicas da sua própria comunidade, de outras comunidades quilombolas, assim como outras manifestações universais.

A diversificação das formas de expressão e de linguagem é muito importante para o desenvolvimento da criança. Expressões como as artes visuais, a pintura, a fotografia, a colagem, a modelagem, dentre outros; a relação com a música, a musicalidade, os desenhos, os gestos, as danças sempre devem observar o protagonismo quilombola e negro.

Dessa forma, em contato com várias linguagens, as crianças vão construindo suas próprias produções e narrativas de forma individual e coletiva reafirmando suas identidades e, assim, desenvolvendo sensibilidade, criatividade, senso estético e crítico, potencializando seu jeito de ser e ampliando seus repertórios artísticos. Dentre outras, as práticas pedagógicas quilombolas devem ser:

- ⌘ pesquisar com as crianças os instrumentos musicais da comunidade e das manifestações musicais africanas e afro-brasileiras;
- ⌘ produzir com as crianças instrumentos musicais junto com as pessoas dos grupos artísticos da comunidade;
- ⌘ explorar os sons produzidos pelo corpo, por instrumentos musicais e por objetos ancestrais, como cabaças, berimbau e outros objetos simbólicos utilizados pela comunidade;
- ⌘ trabalhar com as brincadeiras cantadas da comunidade;
- ⌘ trabalhar as cores e reconhecer os símbolos, objetos usados pela comunidade;
- ⌘ convidar as *griottes* e os *griots* da comunidade para ensinar às crianças os artesanatos produzidos pela comunidade e, assim, explorar os materiais utilizando formas, cores, tamanhos, permitindo que as crianças se expressem livremente em suas próprias produções;
- ⌘ utilizar materiais naturais da comunidade como sementes ou outros objetos encontrados na natureza, explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos bidimensionais e tridimensionais;
- ⌘ explorar a musicalidade afro-brasileira reconhecendo a intensidade, a duração, a altura e o timbre;
- ⌘ explorar a arte africana, afro-brasileira e afro-quilombola, os símbolos e as cores possibilitando releituras e criações próprias.

## 7.1.5 ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Ao nascer, as crianças começam a estabelecer as primeiras formas de interação por meio do choro, dos balbucios, do riso, dos movimentos corporais e de outros recursos de comunicação que elas encontram. À medida que se apropriam das ferramentas linguísticas a partir do contato com o outro, com as vivências comunitárias, enriquecem seu vocabulário aprimorando seus conhecimentos de mundo.

Na Educação Infantil da Educação Escolar Quilombola a oralidade é um recurso riquíssimo. Há diversas possibilidades de promover experiências e vivências em que as crianças possam falar e ouvir. Por ser um Eixo da Pedagogia de Quilombo que está carregado de sentidos ancestrais é que a escola deve valorizá-lo.

Os conhecimentos das comunidades quilombolas têm, na tradição oral, o meio pelo qual ressignificam sua existência no território. Lembramos que uma tradição oral é um conjunto de elementos de significados concretos e simbólicos como fatos, ofícios, rituais, formas de trabalho, religiosidade dentre outros. As crianças, a partir disso, têm suas falas e expressões marcadas por esse jeito de ser, mas também apresentam curiosidades sobre a cultura escrita quando entram em contato com os diversos símbolos linguísticos que as cercam. Com base na tradição oral das comunidades há a possibilidade de um trabalho de alfabetização a partir do afro-letramento quilombola.

A escola deve considerar os signos linguísticos e simbólicos afro-quilombolas que cercam a criança, os quais têm a possibilidade de se transformar em representações significativas no que tange ao significado e ao significante na aprendizagem das crianças quilombolas. A imersão delas na cultura escrita deve partir do que elas conhecem e aprendem a partir dos contextos lúdicos e das descobertas que fazem do mundo à sua volta. Com isso, vão elaborando hipóteses sobre a escrita, mesmo que por meio de escritas espontâneas e não convencionais apresentem inicialmente rabiscos e garatujas, mas que indicam uma compreensão da escrita como sistema que representa a língua. No decorrer do trabalho pedagógico, a criança vai se apropriando cada vez mais da escrita convencional e a consolidando melhor nas etapas seguintes da sua vida escolar.

Atividades sugeridas:

- ☞ explorar a oralidade das crianças a partir de contos, causos e histórias ancestrais da comunidade;
- ☞ trabalhar com os diversos gêneros literários promovendo a diferenciação entre ilustrações e textos escritos, dentre eles a biografia, convidando as griottes e os griots para contarem suas narrativas e, assim, possibilitar a construção de biografias com registros escritos e ilustrações produzidos pelas crianças;
- ☞ explorar o nome das crianças e das pessoas do seu convívio, assim como o nome da comunidade;
- ☞ trabalhar com as crianças da Educação Infantil as produções da própria escola, em especial com aquelas que evidenciam a identidade da comunidade, dos professores e dos quilombolas. São produções que podem ser feitas, inclusive, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, como os cordéis e os poemas que foram produzidos pelos estudantes da Escola de Ensino Fundamental João Rodrigues da Fonseca, da comunidade Lagoa

- ⌘ dos Crioulos, e da Escola de Educação Infantil e Fundamental Osório Julião, da comunidade da Serra do Evaristo;
- ⌘ propor atividades em que as crianças possam fazer representações de si, do seu território, da sua comunidade, sobre o que pensam sobre o quilombo e sobre ser quilombola, por meio de registros orais e escritos, como desenhos, recontos, entre outros;
- ⌘ desenvolver na criança o gosto pela leitura, contando histórias com personagens negros, que versam sobre o protagonismo de mulheres negras e quilombolas que se aproximam da realidade delas, permitindo o manuseio dos livros, assim como a manipulação correta, incentivando o cuidado e a higiene com o material didático. Explorar a imaginação propondo que as crianças inventem outros finais para as histórias, sempre questionando: se o enredo e o cenário fossem na comunidade, como seriam? Quem seriam os personagens?
- ⌘ propor atividade oral para elaboração coletiva de uma história a partir de objetos simbólicos da comunidade. É importante que o/a professor/a se prepare antes conversando com as famílias para enviar objetos que fazem parte da história delas;
- ⌘ explorar as palavras afro-quilombolas e afro-brasileiras por meio da oralidade (escuta e fala) e do registro (leitura e escrita) espontâneo, na perspectiva do afro-letramento quilombola como o alfabeto afro-quilombola da Escola Osório Julião da Serra do Evaristo.

## 7.1.6 ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

As crianças quilombolas vivem inseridas em espaços históricos que remontam à memória do patrimônio material e imaterial da sua comunidade. Encontram-se em tempos de diferentes dimensões no contato com as griottes e os griots, os adultos, os mais jovens, os objetos ancestrais e tecnológicos de dentro e fora da comunidade, bem como os fenômenos naturais e sócio-históricos que constituem as relações da vida humana.

Desde muito cedo elas procuram se situar no espaço. As crianças quilombolas exploram o espaço da comunidade quando visitam os avós, acompanham os adultos no rio para lavar roupas, quando pegam água, também nos divertimentos comunitários, nos quintais produtivos, correndo nos terreiros das casas, pulando atrás das galinhas, nos espaços de cultivo das plantas medicinais etc. Elas procuram compreender o tempo como dia, noite, hoje, amanhã observando os fenômenos e as transformações da natureza.

Há diversas oportunidades de aprendizagem que as crianças podem entrar em contato a partir de vivências comunitárias que despertem a sua curiosidade. Para além dessas experiências, elas podem deparar-se com os conhecimentos matemáticos da vida cotidiana do quilombo, visto que na Educação Infantil o trabalho, a partir de noções matemáticas, é aprendido pelas crianças tendo como referência o seu próprio corpo.

O trabalho pedagógico nesse campo de experiência precisa ser significativo para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Nos seus planejamentos, os professores quilombolas precisam se perguntar se de fato as crianças estão sendo expostas a vivências e a experiências de situações matemáticas que possibilitam elaborar procedimentos de resolução de problemas por meio de processos mentais como os sugeridos por Lorenzato (2011), a saber, a correspondência, a comparação, a classificação, a conservação, a sequenciação, a ordenação e a inclusão. Na Educação Escolar Quilombola esses procedimentos devem ser contextualizados a partir dos símbolos afro-quilombolas.

Sugerimos a seguir algumas atividades:

- ☞ contextualizar as unidades de medida ancestrais usadas ou ainda em uso pela comunidade como polegada, palmo, pé, braça, passo etc; explorando os processos históricos, realizando atividades de comparação entre as crianças e os adultos, visto que a utilização dos corpos possibilita resultados diferentes;
- ☞ explorar e brincar com os símbolos Adinkra identificando figuras planas básicas como: círculo, triângulo, quadrado e retângulo, além de conhecer os significados e a origem dos símbolos;
- ☞ explorar com a criança os locais de memória da comunidade para que, com o corpo, ela possa vivenciar situações ligadas à questão espacial como localização e representação da pessoa ou de objetos no espaço;
- ☞ explorar objetos da comunidade utilizando contagem por meio da oralidade (escuta e fala) e do registro (leitura e escrita) espontâneo;
- ☞ explorar objetos da comunidade identificando formas, tipos de contornos, lados retos, bidimensionalidade e tridimensionalidade;
- ☞ identificar e coletar dados simples no registro de quantidades de objetos da comunidade, casas em volta da escola, instrumentos musicais ancestrais, brincadeiras, sementes etc, como elementos para construir gráficos e tabela (os gráficos e os pictogramas são os mais apropriados para a Educação Infantil);
- ☞ trabalhar com as crianças os trajetos realizados pela comunidade entre a escola e sua casa identificando os pontos de referência do quilombo;

- 88 explorar as noções de tempo por meio dos hábitos e costumes da comunidade, o que se faz durante o dia, à noite, dos acontecimentos do hoje e as possibilidades do amanhã;
- 88 trabalhar as transformações dos fenômenos naturais observando as mudanças da comunidade, o que a comunidade faz durante o ano (planta, colhe), quais períodos as cisternas enchem ou secam, porque se armazena água, sementes etc;
- 88 trabalhar o calendário a partir de datas importantes para a comunidade, assim como as da população negra, por meio da oralidade (escuta e fala) e do registro (leitura e escrita) espontâneo.

## 7.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Com nove anos de duração, o Ensino Fundamental atende estudantes entre 6 e 14 anos organizados em duas etapas: Anos Iniciais e Anos Finais. A BNCC orienta que nos Anos Iniciais é importante valorizar as situações lúdicas de aprendizagem e a necessidade de articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil e, progressivamente, organizar a sistematização do conhecimento, ampliando-o.

Nos Anos Finais, os estudantes se encontram com desafios de maior complexidade na organização dos saberes relacionados às áreas do conhecimento, por isso nos vários componentes curriculares é importante retomar e ressignificar as aprendizagens.

Dessa forma, na Educação Escolar Quilombola o Ensino Fundamental deverá considerar em sua proposta pedagógica, práticas educativas, formas de avaliação e currículo, o estudo, a valorização dos conhecimentos produzidos pela própria comunidade, a história da população quilombola e negra no Brasil, os povos africanos no Brasil e na diáspora, tudo isso de forma interdisciplinar e/ou através de uma área própria de aprofundamento.

Para tanto, é importante assegurar às crianças e aos jovens dessa etapa, ações, práticas e possibilidades de desenvolvimento da sua formação humana, valorizando suas estéticas e as dos outros, as práticas de cuidado com o meio ambiente, a preservação da biodiversidade presente na comunidade quilombola, respeitando os lugares de memória ancestral e as griottes e os griots. Nessa etapa de escolarização as escolas quilombolas têm que desenvolver projetos e ações que valorizem a identidade quilombola, articulando-os entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais, as práticas e vivências socioculturais e históricas da própria comunidade em um processo coletivo de diálogo e de construção de conhecimentos.

## 7.2.1 ÁREAS DO CONHECIMENTO E COMPONENTES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

No trabalho pedagógico e no currículo das escolas quilombolas é fundamental que o PPP defina objetivamente o que cada área do conhecimento deve tratar, seguindo, obviamente, as orientações curriculares nacionais e estaduais, assim como descritores e habilidades que a criança e o jovem quilombola precisam apropriar-se. Portanto, vale a reflexão e o questionamento sobre o assunto: Como todas as orientações atravessam a Educação Escolar Quilombola? Quais conteúdos nas áreas do conhecimento são importantes para a comunidade? Como esses conteúdos dialogam com as avaliações das escolas quilombolas?

No DCRC (2019), o Ensino Fundamental se organiza em áreas do conhecimento e componentes curriculares constituídos pela área de Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), área da Matemática (Matemática), área das Ciências da Natureza (Ciências), área de Ciências Humanas (Geografia e História) e a área do Ensino Religioso. Desse modo, se faz necessário pensar cada uma na sua interface com a Educação Escolar Quilombola.

## 7.2.2 ÁREA DE LINGUAGENS

Área do Conhecimento constituída por quatro grandes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física. É fundamental que os conteúdos propostos sejam fundamentados nos Eixos da Pedagogia de Quilombo e, assim, as crianças e os jovens quilombolas podem ser capazes de aplicar as tecnologias da informação e da comunicação na ambiência escolar, no trabalho e nas diversas situações de suas vidas.

No trabalho pedagógico dessa área é fundamental considerar as diferentes linguagens como, por exemplo, a verbal (que deve partir da perspectiva da oralidade ancestral), assim como a visual-motora (que inclui a Libras, o Braile e a escrita) tendo em conta o afro-letramento e a afro-alfabetização das crianças e jovens quilombolas por meio dos Eixos da Pedagogia de Quilombo.

### 7.2.2.1 LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando o contexto histórico e cultural, estudar os aspectos das variações linguísticas da Língua Portuguesa, principalmente as de origem africana e sua influência na nossa forma de falar. Dar importância à oralidade e à escrita que valorizem o afro-letramento, o regionalismo linguístico quilombola da comunidade e de outras, as expressões da comunidade, as práticas pedagógicas que enfatizam a escrita, a compreensão e interpretação, assim como as histórias orais das *griottes* e dos *griots*. Trabalhar com a

literatura africana, afro-brasileira e afro-americana, dentre outras. Para sugestões de títulos, sites e outros materiais ver ANEXO 10.

Estudar as influências das línguas de origem africana no português brasileiro, línguas de origem Bantu, Iorubá, dentre outras matrizes ainda vivas nas comunidades-terreiro, como representação da resistência dos povos africanos da diáspora.

### 7.2.2.2 LÍNGUA INGLESA

Ressaltar aspectos culturais e históricos dos países africanos que falam a Língua Inglesa, assim como o estudo das expressões. Refletir sobre a colonização a partir da língua. Propor ações pedagógicas que trabalhem as traduções de músicas de cantoras/es negras/os africanos e afro-americanos e suas respectivas histórias de vida. Acompanhar notícias sobre racismo e sobre a cultura africana em inglês. Conhecer variações linguísticas próprias das comunidades afro-americanas e de outros países da diáspora como o African-American English (AAE), o Inglês Afro-Americano. Conhecer personalidades negras de países africanos que falam inglês e explorar frases e textos de sua autoria.

### 7.2.2.3 ARTE

Neste componente é fundamental selecionar conteúdos que valorizem a arte africana e sua origem nos diferentes períodos históricos, nas diferentes etnias e culturas e, assim, sua expansão pelo mundo manifestada e ressignificada nas expressões artísticas afro-latinas. Como exemplo, temos a cultura afro-brasileira nas danças, na música, nos ritmos e nas suas representações nas diferentes linguagens como no teatro, no artesanato, na pintura, na estética negra, nas vestimentas, nos trançados e seus significados, nos artefatos históricos, nas máscaras africanas, nas cores e em toda a simbologia artística dessa área produzida pelas comunidades quilombolas.

### 7.2.2.4 EDUCAÇÃO FÍSICA

Desenvolver abordagens pedagógicas que enfatizem o corpo e o movimento ancestral, considerando as condições históricas das comunidades quilombolas, suas práticas corporais ancestrais e diárias. Assim como as danças, as músicas, os rituais religiosos e outras práticas corporais em que a comunidade se autoafirma, desenvolvendo, desse modo, a possibilidade de uma educação diferenciada para a comunidade. Além das práticas corporais, é fundamental o estudo sobre Capoeira (regional e Angola), os movimentos do samba, os reisados, as danças de roda da própria comunidade e de outras. Abordar sobre o racismo no esporte promovendo ações antirracistas, assim como conhecer as personalidades negras do esporte.

### 7.2.3 ÁREA DE MATEMÁTICA

Essa área do conhecimento tem feito parte da história humana ao longo dos milênios e, desde então, participado dos avanços científicos e tecnológicos do mundo. Para o ensino de Matemática no Ensino Fundamental é indicado pelo DCRC (2019), em consonância com a BNCC, a exploração de cinco unidades temáticas: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística. Na Educação Escolar Quilombola é fundamental planejar práticas pedagógicas que aliem as unidades temáticas à Pedagogia de Quilombo, considerando o afro-letramento matemático.

#### 7.2.3.1 MATEMÁTICA

A etnomatemática deve ser o ponto de partida para trabalhar os sistemas de medida ancestrais das griottes e dos griots através de situações problema que envolvem o território, assim como as situações dos lugares de trabalho. Ações pedagógicas que coloquem as crianças e jovens quilombolas em situações matemáticas com os números que envolvem atividades cotidianas do quilombo, como a atividade agrícola, os trabalhos manuais e as construções da comunidade. Produção de gráficos e tabelas com informações da comunidade, assim como o cálculo, tendo como referência os elementos locais. Estudo da história da matemática africana e sua influência nas invenções ocidentais. Trabalhar com personalidades negras, as mulheres na matemática e suas contribuições.

### 7.2.4 ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Nesta área do conhecimento é importante o afro-letramento científico não apenas para aprender Ciências, mas fomentar na criança e no/a jovem quilombola a capacidade de, olhando para o que a comunidade produz nas suas práticas ancestrais, pensá-las cientificamente, ou seja, perceber essas práticas como construções importantes para o grupo, que de uma forma ou de outra, se encontram ligadas à história do povo africano na diáspora. Como isso, o tema pode ser aprofundado principalmente a partir da sustentabilidade local.

É fundamental respeitar os processos cognitivos dessa etapa, considerando a capacidade de resolver problemas cotidianos da própria comunidade por meio de ferramentas dialógicas e tecnológicas de forma consciente e sustentável, percebendo seu papel na comunidade como sujeito e parte de um grupo, contribuindo com a produção e o desenvolvimento da comunidade.

### 7.2.4.1 CIÊNCIAS

O estudo deste componente curricular deve se orientar pela compreensão de que a criança e o/a jovem quilombola têm de partir das Ciências da Natureza nos seus diferentes contextos, a partir do que a comunidade produz sobre Ciência na sua própria Pedagogia de Quilombo, como possibilidade de entender a comunidade como um território ancestral, sua preservação e conservação de forma material e imaterial, por meio de aportes científicos no princípio da afro-ciência quilombola.

Ações pedagógicas que considerem os conhecimentos tradicionais afro-quilombolas, respeitando as dimensões do “científico e tradicional” sem subalternizar nenhum dos dois. As ervas e plantas medicinais, seus princípios ativos e como foram transformados em medicamentos no contexto contemporâneo. Aprender sobre as práticas de cura, as rezadeiras, as benzedadeiras, os óleos medicinais produzidos pela comunidade e seus benefícios, os cuidados com o corpo, a saúde mental e sua relação com o racismo, o uso de drogas e de bebidas alcoólicas, os processos da fabricação de produtos da comunidade como farinha, leite, frutas, a extração de sementes, os experimentos nos processos de amadurecimento das frutas locais etc.

Iniciativas educativas que valorizem a Pedagogia de Quilombo na transmissão dos conhecimentos, os espaços educativos como a horta e as trilhas étnico-quilombolas, ou seja, os lugares de memória do território, são excelentes espaços para as aulas práticas de Ciências. São importantes e merecem compor o conjunto didático curricular da Escola Quilombola.

Estudos sobre os conceitos básicos de raça, entendendo-os como questão social, embora a ciência eurocêntrica tenha tentado compreendê-los a partir de conceituações biológicas e, assim, justificado equivocadamente a “inferioridade” da população africana. Reconhecer, a partir dos estudos já produzidos, o continente africano e seus descendentes como povos que contribuíram de forma efetiva para o desenvolvimento científico mundial, pesquisando intervenções e produções dessa população, sobretudo, das mulheres negras na Ciência.

### 7.2.5 ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

A área das Ciências Humanas é composta por Geografia e História, dois componentes importantíssimos para a Educação Escolar Quilombola, uma vez que resguardam a possibilidade de um estudo que vai além da mera capacidade de decorar datas. Os estudos históricos, a partir da Pedagogia de Quilombo, levam as crianças e os/as jovens quilombolas a perceberem a dimensão do tempo, não apenas o histórico linear, mas o da comunidade que, por meio da oralidade, se encontra num mesmo dinamismo. Compreender as construções históricas do seu grupo e de outros, considerando os

acontecimentos, as ações da população quilombola no território e suas consequências.

De maneira semelhante, os estudos geográficos são importantes, uma vez que a territorialidade é um dos vetores que mais se destacam nas comunidades, dado o significado vital da terra para a manutenção da existência quilombola. Assim, estudos que focam na Geografia quilombola, na organização do espaço, na luta pelo território e sua relação com a identidade devem ser fundamentais para o currículo da Educação Escolar Quilombola.

### 7.2.5.1 GEOGRAFIA

A Geografia quilombola é um importante aspecto para a Educação Escolar Quilombola. Práticas pedagógicas que considerem as transformações sofridas pelo espaço considerando as questões identitárias, políticas e histórico-sociais quanto às relações de poder, devem ser desenvolvidas. Estudos sobre os conceitos básicos de pertencimento ao território quilombola, Geografia quilombola cearense, a formação territorial quilombola no Brasil, nas Américas e em África, a localização dos quilombos no Ceará, no Nordeste, no Brasil e no mundo, cartografia da própria comunidade e de outras, incluindo o quilombo de Palmares e os quilombos das Américas. Estudo dos mapeamentos já realizados pelo movimento quilombola e negro. Estudo sobre o racismo ambiental, dentre outros temas pertinentes à área.

### 7.2.5.2 HISTÓRIA

Estudo da História do quilombo cearense, do Brasil, de África e das Américas. Análise crítica dos documentos históricos, uma vez que se faz necessário considerar de quem são as narrativas sobre a história da população negra e quilombola. Por isso, é importante o estudo sobre a ideologia do branqueamento e a formação da identidade nacional.

É importante corrigir os equívocos históricos sobre o processo abolicionista no Brasil, atribuindo à população negra e quilombola o protagonismo da luta e, com isso, realizar pesquisas que evidenciem os atos revolucionários daquele período que confirmam esse fato como: a formação do Quilombo de Palmares (Alagoas), a formação do Quilombo de Quariterê (Mato Grosso), a Revolta do Engenho de Santana (Bahia), a Revolta dos Búzios - Conjuração Baiana (Bahia), a Revolução Pernambucana (Pernambuco), a Revolta das Carrancas (Minas Gerais), a Revolta dos Malês (Bahia), a Balaiada (Maranhão), a Revolta de Manoel Congo (Rio de Janeiro), a Revolta de Queimados (Espírito Santos), a Greve Negra (Bahia), o levante do Jangadeiros e o Dragão do Mar (Ceará) e a Revolta de Cantagalo (São Paulo), entre outras.

História do Movimento Negro, quilombola e o pan-africanismo. Os processos coloniais do Ceará, a história de África enfatizando os seus

seus reinos, as línguas, a religiosidade, as etnias e a população negra na América Latina e a cultura afro-brasileira.

## 7.2.6 ÁREA DO ENSINO RELIGIOSO

O Ensino Religioso faz parte da carga horária curricular das escolas, assim informa o artigo 33 da LDB. Desse modo, deve ser considerado o respeito à diversidade cultural religiosa do território brasileiro. No que diz respeito ao ensino, deve ocorrer como investigação, pesquisa científica de cunho histórico-cultural dos fenômenos religiosos no Brasil e no mundo.

### 7.2.6.1 ENSINO RELIGIOSO

O Ensino Religioso na Educação Escolar Quilombola deve estar voltado para o estudo e problematização, de forma sistemática e sem julgamentos, a título de conhecimento, das práticas religiosas da comunidade, com respeito ao culto individual e coletivo. Deve ser desenvolvido o estudo das religiosidades africanas em relação com as práticas comunitárias e com os cuidados com o meio ambiente.

O estudo das religiões de matriz africana e afro-brasileira no Brasil deve subsidiar reflexões em grupo, seminários e outros meios, sobre os discursos e as práticas de intolerância, violência, discriminação religiosa e racismo religioso. Ações pedagógicas que promovam a cultura de paz, o cuidado com o outro e consigo próprio, com as griottes e os griots, respeitando os princípios da ancestralidade, o cuidado com a comunidade, suas práticas religiosas e o meio ambiente.

## 7.3 ENSINO MÉDIO

A oferta do ensino médio na rede estadual de ensino do Ceará está distribuída entre as escolas regulares, indígenas, quilombola, do campo, escola família agrícola, de tempo integral e de educação profissional.

O Ensino Médio da Educação Escolar Quilombola, assim como as etapas anteriores, Educação Infantil e Ensino Fundamental, deve considerar os repertórios afro-quilombolas dos/as jovens dessa etapa e garantir sua participação em atividades dentro e fora da escola, explorando conhecimentos da dimensão do trabalho, da ciência e da tecnologia, assim como da sociedade mais ampla, garantindo o protagonismo quilombola. Quanto à escolha do tipo de Ensino Médio para as escolas localizadas em quilombo, as DCNEEQ (2012) ressaltam que:

as comunidades quilombolas rurais e urbanas, por meio de seus projetos de educação escolar, têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio adequado ao seu modo de vida e organização social. Por isso, as propostas de Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deverão considerar as especificidades de ser jovem quilombola, seus desafios, dilemas e complexidades sendo ofertadas, preferencialmente, em territórios quilombolas (BRASIL, 2012, p. 431).

Desse modo, a/o jovem quilombola deve ter os seus direitos garantidos, além de ter a possibilidade de acesso à ciência, às formas culturais e artísticas e ao mundo do trabalho. Sabendo previamente que o público das escolas quilombolas tem perspectivas diferenciadas dadas as condições históricas e, em muitas situações, com poucas condições de cursarem ou continuarem o Ensino Médio. O acesso à escolarização cada vez mais avançada a essa população precisa ser garantido, bem como o acesso ao mercado de trabalho precisa ser valorizado.

É importante questionar: Como a escola lida com essa juventude em formação e quais as suas perspectivas de futuro? De que forma a escola de Ensino Médio pode atender aos jovens quilombolas em seu projeto de vida? Como a proposta do novo Ensino Médio pode considerar no seu currículo os repertórios afro-quilombolas? Quais itinerários formativos dialogam com o protagonismo do jovem quilombola? De que forma os itinerários formativos podem contribuir com o fortalecimento da identidade sócio-histórica da comunidade? Como a comunidade educativa pode contribuir com a escola nesse sentido?

Para que os questionamentos se materializem como respostas e, por conseguinte, como propostas, faz-se necessária a metodologia da pedagogia da escuta, pois ouvir a comunidade é fundamental. A escola deve mostrar as perspectivas, analisá-las do ponto de vista crítico, uma vez que a escola deve trabalhar para desenvolver o senso crítico do seu público, os caminhos pedagógicos e os projetos de vida dos/as jovens quilombolas de forma que isso possa impactar também no desenvolvimento da comunidade.

Quais os projetos de vida da juventude quilombola? A escola quilombola tem promovido esse debate? Para que de fato o protagonismo juvenil quilombola seja atribuído a ele próprio, é fundamental criar mecanismos para que isso aconteça.

Quanto ao Novo Ensino Médio e a proposta nacional de reforma dessa etapa da educação básica a ser implementada nas redes de ensino e escolas de todo o país, o estado do Ceará tem promovido o debate para a reformulação dos currículos em consonância com a BNCC.

Para isso, a escola deve elaborar seu Plano de Flexibilização Curricular (PFC) de acordo com a realidade local, na interface da Educação Escolar Quilombola, dialogando, sobretudo, com a comunidade educativa e com os Eixos da Pedagogia de Quilombo.

O Novo Ensino Médio traçou uma mudança na carga horária para que o currículo pudesse comportar a formação geral básica prevista na BNCC que é constituída por quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De forma indissociável os Itinerários Formativos podem ser pensados por área, integrados e voltados à formação técnica profissional.

Está garantida a autonomia da escola para definir seus itinerários formativos, o que para as escolas quilombolas é um princípio fundamental, tendo em vista a possibilidade de reconhecer na comunidade as suas particularidades afro-quilombolas. Desse modo, partindo da realidade local e de forma dialogada, a escola quilombola pode, por meio do currículo e da oferta, promover o aprofundamento acadêmico para as/os jovens que queiram seguir o caminho científico acadêmico e a formação profissional técnica. Para as/os que almejam esse percurso, é importante a possibilidade de escolha do que a/o jovem quilombola deseja para si mesmo no seu projeto de vida. Atualmente há muitos quilombolas na universidade desenvolvendo suas pesquisas e construindo outras narrativas sobre o quilombo. Algumas dessas pesquisas podem ser encontradas no ANEXO 7.

## 7.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL (EE)

A Educação Especial como modalidade da Educação Básica é um direito do/a aluno/a com deficiência em todas as escolas, incluindo as escolas localizadas em quilombos. Esses/as alunos/as existem e precisam ser acolhidos/as pela escola nas suas especificidades, considerando sua trajetória e as suas vivências quilombolas. Cabe ressaltar a importância da construção coletiva do que se espera da Educação Especial para as escolas quilombolas. Quais são as estratégias pedagógicas para a Educação Especial em quilombo? Como se constitui a Educação Especial na interface da Educação Escolar Quilombola? Quais materiais de apoio? Como se darão as formações específicas para os profissionais da educação que trabalham com Educação Especial na interface com a Educação Escolar Quilombola?

Esse é um debate que a comunidade educativa precisa fazer junto ao Movimento Quilombola, visto que o artigo 22 das DCNEEQ assegura a acessibilidade para toda a comunidade escolar e para os estudantes quilombolas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, mediante:

I - Prédios escolares adequados;

II - Equipamentos;

III - Mobiliário;

IV - Transporte escolar;

V - Profissionais especializados;

VI - Tecnologia assistiva;

VIII - Outros materiais adaptados às necessidades desses estudantes e de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da escola (BRASIL, 2012, p. 10).

Dessa forma, de acordo com as DCNEEQ (2012), as crianças e as/os jovens quilombolas que apresentarem necessidades diferenciadas de comunicação, assim como acesso aos conteúdos, deve ser garantida e assegurada a utilização de linguagens e códigos aplicáveis à sua aprendizagem como o sistema Braille, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a disponibilidade de tecnologia assistiva quando for possível.

É fundamental que a Educação Especial seja assegurada de modo transversal nos níveis e modalidades da educação básica para oferecer um atendimento especializado, com profissionais bem formados que acompanhem as crianças e jovens quilombolas nos seus processos de escolarização, assim como oferecer intérpretes de Libras inteirados com a cultura quilombola, Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) com materiais adaptados de acordo com as necessidades dos educandos e materiais transcritos para o Braille.

A escola quilombola também deve oferecer condições de acessibilidade às crianças e jovens com deficiência e com limitações físicas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os/as quilombolas com transtornos globais do desenvolvimento, com Altas Habilidades/Superdotação deve ser realizado, preferencialmente, nas SRM, considerando os Eixos da Pedagogia de Quilombo e o diálogo com a comunidade educativa junto à associação da comunidade.

## **7.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

A EJA, assim como a Educação Escolar Quilombola, é uma modalidade de ensino que compõe a Educação Básica e representa uma conquista das lutas populares pela alfabetização de jovens e adultos durante o processo de redemocratização do estado brasileiro. Nos últimos anos tem-se observado a “juvenilização” dessa modalidade, cujos motivos se encontram na entrada do/a jovem da classe trabalhadora no mercado de trabalho e, por isso, o abandono do ensino regular.

Sobre isso, Silva (2010) aponta que os profissionais que atuam nessa modalidade reclamam que o público tem sido cada vez mais heterogêneo do ponto de vista geracional, visto que jovens têm buscado a EJA como estratégia de terminar mais rápido o Ensino Fundamental ou procuram porque estão fora da faixa do ensino regular. Por isso é importante a defesa dessa modalidade, assim como sua implementação nas escolas localizadas em quilombo, na medida que houver real demanda. Cabe aqui o alerta das DCNEEQ (2012) de que a oferta da EJA no Ensino Fundamental não deve substituir a oferta regular dessa etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, independentemente da idade.

No entanto, vale ressaltar ainda que, conforme a Constituição Federal de 1988, foi conquistado o imperativo de se ampliar as oportunidades educacionais à população em território brasileiro para além da faixa etária, ou seja, é muito mais que isso, é o direito à educação em qualquer período da vida, daí a importância das políticas públicas direcionadas à EJA.

Quanto à proposta pedagógica da EJA na Educação Escolar Quilombola é fundamental observar a proposta da Pedagogia de Quilombo de forma flexível, considerando os conhecimentos da experiência de vida da comunidade, principalmente das griottes e dos griots, sua relação com o território, a memória, a oralidade e a ancestralidade, uma vez que as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos consideram os perfis dos/das estudantes, as situações em que se encontram e suas faixas etárias e se pauta nos princípios da equidade.

Nesse sentido, é fundamental entender em relação ao currículo que os conhecimentos devem ser garantidos ao público dessa etapa, tal qual os da escola regular e de acordo com os conhecimentos históricos sociais produzidos pela comunidade e outros grupos sociais. Com isso, não significa que os conteúdos devam ser tratados de forma preconizada ou aligeirada.

É importante uma abordagem integral dos conteúdos a partir de práticas, ações e projetos curriculares que façam sentido para o seu processo de escolarização na EJA.

# 8

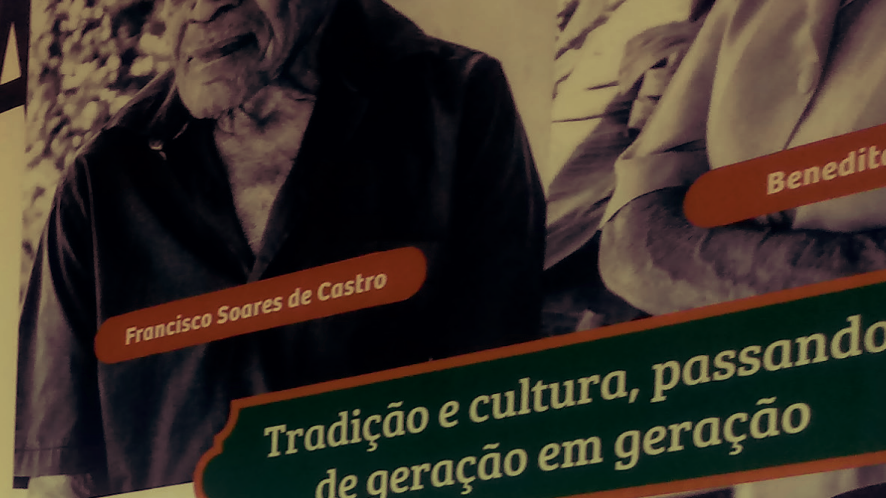
## TEMAS INTEGRADORES



Registro dos encontros na comunidade Serra do Evaristo – Baturité-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.



# DE QUILOMBOLA O EVARISTO



Francisco Soares de Castro

Benedito

Tradição e cultura, passando de geração em geração



Juliano da Silva



Os Temas Integradores são temáticas que os professores que atuam em escolas quilombolas, assim como a comunidade educativa, podem desenvolver através de projetos, ações, atividades educativas, de modo a abordá-los de forma geral ou relacioná-los com a temática quilombola, bem com a realidade de cada comunidade.

## 8.1 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)

Para além das resoluções específicas sobre Educação Escolar Quilombola é importante ressaltar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Parecer nº 03/2004 no item “ações educativas de combate ao racismo e as discriminações”. No documento, o ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares e remanescentes de quilombos que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões como, por exemplo, associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro.

Nesse sentido, será dado destaque a acontecimentos e realizações próprias de cada região e localidade; registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como dos remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais; divulgação pelos sistemas de ensino e pelas mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs), de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, de África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, em vistas da formação de professoras/es e alunas/os para o combate à discriminação e ao racismo.

Desse modo, o Estatuto da Igualdade Racial também traz contribuições importantes no que diz respeito à população quilombola, como a importância do estudo da temática quilombola pelas escolas localizadas fora do território, ou seja, sua inclusão no currículo em cumprimento à Lei nº 10.639/03.

## 8.2 GÊNERO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

As pessoas vivem e se constroem em sociedade a partir das experiências vivenciadas nos diversos grupos e espaços em uma dinâmica histórica. Dessa forma, a escola se constituiu como um lugar de elaboração e disseminação de conhecimentos nas comunidades quilombolas e o saber ancestral articula-se com essas elaborações.

Nesse sentido, os sujeitos constroem as representações da sua identidade de gênero na prática social, assim como questões relacionadas à raça, etnia, às relações de poder, sexismos e comportamentos. No entanto, a escola não se constitui em um universo paralelo diferente, mas se insere nesse mesmo espaço social. Nos seus processos de escolarização ela deve construir estratégias pedagógicas que lidem de forma acolhedora e respeitosa com a diversidade de sujeitos.

É necessário lembrar a função social da escola enquanto lugar de elaboração do conhecimento, mas que também colabora com valores para a formação humana, entendendo a pessoa humana em sua diversidade de ser e existir socialmente e historicamente.

No período de escolarização, é importante que a escola lembre que as crianças e jovens estão em processo de formação de si, de suas vontades e subjetividades. Cabe à escola acolher e respeitar essas construções, buscando apoio junto à família e à comunidade no acompanhamento e resolução de possíveis dificuldades.

A escola, portanto, não pode ser fortalecedora de preconceitos e discriminações de qualquer natureza, sejam elas de gênero, de identidade de gênero ou de orientação sexual.

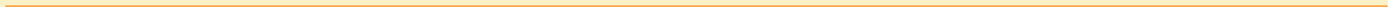
Os quilombos são essas sociedades africanas em diáspora com a diversidade de sujeitos com suas individualidades construindo a comunidade. A escola tem esse papel de respeitar e valorizar as diferenças, pois nela se constrói o conhecimento.

## 8.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As comunidades quilombolas detêm grandes conhecimentos sobre o território e, assim, saberes ancestrais da lida com a terra. Desse modo, como uma proposta de valorização e preservação do ambiente, a educação ambiental é de fundamental importância.

A escola, em colaboração com a comunidade educativa, tem a possibilidade de desenvolver atividades que podem diminuir possíveis práticas ambientais que trazem riscos à saúde da população local, que favorecem o uso consciente e saudável do aproveitamento da água e assim promover o acompanhamento da gestão das políticas públicas sobre as questões ambientais e sustentáveis voltadas para as comunidades tradicionais.

Nesse sentido, é fundamental que a comunidade seja empoderada no seu território e tenha gestão ambiental do seu lugar, uma vez que sua relação com o espaço não é apenas de moradia, mas de ligação ancestral, ou seja, está na continuidade dos seus antepassados em que o solo e tudo o que nele brota é sinônimo de vida e de sacralidade.





8

## PROSA FINAL





EEIF Antônio Laurindo Soares Barra dos Ricardo – Quiterianópolis-CE  
Fonte: Arquivo Seduc, 2019.

“Avia, minha gente”!

**A**via! O que foi plantado nos Encontros Regionais carece germinar e tornar-se imenso, como o baobá. Esse documento orientador para a elaboração dos PPP das escolas localizadas em territórios quilombolas resulta dos esforços e dos diálogos estabelecidos entre a Seduc e suas Credes, as SMEs, as comunidades quilombolas e o Movimento Quilombola do estado do Ceará.

Essa é uma proposta fundamentada na Pedagogia de Quilombo que envolveu os conhecimentos construídos pelo modo de ser e de existir das comunidades e pretende com isso atingir a população quilombola, as escolas quilombolas e as SMEs do Ceará. É um passo importante na implementação e na consolidação do direito à educação diferenciada para a população quilombola.

O que aqui foi apresentado faz parte de outras iniciativas realizadas pela Seduc junto ao movimento quilombola e, desse modo, abriga possibilidades de ser revisto, reavaliado e reestruturado a qualquer tempo, de acordo com as demandas, necessidades e resultados das transformações das realidades escolares quilombolas, assim como do próprio Movimento Quilombola. Trata-se de uma prosa constante e aberta permanentemente.

Nosso desejo é que esse material cumpra sua função, mas que também humanize ainda mais os olhares em relação aos povos quilombolas, à população negra e toda a cultura que fundamenta as suas existências. Isso significa reconhecer que o racismo estrutural tem fragilizado as suas identidades. Para tanto, o documento procurou valorizar as experiências afro-quilombolas cearenses das comunidades com as quais dialogamos.

Essa proposta que agora está em suas mãos foi desde o início constituída como orientação, como um trabalho que quer inspirar gestores e professores quilombolas. Ela quer ser um apoio e um instrumento a ser consultado a qualquer momento. Quer ser parte das conversas dos professores. Quer ser prosa no alpendre das comunidades. Quer ressignificar práticas pedagógicas e olhares para a escola. Quer ser uma semente em cada escola quilombola. E quer ser, principalmente, o início de um jeito diferente de dialogar sobre Educação Escolar Quilombola no estado do Ceará.

Inté!

Consultora Ana Paula dos Santos



# REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos; CIPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 1998.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação – Conae. **Construindo o sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 21 de novembro de 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**: outras informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE): Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, regulamentação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

W

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 21 de novembro de 2012.

BERNAT, Isaac. **Encontros com o griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. **Quilombo**: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 129, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. A espacialidade urbana das populações negras: conceitos para o patrimônio cultural. In: SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes; BIÉ, Estanislau Ferreira; SILVA, Maria Saraiva da. (org.). **Afro patrimônios culturais**. Fortaleza: Editora Fi. 2019.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da. **Capoeira e valentões na história de São Paulo (1830-1930)**. São Paulo: Alameda, 2013.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZEBRO, Joseph (org). **História geral da África**. São Paulo: Ática: UNESCO, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica 2016 notas estatísticas**. Brasília, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Abebe: a criação de novos valores na educação**. Salvador: SECNEB, 2000.

MOURA, Gloria; SCIPIONI, Lamberto. **Festas dos quilombos**. Brasília: Editora de Brasília, 2012.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **ÔRÍ**. Direção de Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes, 1989.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos: a luta das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental**. Orientadora: Joselina da Silva. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, Aleksandra Flávia Bezerra de. **Feira livre de Bodocó como espaço educativo das africanidades bodocoenses**. Orientador: Henrique Antunes Cunha Júnior. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade: corpo de mito na filosofia brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Africanidades: esclarecendo sentidos e definições. **Revista Espaço do professor**, Porto Alegre, n. 19, jan./mar. 2003.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

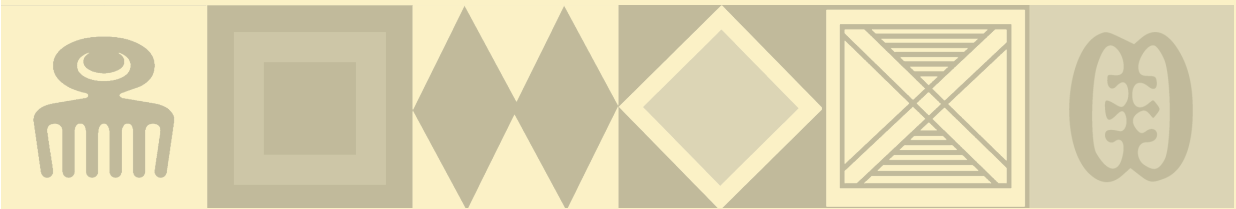
SILVA, Alberto da Costa. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2013.

SILVA, Tatiane Dias. Educação escolar quilombola no censo da escola básica. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2081.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2081.pdf).

SILVA, Cláudia de Oliveira da. **Construindo o pertencimento afro-quilombola através das contribuições da Pretagogia no quilombo de Serra do Juá–Caucaia/CE**. Orientadora: Sandra Haydée Petit. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade – ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2009.

SECADI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-raciais. **Educação escolar quilombola. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar quilombola**. Ministério da educação, fevereiro de 2015. Instrumental.



# ANEXO 1

## PROPOSIÇÕES DO CONAE EM 2010:



garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do Movimento Negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.



assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.



promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.



garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.



instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.



garantir à/aos professoras/es quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.



instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.



assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida, preferencialmente, por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas.

Fonte: Documento da Conae, 2010, p.131-132.

## ANEXO 2

### PROPOSIÇÕES DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:



os conteúdos gerais sobre a educação, política educacional, gestão, currículo, avaliação;



os fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação;



o estudo das metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem;



os conteúdos curriculares da base nacional comum;



o estudo do trabalho como princípio educativo;



o estudo da memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e etnodesenvolvimento produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;



a realização de estágio curricular em articulação com a realidade da Educação Escolar Quilombola;



as demais questões de ordem sociocultural, artística e pedagógica da sociedade e da educação brasileira, de acordo com a proposta curricular da instituição.

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2013.

## ANEXO 3

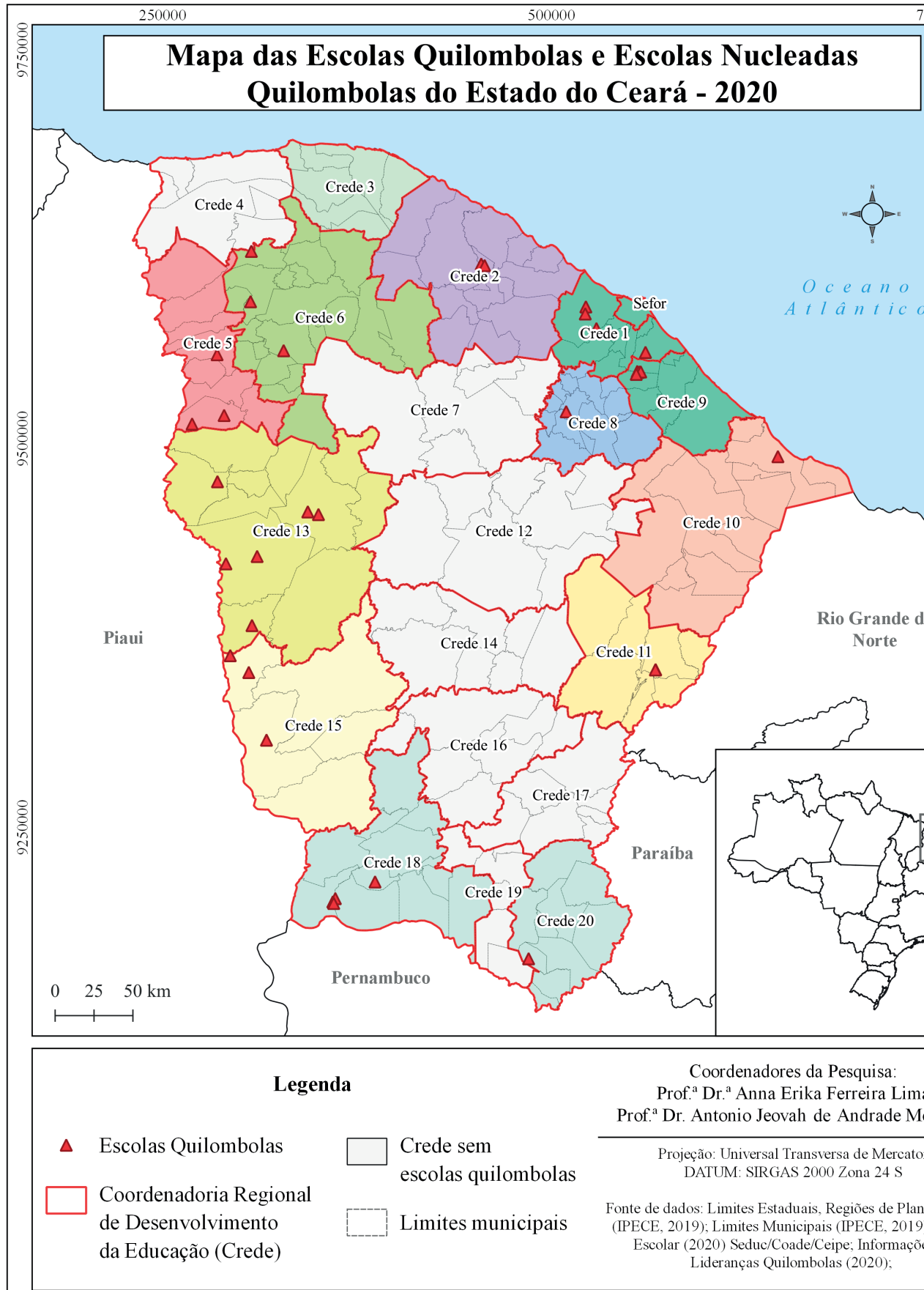
### ESCOLAS QUILOMBOLAS E ESCOLAS NUCLEADAS QUILOMBOLAS DO ESTADO DO CEARÁ - 2020

N.	Escola	Comunidade	Município
1	EMEF João Rodrigues da Fonseca	Renascer Lagoa dos Crioulos	Salitre
2	CEI Luiz Rodrigues da Fonseca		
3	EEFI Maria Virgem da Silva	Carcará	Potengi
4	Escola Municipal Santa Verônica	Sítio Arruda	Araripe
5	EEF Maria Pinheiro Cardoso	Sítio Vassourinha - Souza	Porteiras
6	EMEF Fernando Augusto Nogueira	Alto Alegre	Horizonte
7	CEI Maria José Alves da Silva		
8	EMEF Maria Teodora Evangelista Costa		
9	EMEF Olímpio Nogueira Lopes		
10	EEIEF Nicolau Noronha	Deserto	Caucaia
11	Anexo Cercadão	Cercadão dos Dicetas	
12	Anexo Vovó Jovina	Porteiras	
13	EEIEF Rosa Braz Coelho	Serra da Conceição	
14	EEIEF Yara Guerra Silva	Serra da Rajada	
15	Anexo Maria Iracema	Serra do Juá	
16	Anexo Vó Sinhá	Boqueirãozinho	
17	Escola Coronel Pinho	Caetanos em Capuan	
18	Instituto Maria Carmélia	Caetanos em Capuan	
19	EMEF José Raimundo da Costa	Lagoa do Ramo e Goiabeira	
20	EQMEF Caetano José da Costa	Conceição dos Caetanos	Tururu
21	EQMEF Manoel Bertoldo da Costa	Água Preta	

22	Anexo Cacilda Becker	Nazaré	Itapipoca
23	Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição	Três Irmãos	Croatá
24	EISOL EIEF Três Irmãos		
25	EEIF Miguel Avelino Vasconcelos	Currálinho	Morrinhos
26	EMEI Criança Feliz	Bastiões	iracema
27	EEF Francisco de Assis Filho		
28	EMEF Honorato José de Queiroz		
29	ESC CID Francisco Ferreira Barros	Tucuns	Crateús
30	ESC CID José de Araújo Veras	Queimadas	
31	EEIF José Gonçalves Lima	Gavião	Quiterianópolis
32	EEIF Manoel Vieira de Carvalho	São Jerônimo	
33	EMEIF Joaquim Ribeiro dos Santos	Encantado do Bom Jardim	Tamboril
34	EMEIF Raimundo Agostinho da Silva	Torres	
35	EEF Vovó Itelvina	Sítio São João	Parambu
36	EEF Simão Soares Costa	Sítio Bom Sucesso	Novo Oriente
37	EEF 13 de Maio	Pitombeira	Poranga
38	EEF Neli Gama Nogueira	Base	Pacajus
39	EEF Prof <sup>a</sup> Vilani Pereira	Córrego das Ubaranas	Aracati
40	EEF Raimundo Silverio Filho	Cumbe	
41	EMEB Antônio Isaias de Maria	Sítio Carnaúba II	São Benedito
42	EMEIEF Aprígio Rodrigues Moreira	Novo Horizonte	Moraújo
43	Creche Mãe Chiquinha de Abreu	Timbaúba	Coreaú
42	EEl Francisco Joaquim Cordeiro	Batoque	Pacujá
45	EEIF Osório Julião	Serra do Evaristo	Baturité

Fontes: Censo 2020, Sige - elaborado por Seduc/Ceipe/Coade e Informações fornecidas pelas lideranças quilombolas.

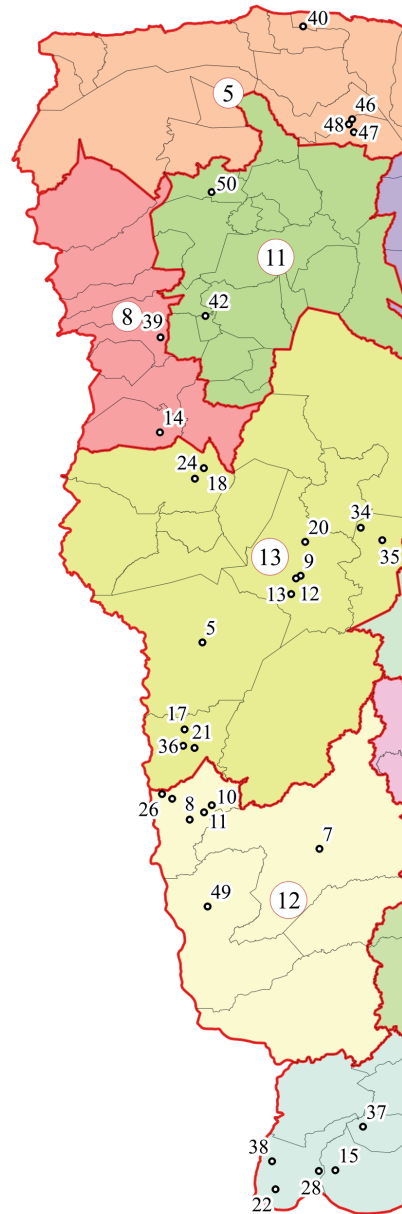
# ANEXO 4



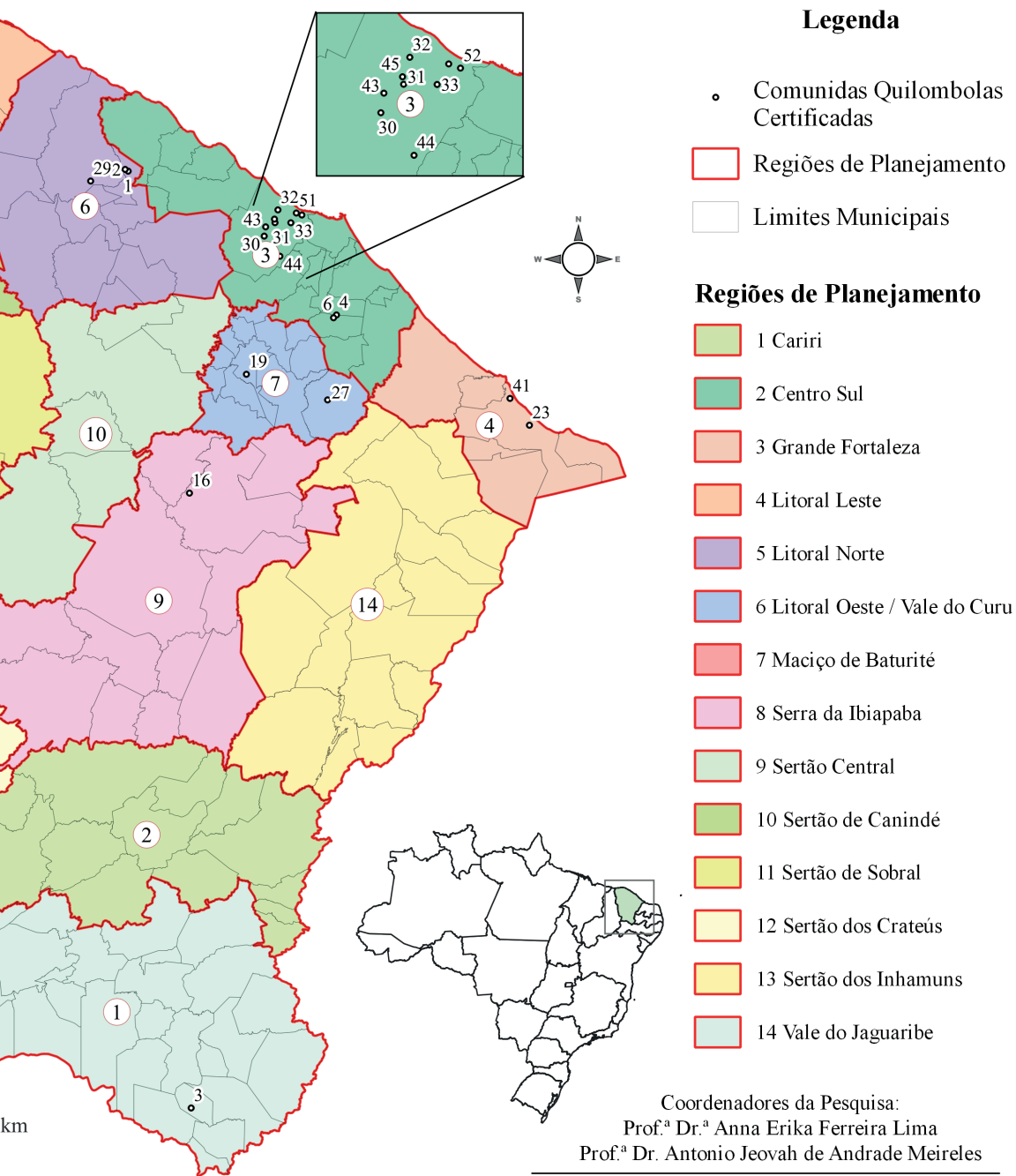
CREDE	MUNICÍPIO	LOCALIDADES	ESCOLA	
Crede 1 MARACANAÚ	Aquiraz	Lagoa do Ramo e Goiabeira	1 - EMEF José Raimundo da Costa	
	Caucaia	Caetanos em Capuan	2 - Instituto Maria Carmélia	
		Cercadão dos Dicletas	3 - Escola Coronel Pinho	
		Deserto	4 - Anexo Cercadão	
		Porteiras	5 - EEIEF Nicolau Noronha	
		Serra da Conceição	6 - Anexo Vovó Jovina	
		Serra da Rajada	7 - EEIEF Rosa Braz Coelho	
		Serra do Juá	8 - EEIEF Yara Guerra Silva	
		Serra do Juá	9 - Anexo Maria Iracema	
		Boqueirãozinho	10 - Anexo Vó Sinhá	
Crede 2 ITAPIPOCA	Itapipoca	Nazaré	11 - Anexo Cacilda Becker	
	Tururu	Água Preta	12 - EQMEF Manoel Bertoldo da Costa	
		Conceição dos Caetanos	13 - EMEF Caetano José da Costa	
Crede 3 ACARAÚ	Morrinhos	Curralinho	14 - EEIF Miguel Avelino Vasconcelos	
Crede 5 TIANGUÁ	São Benedito	Sítio Carnaúba II	15 - EMEB Antônio Isaias de Maria	
	Croatá	Três Irmãos	16 - EIEF Eisol Três Irmãos 17 - EC Luzia Maria da Conceição	
Crede 6 SOBRAL	Pacujá	Batoque	18 - EEI Francisco Joaquim Cordeiro	
	Coreaú	Timbaúba	19 - Creche Mãe Chiquinha de Abreu	
	Moraújo	Novo Horizonte	20 - EMEIEF Aprigio Rodrigues Moreira	
Crede 8 BATURITÉ	Baturité	Serra do Evaristo	21 - EEIF Osório Julião	
Crede 9 HORIZONTE	Horizonte	Queimadas	22 - EMEF Fernando Augusto Nogueira	
		Alto da Boa Vista	23 - CEI Maria José Alves da Silva	
		Alto da Estrela	24 - EMEF Maria Teodora Evangelista Costa	
		Alto Alegre	25 - EMEF Olímpio Nogueira Lopes	
	Pacajus	Base	26 - EEF Neli Gama Nogueira	
Crede 10 RUSSAS	Aracati	Córrego de Ubaranas	27 - EEF Profª Vilani Pereira	
		Cumbe	28 - EEF Raimundo Silvério Filho	
Crede 11 JAGUARIBE	Iracema	Bastiões	29 - EMEI Criança Feliz 30 - EEF Francisco de Assis Filho 31 - EMEF Honorato José de Queiroz	
		Crateús	Queimadas	32 - Esc Cid José de Araújo Veras
			Tucuns	33 - Esc Cid Francisco Ferreira Barros
Crede 13 CRATEÚS	Novo Oriente	Bom Sucesso	34 - EEF Simão Soares Costa	
	Poranga	Pitombeira	35 - EEF 13 de Maio	
	Tamboril	Encantados do Bom Jardim	36 - EMEIF Joaquim Ribeiro dos Santos	
		Torres	37 - EMEIF Raimundo Agostinho da Silva	
Crede 15 TAUÁ	Parambu	Sítio São João	38 - EEF Vovó Etefvina	
	Quiterianópolis	Gavião	39 - EEIF José Gonçalves Lima	
		São Jerônimo	40 - EEIF Manoel Vieira de Carvalho	
Crede 18 CRATO	Araripe	Sítio Arruda	41 - EM Santa Verônica	
	Potengi	Carcará	42 - EEF Maria Virgem da Silva	
	Salitre	Renascer Lagoa dos Crioulos	43 - EMEF João Rodrigues da Fonseca 44 - CEI Luiz Rodrigues da Fonseca	
Crede 20 BREJO SANTO	Porteiras	Souza	45 - EEF Maria Pinheiro Cardoso	

# ANEXO 5

<b>Certificação</b>	<b>Comunidades Quilombolass Certificadas</b>	<b>Municípios</b>
10/12/2004	1 - Água Preta	Tururu
10/12/2004	2 - Conceição dos Caetanos	Tururu
19/04/2005	3 - Souza	Porteiras
08/06/2005	4 - Alto Alegre	Horizonte/Pacajus
30/09/2005	5 - Queimadas	Crateús
07/06/2006	6 - Base	Horizonte/Pacajus
13/12/2006	7 - Consciência Negra	Tauá
13/12/2006	8 - Gavião	Quiterianópolis
13/12/2006	9 - Encantados do Bom Jardim	Tamboril
13/12/2006	10 - Fidelis	Quiterianópolis
13/12/2006	11 - Croatá	Quiterianópolis
13/12/2006	12 - Lagoa das Pedras	Catunda/Tamboril
02/03/2007	13 - Torres	Tamboril
16/05/2007	14 - Três Irmãos	Croatá/Ipueiras
09/12/2008	15 - Sítio Arruda	Araripe/Salitre
05/05/2009	16 - Sítio Veiga	Quixadá
19/11/2009	17 - Minador	Novo Oriente
19/11/2009	18 - Sítio Trombetas	Ipueiras
24/03/2010	19 - Serra do Evaristo	Baturité
24/03/2010	20 - Brutos	Tamboril
28/04/2010	21 - Bom Sucesso	Novo Oriente
28/04/2010	22 - Serra dos Chagas	Salitre
28/04/2010	23 - Córrego de Ubaranas	Aracati
04/11/2010	24 - Coité	Ipueiras
04/11/2010	25 - Furada	Quiterianópolis
17/06/2011	26 - São Jerônimo	Quiterianópolis
17/06/2011	27 - Lagoa das Melancias	Ocara
08/11/2011	28 - Renascer Lagoa dos Crioulos	Salitre
01/12/2011	29 - Nazaré	Itapipoca
22/12/2011	30 - Boqueirão das Araras	Caucaia
04/04/2012	31 - Porteiras	Caucaia
04/04/2012	32 - Serra do Juá	Caucaia
04/04/2012	33 - Caetanos em Capuan	Caucaia
04/04/2012	34 - Boa Vista dos Rodrigues	Monsenhor Tabosa
03/09/2012	35 - São Luiz do Boqueirão	Monsenhor Tabosa
03/09/2012	36 - Barriguda	Novo Oriente
03/09/2012	37 - Sítio Carcará	Potengi
30/07/2013	38 - N.Sra. das Graças do Sítio Arapuca	Salitre
30/07/2013	39 - Sítio Carnaúba II	São Benedito
30/07/2013	40 - Córrego dos Iús	Acaraú
30/07/2013	41 - Cumbe	Aracati
10/12/2014	42 - Batoque	Pacujá
10/12/2014	43 - Serra da Conceição	Caucaia
10/12/2014	44 - Serra da Rajada	Caucaia
07/04/2017	45 - Boqueirãozinho	Caucaia
12/06/2017	46 - Alto Alegre	Morrinhos
12/06/2017	47 - Curralinho	Morrinhos
26/04/2018	48 - Junco Manso I	Morrinhos
01/11/2019	49 - Serra dos Rodrigues	Parambu
01/11/2019	50 - Timbaúba	Coreaú/Moraujo
31/12/2019	51 - Cercadão dos Dicetas	Caucaia
12/05/2020	52 - Deserto	Caucaia



# Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas Certificadas do Ceará - 2020



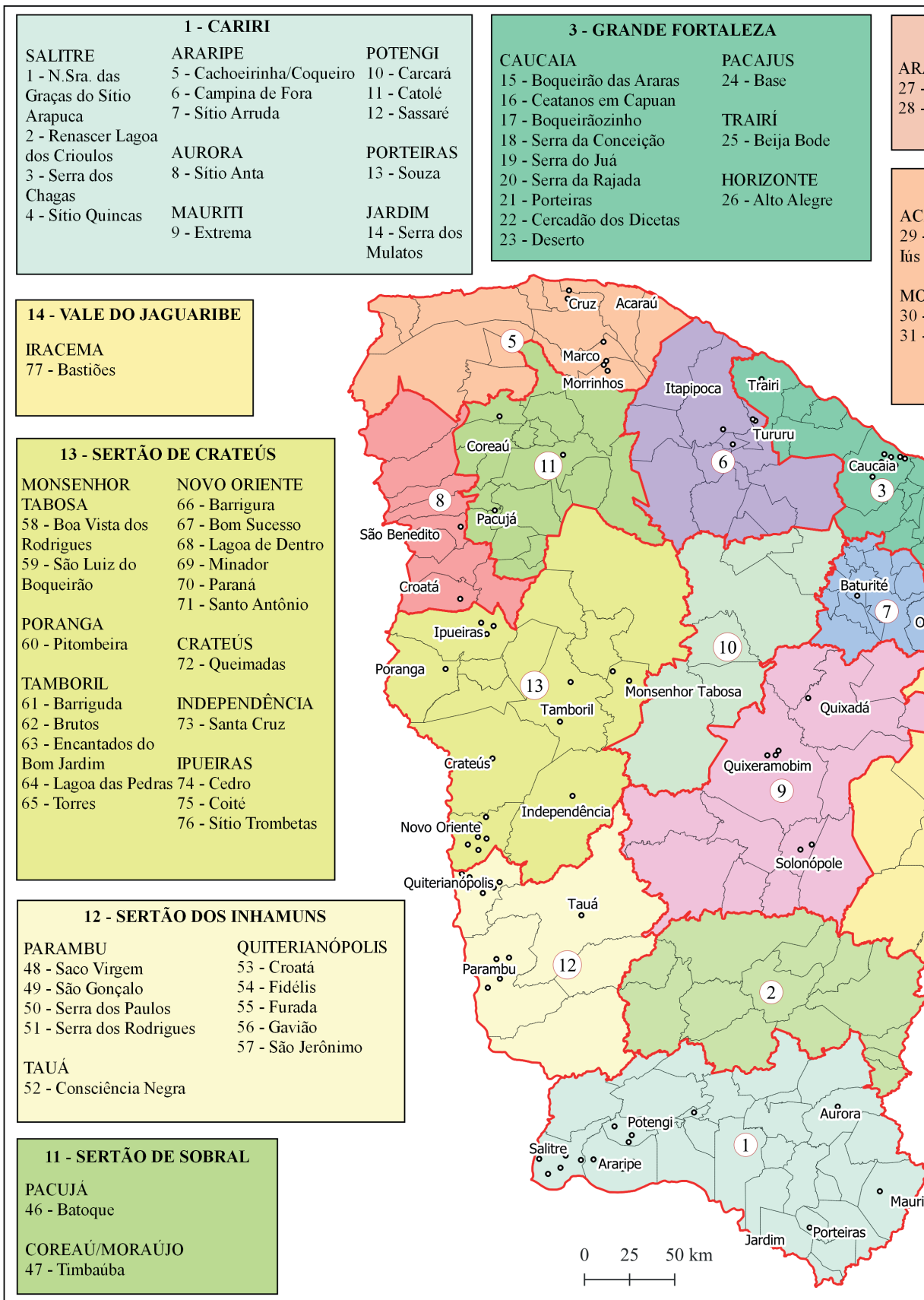
Projeção: Universal Transversa de Mercator  
 DATUM: SIRGAS 2000 Zona 24 S

Fonte de dados: Limites Estaduais, Regiões de Planejamento (IPECE, 2019); Limites Municipais (IPECE, 2019); Portal da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2019)



Fonte: Mapa elaborado para este documento em parceria entre Seduc; Neabi Fortaleza; UFC.

# ANEXO 6



# Mapa das Comunidades Quilombolas do Ceará - 2020

**4 - LITORAL LESTE**  
 ACATI  
 Córrego de Ubaranas  
 Cumbe

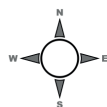
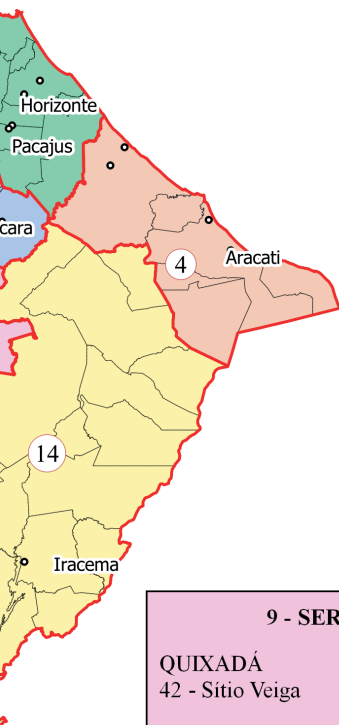
**5 - LITORAL NORTE**  
 ARAÚ  
 Córrego dos  
 ARRINHOS  
 Curalinho  
 Junco Manso I  
 CRUZ  
 32 - Caiçara de Baixo  
 MARCO  
 33 - Patriarca

**6 - LITORAL OESTE**  
 ITAPIPOCA  
 34 - Nazaré  
 TURURU  
 35 - Água Preta  
 36 - Conceição dos Caetanos  
 URUBURETAMA  
 37 - Serra do Ouro

**7 - MACIÇO DE BATURITÉ**  
 BATURITÉ  
 38 - Serra do Evaristo  
 OCARA  
 39 - Lagoa das Melancias

**8 - SERRA DA IBIAPABA**  
 SÃO BENEDITO  
 40 - Camaúba II  
 CROATÁ/IPUEIRAS  
 41 - Três Irmãos

**9 - SERTÃO CENTRAL**  
 QUIXADÁ  
 42 - Sítio Veiga  
 QUIXERAMOBIM  
 43 - Mearim  
 44 - Bom Futuro  
 SOLONÓPOLE  
 45 - Estrela



## Legenda

- Comunidades Quilombolas
- Regiões de Planejamento
- Limites Municipais

## Regiões de planejamento

- 1 - Cariri
- 2 - Centro Sul
- 3 - Grande Fortaleza
- 4 - Litoral Leste
- 5 - Litoral Norte
- 6 - Litoral Oeste / Vale do Curu
- 7 - Maciço de Baturité
- 8 - Serra da Ibiapaba
- 9 - Sertão Central
- 10 - Sertão de Canindé
- 11 - Sertão de Sobral
- 12 - Sertão dos Inhamuns
- 13 - Sertão dos Crateús
- 14 - Vale do Jaguaribe

Coordenadores da Pesquisa:  
 Prof.ª Dr.ª Anna Erika Ferreira Lima  
 Prof.ª Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles

Projeção: Universal Transversa de Mercator  
 DATUM: SIRGAS 2000 Zona 24 S

Fonte de dados: Mapeamento das Comunidades Quilombolas (2019) Cequirce/SDA/Agropolos; Conaq-CE; Limites Estaduais, Regiões de Planejamento (IPECE, 2019); Limites Municipais (IPECE, 2019); Portal da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2020).



Fonte: Mapa elaborado para este documento em parceria entre Seduc; Neabi Fortaleza; UFC.

# ANEXO 7

## PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS CEARENSES

Autora/or	Pesquisa	Disponível em:
Samia Paula dos Santos Silva	A juventude remanescente de quilombo da comunidade Bastiões (CE): tensões e identidade	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16657/1/2016_dis_spssilva.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16657/1/2016_dis_spssilva.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
João Luís Joventino do Nascimento	Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14373/1/2014_dis_ijlnascimento.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14373/1/2014_dis_ijlnascimento.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
Cláudia de Oliveira da Silva	Construindo o pertencimento afroquilombola através das contribuições da Pretagogia no quilombo de Serra do Juá – Caucaia-CE.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20842/1/2016_dis_cosilva.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20842/1/2016_dis_cosilva.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
Cristiane Sousa da Silva	Do quilombo Sítio Veiga à Universidade: uma experiência extensionista antirracista no Sertão Central cearense.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40156/1/2018_tese_cssilva.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40156/1/2018_tese_cssilva.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
Ana Paula dos Santos	Educação Escolar Quilombola no Cariri Cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33415/1/2018_dis_apdossantos.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33415/1/2018_dis_apdossantos.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
Maria Eliene Magalhães da Silva	Marcadores das africanidades no ofício das rezadeiras em quilombos de Caucaia/CE: uma abordagem Pretagógica.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16678/1/2015_dis_memsilva.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16678/1/2015_dis_memsilva.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021
Marlene Pereira dos Santos.	Incursões na história e memória da comunidade de quilombo de Alto Alegre – município de Horizonte – CE.	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7391/1/2012-DIS-MPSANTOS.pdf">http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7391/1/2012-DIS-MPSANTOS.pdf</a> Acesso em: 03/03/2021

Fonte: Elaboração da consultora.

## ANEXO 8

### AÇÕES DA SEDUC/CE SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA (2010-2020) POR MEIO DA COORDENADORIA DA DIVERSIDADE INCLUSÃO EDUCACIONAL (Codin)

Seduc/Parcerias	Município	Acões
Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (Copem) - Programa Brasil Alfabetizado (PBA)	Tamboril e Caucaia (2010 e 2011) São Benedito e Salitre (2014 e 2015)	Beneficiamento de 60 jovens e adultos quilombolas em suas próprias comunidades com o apoio de suas associações comunitárias.
Governo do estado do Ceará/ Seduc	Croatá, região da Serra da Ibiapaba (2013)	Inauguração da primeira escola quilombola da rede estadual cearense, Escola Luzia Maria da Conceição, no Sítio Três Irmãos, Distrito de Santa Tereza. Criada para atender uma demanda da EJA e hoje é uma Escola de Ensino Médio Quilombola.
Governo do Estado do Ceará/ Seduc	Croatá, região da Ibiapaba (2015)	Funcionamento legal, Escola Luzia Maria da Conceição, no Sítio Três Irmãos.
Secretarias municipais, Movimento Quilombola e entidades atuantes nessa área.	Iniciando com Aquiraz-CE e posteriormente com outros municípios.	A partir de 2015 realizou reuniões técnicas sobre Educação Escolar Quilombola. Atualmente institucionalizada como Comissão Interinstitucional da Educação Escolar Quilombola (CIEEQ).
Crede 5 - Tianguá	Comunidade Quilombola de Três Irmãos e adjacências, no município de Croatá-CE	Em 2017 foi feita a reformulação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição, a única gerida pelo Estado.
Governo do estado do Ceará/ Seduc	Estado do Ceará	Lei n.º 16.379, de 16.10.17 (DO 18.10.17), altera a Lei nº 13.513, de 19 de julho de 2004 e estabelece processo simplificado específico para Escolas Indígenas, Escolas Quilombolas, Escolas regulares em áreas de assentamento da Reforma Agrária e Escolas Famílias Agrícolas – EFA
Governo do estado do Ceará/ Seduc	Croatá, região da Serra da Ibiapaba (2018)	Reforma da Escola Luzia Maria da Conceição no Sítio Três Irmãos.

<p>Comissão Interinstitucional da Educação Escolar Quilombola (CIEEQ)</p>	<p>Fortaleza/Seduc</p>	<p>Em 2019, realizou chamada pública para a seleção de consultores, em vistas da elaboração do documento orientador dos PPPs das escolas localizadas em territórios quilombolas do estado do Ceará.</p>
<p>Comunidades quilombolas, Credes, Secretarias municipais, Movimento Quilombola, Movimento Negro, professores quilombolas e não quilombolas e escolas quilombolas.</p>	<p>Estado do Ceará</p>	<p>2021 - ano de lançamento das Orientações e princípios formativos para os Projetos Político-Pedagógicos das escolas quilombolas.</p>

Fonte: Relatórios de ações Codin/Seduc.

# ANEXO 9

## SUGESTÕES DE LIVROS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação Infantil <sup>32</sup>	Livros/ Autoras/es	Editora
<b>Creche</b>	Minha Dança tem história - Bell Hooks Meu cabelo é de rainha - Bell Hooks Como é bonito o pé do Igor - Sonia Rosa Meninas negras - Madu Costa O cabelo de Lelê - Valéria Belém Tenta - Paulina Chiziane Lulu adora histórias - Anna McQuinn Alice vê - Sonia Rosa	Boitatá Boitatá DCL Mazza Ibep Nandyala Pallas DCL
<b>Pré Escola</b>	Betina - Nilma Lino Gomes Princesa Arabela, mimada que só ela - Mylo Freeman Bruna e a galinha d' Angola - Gercilga de Almeida As tranças de Bintou – Sylviane A. Diouf Escola de chuva - James Rumford O mundo no black power de Tayó - Kiusan de Oliveira A princesa e a ervilha – Rachel Isadora O comedor de nuvens – Heloisa Pires Lima A menina que abraçava o vento – Fernanda Paraguassu Meu corpo da cabeça aos pés - Lisa Bullard O mundo começa na cabeça - Prisca Agustoni O menino Nito - Sonia Rosa Chuva de manga - James Rumford A princesa e o vento / Martha Rodrigues	Mazza Ática Pallas Cosac Naify Brinque-book Peirópolis Farol Literário Paulinas Vooinho DSP editora Paulinas Pallas Brinque-book Mazza

Fonte: Elaboração da consultora.

<sup>32</sup> A sugestão por faixa etária tem por objetivo auxiliar os professores e as instituições escolares quilombolas nos seus planejamentos. No entanto, cada professor e escola decide suas escolhas, outros títulos e os livros a serem trabalhados em cada faixa etária adaptando a linguagem das crianças dependendo do nível.

# ANEXO 10

## SUGESTÕES DE LIVROS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO - ENSINO FUNDAMENTAL

Editora

Ensino Fundamental	Livros/ Autoras/es	
<b>Anos Iniciais</b>	Adjokè e as Palavras que Atravessaram o Mar - Patrícia Matos	Nandyala
	Pretinha de neves e os sete gigantes - Rubem Filho	Paulinas
	Rosa Parks - Gabriela Bauerfeldt	Mostarda
	O cabelo de Cora - Ana Zarco Câmara	Pallas
	Lápis cor de pele - Daniela de Brito	Cortez
	O pequeno polegar - Cristina Agostinho e Ronaldo Simões	Mazza
	Joãozinho e Maria - Cristina Agostinho e Ronaldo Simões	Mazza
	Os tesouros de Monifa - Sonia Rosa	Brinque-book
	Ndule Ndule assim brincam as crianças africanas - Rogério Andrade	Melhoramentos
<b>Anos Finais</b>	Bia na África - Ricardo Dreguer	Moderna
	O Brasil que veio da África - Arlene Holanda	Moderna
	Os nove pentes d'África - Cidinha da Silva	Mazza
	O que há de África em nós - Wlamyara Albuquerque e Walter Fraga	Moderna
	Os impérios africanos do ouro Gana, Mali e Songai - Lílian Cavalcanti Fernandes Vieira	Autografia
	O mar que banha a ilha de Goré / Kiusan de Oliveira	Peirópolis
	O pescador de histórias / Heloísa Pires Lima	Melhoramentos

Fonte: Elaboração da consultora.

# ANEXO 11

## SUGESTÕES DE LIVROS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO - ENSINO MÉDIO

Ensino Médio	Autoras/es / Livros	Editora
Ensino Médio	<b>Conceição Evaristo</b> Ponciá Vicêncio Olhos D'Água Becos da Memória Poemas da recordação Insubmissas Lágrimas de mulheres	Pallas  Malê
	<b>Carolina Maria de Jesus</b> Quarto de despejo Diário de Bitita Carolina Maria de Jesus, meu sonho é escrever	Ática SESI-SP Ciclo contínuo
	<b>Paulina Chiziane</b> As andorinhas Niketche: Uma história de poligamia O alegre canto do aprendiz	Nandyala Cia. das Letras Dublinense
	<b>Chimamanda Ngozi Adichie</b> Hibisco Roxo Meio sol amarelo Sejamos todos feministas Como educar crianças feministas O perigo de uma história única	Cia. das Letras
	<b>Maya Angelou</b> Eu sei porque o pássaro canta na gaiola Mamãe e eu e mamãe Carta a minha filha	Astral Cultural Rosa dos Tempos Agir
	<b>Chinua Achebe</b> O mundo se despedaça A flecha de Deus	Cia. das Letras

	<p><b>Antônio Olinto</b>  A casa da Água  Trono de vidro  O rei de Keto</p>	Bertrand Brasil
	<p><b>Mia Couto</b>  Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra  Antes de nascer o mundo  A confissão da leoa</p>	Cia. das Letras

Fonte: Elaboração da consultora.

# ANEXO 12

## SUGESTÕES DE LIVROS DE APOIO AOS PROFESSORES

Livros/ Autoras/es	Editora
Africanidades caucaisenses - Org. Sandra Haydée Petit e Geranilde Costa	Edições UFC
Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação - Piedade Lino Videira	Edições UFC
Africanidade(s) e afrodescendência(s) perspectivas para a formação de professores - Org. Maria Aparecida Correia Barreto, Patrícia Gomes Rufino de Andrade, Henrique Cunha Júnior e Alexssandro Rodrigues	EDUFES
Comunidades quilombolas: das reflexões às práticas de inclusão social - Org. Ana Cristina Silva Daxenberger e Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	Editora da UFPB
Rebeliões da senzala - Clóvis Moura	Mercado Aberto
Quilombos resistência ao escravismo - Clóvis Moura	Ática
“Catirina, minha Nêga, tão querendo te vendê...” escravismo, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881) - José Hilário Ferreira Sobrinho	SECULT/CE
Memórias de baobá - Org. Sandra Haydèe Petit e Geranilde Costa e Silva	Edições UFC
Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes - Muniz Sodré.	Vozes
Quilombolas tradições e cultura da resistência - Rafael Sânzio	AORI Comunicações
Lugar de fala - Djamila Ribeiro	Pólen
Racismo estrutural - Sílvio Almeida	Pólen

Fonte: Elaboração da consultora.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL - SEXEC/EMP  
COORDENADORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL - CODIN





**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL - SEXEC/EMP  
COORDENADORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL - CODIN